

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

STEVE BAUTISTA RAMOS

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA: AVANÇOS E
LIMITES DO “SEMINÁRIO DE CULTURA POLÍTICA E PROTAGONISMO
JUVENIL” NO ENSINO PÚBLICO DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo
2023

STEVE BAUTISTA RAMOS

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA: AVANÇOS E
LIMITES DO “SEMINÁRIO DE CULTURA POLÍTICA E PROTAGONISMO
JUVENIL” NO ENSINO PÚBLICO DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração em Política, sob orientação do Prof. Dr. Miguel Wady Chaia.

São Paulo
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDOS E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: stvbramos@gmail.com

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Steve Bautista Ramos -Educação e Transformação Sociopolítica: Avanços e Limites do
“Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil”, no Ensino Público da Cidade de São
Paulo.

São Paulo, 2023, 132f.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: Política

Orientador: Prof. Dr. Miguel Wady Chaia

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da PUCSP.

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

A Vicente Bautista Ramos (*in memoriam*), meu querido pai e herói da minha vida que, com seu testemunho de pai e amor, serviu-me de inspiração para a conclusão desta etapa.

A minha mãe Marta de Moura Ramos, anjo da guarda e heroína, meu porto seguro e mestre sem título que, com sua imensa sabedoria, carinho, ternura e coragem, me ajudou a concluir mais essa etapa da minha vida, com seu pulso firme sem deixar a doçura de lado.

A meus irmãos Jaqueline e Ricardo que me apoiaram e jamais deixaram de acreditar em mais essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador Miguel W. Chaia, por ter aceitado a orientar esta pesquisa já em andamento e pelo encorajamento sério visando contribuir para o desenvolvimento deste trabalho . Sou grato, ainda, pelo momento em que você me acolheu em sua casa, e sua ternura aliviou a angústia da saudade decorrente da perda do meu pai. Meu muito obrigado.

A Marisa Borin, professora, amiga e conselheira para todas as horas da vida que mais uma vez me ajudou sem hesitar. Meu agradecimento, admiração e estima por sua tamanha generosidade, carinho e compromisso com a ciência e com o humano. Você foi e sempre será a minha principal referência de ética compromissada aliando nível acadêmico e sensibilidade; devo ressaltar que todos os adjetivos ainda são insuficientes para demonstrar a minha eterna gratidão e descrever a sua pessoa. Muito obrigado por ter mais uma vez tido a generosidade de me acompanhar até aqui. Acredito, espero e desejo que nossa parceria ainda produza outros frutos. Devo dizer também que, em todos os momentos cruciais da minha carreira ou mesmo pessoal, como no momento da missa de 7º dia do meu querido pai, estava você para amparar a dor da saudade e mais uma vez acalantar nosso coração em prantos com sua imensa ternura, compaixão, empatia. Você nos deu forças para continuar.

Ao Professor Dr. Alípio por ter aceitado o convite e ter contribuído, sobretudo, com sugestões e críticas apontadas durante a qualificação, que foram incorporadas para o aperfeiçoamento do projeto;

À Professora Dra. Maura Veras por ter aceitado o convite para participar da minha banca de doutorado e pela oportunidade de participar de seus cursos que ajudaram no enriquecimento das discussões teórico-epistemológica da tese;

A Lúcio Hanai, meu irmão, camarada, amigo e conselheiro, parceiro de todas as horas e situações, pelas dicas, conselhos, pelas longas discussões críticas, apontamentos teórico-metodológicos que se tornaram valiosos na elaboração da tese e que me ajudou a chegar até aqui. Obrigado pela oportunidade de você aceitar a minha amizade e eu ser merecedor da sua. Eu o considero como meu irmão de alma, seja nos momentos bons ou ruins esteve sempre presente e jamais me abandonou nos momentos de grande dificuldade, você esteve lá para me erguer para seguir em frente. Sou eternamente grato por sua amizade e parceria.

A Edney Mota pelas críticas construtivas que contribuíram para o aperfeiçoamento deste projeto e ter compartilhado a sua experiência com generosidade e solicitude com meus alunos;

À Professora Vera Chaia pela oportunidade de participar do curso de teoria política e ter contato com abordagens que ajudaram para desenvolver a minha tese.

Ao professor Lúcio Flavio pela oportunidade de aprender mais sobre a abordagem marxista com o rigor teórico digno de um estudioso e pesquisador da área;

Ao professor Dr. Francisco Fonseca pela oportunidade de participar de suas aulas, pelas críticas acertadas e pela formação e o amadurecimento da análise do fenômeno da política de forma interdisciplinar transitando pelos diversos gêneros textuais que o senhor me proporcionou.

Aos alunos da Escola Prof^a Maria Juvenal Homem de Mello por ter acreditado no projeto e pela parceria construída que foi fundamental para o funcionamento do projeto;

A Kátia da Secretaria Acadêmica, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por sua dedicação e sempre solícita em ajudar da melhor forma possível;

A Carlos por ter contribuído com seu talento na Língua Portuguesa na construção do Abstrat e também por tido a oportunidade de ser merecedor da sua amizade;

A meu grande amigo de longa data, Alex, um homem de grande coração pronto a ajudar e socorrer a todos. Um testemunho de empatia e amizade. Obrigado por me socorrer nos momentos difíceis, como o dia em que tinha chegado a hora de despedir do meu amado pai. Estava você para amparar a nossa dor da saudade para seguir adiante. Meu muito obrigado grande amigo e irmão.

A Denise grande pesquisadora e amiga de todas as horas. Obrigado pelos conselhos e pelo seu ombro amigo no momento da perda do meu pai em que você sempre esteve presente nesta caminhada difícil. Sou eternamente grato!

A Tatiane e dona Cleusa pela amizade sincera que, durante 30 anos, foram nosso porto seguro que acompanhou nossa vida, inclusive, nos momentos difíceis como a perda do meu querido pai.

À revisora dos originais Profa. Dra. Christianne Gally, profissional espetacular, dedicada e responsável;

A Claudinha e o Geraldinho, líderes companheiros do MEOB (Movimentos de Educadores Organizados pela Base) que me acolheram no coletivo e pela tamanha generosidade em ensinar e partilhar a imensa sabedoria com meus alunos e colegas de trabalho.

A minha mãe, minha heroína e meu anjo da guarda, parceira, fonte inspiradora por jamais deixar de acreditar, pela imensa paciência, dedicação, amparo que serviu que me revestiu de coragem para que eu pudesse superar os percalços e poder ter chegado aqui. Mesmo não sendo alfabetizada, nunca nos privou de estudar e acreditar em nossos sonhos e fazer jus para concretizá-los. Portanto, é mais que justo, dedicar esta tese a você como também em memória de meu pai, grande homem que também sonhou que esse grande dia chegaria e pela razão de ter chegado até aqui. Pelo amor de vocês nasci e por ele cheguei até aqui. Tais descrições dessa grande mulher são insuficientes para escrever ou mesmo dizer. O meu amor incondicional como filho a que dedico essa homenagem para este anjo da guarda que me trouxe ao mundo.

E ao meu pai que não está mais entre nós, dedico essa tese à sua memória com amor e reconhecimento como filho.

Agradeço aos meus irmãos Jaqueline e Ricardo pelo apoio, incentivo e parceria necessária, sobretudo, em momentos de intolerância e falta de gratidão da minha parte. Minhas desculpas e minha eterna gratidão.

Aos grandes amigos Padre Claudio e Rafael que ofereceram amparo no momento da dor da perda do nosso ente querido e atenderam com generosidade e ternura o nosso pedido de encomendar o corpo do meu pai para que pudesse partir em paz aos braços do nosso senhor Jesus Cristo.

RAMOS, Steve Bautista. 2023. 133f. **Educação e Transformação Sociopolítica: Avanços e Limites do “Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil”**, no Ensino Público da Cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

Hoje o mundo e o Brasil vivem um novo cenário decorrente da crise da democracia liberal e do surgimento do neoliberalismo. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo e pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos, que determinam um novo modo de governo dos homens. A conduta dos homens é administrada por uma racionalidade política e econômica, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democrática. A partir desse contexto, o objetivo desta tese é encontrar respostas que expliquem os motivos que impedem a formação política dos alunos, dos professores e dos gestores da Escola Pública em São Paulo, notadamente no Ensino Médio. A hipótese deste trabalho partiu da ideia de que a ausência de formação política é decorrente da crise geral pela qual passam as democracias contemporâneas e, especialmente, o processo democrático brasileiro, vivido desde a instauração republicana do país, com forte significação frente às condições socioeconômicas de sua população e com intensa influência no processo da educação brasileira. Para atender o objetivo proposto, optou-se por uma metodologia qualitativa, através de uma pesquisa ação, junto aos alunos do nível médio, da Escola Pública Estadual Maria Juvenal Homem de Melo, na periferia da cidade de São Paulo. O projeto, denominado “Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil”, foi desenvolvido, de forma processual, nos três anos do ensino colegial, entre 2020 e 2022, durante as aulas de Sociologia, visando propiciar uma visão crítica da sociedade em que vivemos e uma avaliação posterior dos resultados alcançados, frente à ausência de formação política no currículo do ensino público em questão.

Palavras-chave: Formação Política, Rede Pública de Ensino, Ensino Médio, Liberalismo, Neoliberalismo.

ABSTRACT

Nowadays Brazil and the rest of the world are experiencing a new scenario resulting from the crisis of liberal democracy and the emergence of neoliberalism. Neoliberalism is the reason for contemporary capitalism and can be defined as the set of discourses, practices and devices which determine a new mode of men government. The conduct of men is guided by a political and economic rationality extending the logic of capital to all social relations and to all spheres of life. The neoliberal system has made us living in the post-democratic era. Based on this context the goal of this thesis was to find answers that explain the reasons that prevent the political formation of students, teachers and managers of the Public School in São Paulo, especially in High School. The hypothesis of this work started from the idea that lack of political formation is precisely due to the general crisis that contemporary democracies are going through and, especially, the Brazilian democratic process, experienced since the republican establishment of the country, with strong significance in the face of the socio-economic conditions of its population and with intense influence on the process of Brazilian education. In order to meet the proposed goal, a qualitative methodology was chosen, through an action research, with the high school students of the State Public School, Maria Juvenal Homem de Mello, located on the outskirts of São Paulo city. The project called "Seminar on Political Culture and Youth Protagonism", was procedurally developed in the three years of collegiate education, from 2020 to 2022, during Sociology classes, aiming to provide a critical view of society that we live and a subsequent evaluation of the results achieved, in the absence of political formation in the curriculum of the public education that is being discussed.

Keywords: Political Formation, Public Schools, High School Liberalism, Neoliberalism, Democracy

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I. Um Debate sobre Consciência Crítica, Ingênua, Mágica e Fatalista	22
Capítulo II. A Transição da Democracia Liberal para a Neoliberal e o Surgimento da Nova Direita	39
2.1. Causas da inexperiência democrática brasileira, limites e contradições da democracia liberal.....	47
2.2. O surgimento da Nova Direita	54
Capítulo III. A Educação e a Subjetividade Neoliberal	61
3.1. A educação neoliberal	61
3.2. A subjetividade neoliberal	76
Capítulo IV. Aparelhos Privados de Hegemonia: igreja, meios de comunicação de massa e redes sociais	96
4.1. A Igreja da Prosperidade - A prosperidade do mérito - A sacralização profana do triunfo da ideologia neoliberal	96
4.2. Os meios de comunicação de massa	101
4.3. As redes sociais	105
Capítulo V. O Projeto “Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil”	109
Considerações Finais	122
Referências	125
Anexo 01. Mudança na LDB – Lei 9.394/1996	129
Anexo 02. Currículo Paulista - Etapa do Ensino Médio	132

INTRODUÇÃO

Professores e alunos devem estar cientes das “políticas” que cercam a educação. A forma como os alunos são ensinados e o que lhes é ensinado serve a uma agenda política (FREIRE, 1990)¹.

A presente tese de doutorado tem como objetivo analisar os obstáculos que impedem a existência de uma formação política de jovens estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino da cidade de São Paulo. A proposta é problematizar as dificuldades de sua implementação, como vias de superação, que fomenta a autonomia e o espírito crítico de cidadania do jovem estudante.

O tema deste trabalho surgiu durante o exercício da minha atividade docente, como professor de Sociologia, do Ensino Médio, de uma Escola Pública Estadual em São Paulo. Constatei que professores, sobretudo os de Ciências Humanas, bem como pais, alunos e até mesmo a gestão escolar, demonstravam pouco ou nenhum interesse pela formação política e dedicavam mais esforços em direção do desenvolvimento do saber especializado, voltado para responder às demandas por profissionalização.

Assim, julgou-se necessário realizar a análise do fenômeno da política para poder compreender os limites que inviabilizavam a formação política no despertar do protagonismo juvenil e do exercício da cidadania, na comunidade escolar, especialmente entre os alunos.

Diante disso, foi relevante entender o contexto da crise das democracias no mundo e no Brasil, assim como o surgimento do projeto neoliberal, para buscar uma compreensão mais pertinente sobre a ausência da formação política, no currículo da rede pública de ensino de São Paulo, cujo contexto está presente em vários capítulos desta tese.

Considerou-se importante, contudo, iniciar a reflexão sobre a ausência da formação política, partindo-se do ponto de vista de Paulo Freire (1995) para quem educar é um ato político, pois a educação não pode estar desvinculada da política, dado que educar implica necessariamente perguntar pelo tipo de sociedade que desejamos; logo, isso é um ato político.

Isto vem ao encontro da contribuição teórica da filosofia política de Aristóteles (1973) que situa o ser humano como um animal político, pelo fato de se realizar na comunidade política, por meio do *logos* que se manifesta na atividade discursiva compartilhada, em razão

¹ Disponível em: <https://elimeira.com.br/noticias/educacao/educacao-como-ato-politico-o-legado-de-paulo-freire-no-centenario-do-educador/> Acesso em: 10 mai. 2023.

do cultivo das virtudes ético-políticas presentes na comunidade política. Dito de outro modo, os valores ético-políticos na perspectiva de Aristóteles não só orientariam as ações dos indivíduos, mas também conceberiam a ideia de pertencimento social por meio da noção da vida cívica, que é necessária para a formação de cidadãos.

A proposta pedagógica de Freire (1995), por seu turno, está comprometida com a libertação do oprimido, tornando-se fundamental lutar contra a forma de dominação da classe dominante, marcada pela injustiça, opressão e desumanização do oprimido. Entretanto, isso não é possível sem uma pedagogia crítica e sem, é claro, um projeto emancipatório de sociedade. Como toda ação é intencional, cai por terra que o fazer humano é neutro. Toda ação humana é política, posto que toda educação esconde ou revela sua dimensão política.

Não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida politicamente. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre em si mesma e a perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite a neutralidade (FREIRE, 1995, p.37).

Nesse sentido, até declarar neutralidade implica uma tomada de posição, por isso todo ato e processo pedagógico tem em si uma intenção política, visto que nossa ação é política.

Do ato de planejar à metodologia do trabalho pedagógico, estamos decidindo, escolhendo e optando por esta ou aquela ideologia como visão de mundo que está comprometida seja com a submissão aos interesses das classes dominantes seja comprometida em prol da construção do projeto emancipatório.

Isso corrobora o ponto de vista defendido por Freire de que a educação é um ato inerente político, portanto, educar é politizar. Ao defender o contrário, ou seja, “é proibido fazer política”, implica a defesa de política como despolitização.

Não sendo neutra, a prática educativa implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém. E é exatamente esse imperativo que exige eticidade do educador e a sua necessária militância democrática a lhe exigir a vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática (FREIRE, 1995, p.39).

Ao lado dessa ideia, Bernard Charlot (2013) mostra o papel político da educação, pelo fato de ela transmitir um sentido político, uma vez que os grupos sociais e as classes sociais procuram fazer dela instrumentos de suas finalidades, de seus interesses e da comunicação de suas ideias.

Nesse sentido, a educação é palco de lutas, pois expressa as tensões que perpassam a sociedade com a luta de classes. Apesar de a escola ter a pretensão de ser laica e neutra politicamente, ela serve ainda aos interesses da classe dominante, mesmo que não compactue totalmente com os modelos, ideais e ideias das outras classes sociais.

Sendo assim, do ponto de vista de Bernard Charlot (2013), a educação é política porque constrói a personalidade de acordo com normas que refletem as realidades sociais e políticas. A educação age politicamente sobre o indivíduo ao introjetar no seu ser a personalidade, estruturas psicológicas de dependência e renúncia e idealização. É nesse contexto que ele reitera que “tudo é político, porque a política constitui certa forma de totalização do conjunto de experiências vividas em uma sociedade determinada” (CHARLOT, 2013, p.55).

De acordo com o filósofo Byung -Chul Han (2018), o neoliberalismo transforma o indivíduo de cidadão para consumidor, visto que a liberdade do cidadão cede lugar à passividade do consumidor. Por conta disso, o consumidor não manifesta nenhum apreço pela política e pela formação ativa na comunidade. Além de não manifestar disposição, ao agir político não é capacitado para tal. Para ele, o eleitor se comporta de forma passiva à política, ora criticando, ora reclamando, exatamente como procede o consumidor diante de um produto ou serviço que não gosta.

De fato, os políticos e os partidos agem conforme essa lógica de consumo. Como consequência, eles se deterioram como fornecedores que têm a obrigação de responder às necessidades dos eleitores como consumidores ou clientes. Ainda segundo o autor, enveredamos em direção à psicopolítica digital que transita da vigilância ao controle ativo, levando à crise da liberdade, em que a vontade própria é atingida. Daí que os *big data* são um instrumento que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas da comunicação, pois trata-se de um conhecimento de dominação que atua na psique e que influencia num nível pré-reflexivo.

Por sua vez, Safatle (2021) afirma que o discurso sobre a política, vinculada à concepção de vida em comum é contrária a do neoliberalismo, que propõe a vida social tecnicamente administrada, ao mesmo tempo que suprime a dimensão afetiva do pudor, ressignificado a ideia de justiça das instituições que controlam a vida social. Nessa perspectiva, Safatle (2021) define o neoliberalismo como uma racionalidade política que coloca acima dos governos, a economia, na sociedade, e no Estado, a lógica do capital de forma a converter-se em tipos de subjetividades e na norma de existências – o que exige a

produção de um sujeito com valores morais e formas de subjetividade adequados à racionalidade política.

Por conta disso, ele deve deslegitimar a dimensão do conflito, invisibilizar a política que, segundo Safatle (2021), no sentido grego, trata-se da qualidade dos afetos, do respeito pela opinião dos outros e da obediência às leis e não apenas da razão, uma vez que as formas de afeto são inseparáveis da política.

Essa nova política surge como “o grande irmão”, vigiando todos os sujeitos e visando a produzir o máximo de felicidade. Afinal, a lei da eficácia visa a impulsionar os esforços e os resultados de um lado, e do outro economizar os gastos inúteis. Tal como a percepção de Dardot e Laval (2016, p. 325): “Fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar o *homem eficaz* é o que já começa a se delinear, e de que maneira, na obra benthamiana”.

Vale dizer que, nas cidades gregas, havia, como ponto de partida, o respeito à opinião dos outros e a obediência às leis, senão a polis e a vida em comum estariam ameaçadas. Como há supremacia da racionalidade instrumental, poder técnico é o estágio intermediário entre a barbárie e a vida em sociedade, denominado de desumanização que, na vida cotidiana, é nomeado de crueldade, frieza e impiedade.

Esse é o contexto do neoliberalismo que, na interpretação de Vladimir Safatle (2021), é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Para que haja a liberdade professada no neoliberalismo, tal como o empreendedorismo e a livre-iniciativa, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, de modo que os limites da política não intervissem na autonomia da ação da economia. Logo, a gramática da luta do conflito, da luta de classe, deveria ser impedida, como também a pressão das organizações da sociedade civil para propiciar a tematização da ideia de liberdade a partir da consciência da luta de classe.

Isso foi possível devido à psicologização do campo econômico, com vistas a inviabilizar toda ação de contestação política por meio da suposta “racionalidade”, gerando um efeito de impedir essa demanda de contestação política. Tal efeito se manifesta no campo político, na redefinição da ação política e na gramática das emoções.

Sob outra perspectiva da política, Boaventura (2006), parte do conceito de cultura política, que figura outra conotação da ideia anterior, pois ele atribui o significado de cultura política, trabalhado em seu livro “Crítica da Razão Indolente à Transformação Social e Emancipatória”, como o conjunto de processos econômicos, sociais, políticos e culturais cuja finalidade é transformar as relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada

nos seis espaços tempos: doméstico, da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e mundial. Em suas palavras,

Trata-se de construir um pensamento alternativo de alternativas. Logo, a nova cultura política desenhada nesse livro é simultaneamente o produto e o produtor deste pensamento alternativo. Por essa razão, o argumento aqui apresentado, não pode deixar de ter um forte componente epistemológico. (BOAVENTURA, 2006, p.15).

Com Cortela (2012), enveredamos à ideia de idiota, pois, para ele, este conceito advém da expressão *idiótes*, associada à ideia de idiota, que, em grego, significa aquele que vive tão somente a vida privada, ou seja, uma vida totalmente contrária à política, por dizer não à política. Em suma, aquele que vive recluso em seu mundo e só se interessa para assuntos da ordem de seus interesses privados. Essa ideia vem ao encontro do texto do poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1956) quando diz que:

Pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

Contrário à ideia de idiota, a política, então, refere-se, em linhas gerais, o contraponto dialético de idiota, ou seja, a política é a capacidade de viver e conviver coletivamente a liberdade individual com autonomia, a qual Cortela explica na metáfora do condomínio: “a vida humana é condomínio. E só existe política como capacidade de convivência exatamente em razão do condomínio” (CORTELA, 2012, p.12), ou seja, ao contrário do exercício da liberdade como soberania a qual expressa a conduta do idiota.

Por outro lado, o diálogo entre Cortela (2012) e Renato Janine (2012) retrata como ambos tratam a preocupação com o tema do desencantamento e a falta de esperança de uma política no âmbito dos partidos e do governo. Na sequência, Janine expressa sua falta de ânimo e esperança com a política, mal-estar, segundo ele, ao qual padece a sociedade brasileira na busca de um país mais justo.

Diante desse cenário, Cortela (2012) convida todos os profissionais da área da educação a se empenharem para levarem o tema da política para o espaço escolar, desde que tenham o cuidado de não partidarem, visto que a política deve ser tratada no sentido do

bem comum. Como dito por Cortela, “faço política escrevendo, dando aula; faço política no meu prédio, no meu bairro, na convivência com minha família; no modo como me relaciono com as pessoas com quem trabalho e assim por diante” (CORTELA, 2012, p.75).

Não podemos esquecer que a cultura política passou a ser estigmatizada negativamente como conteúdo a ser ministrado na educação básica, a partir de 1964, com o regime militar no Brasil, particularmente a partir de 1968, a qual figurou um regime de exceção que tornou notória a perseguição política pela censura. Os alvos em potencial do regime foram professores, intelectuais, estudantes universitários, secundaristas e artistas. Por conta desses acontecimentos da herança militar na educação brasileira, implantou-se o sistema disciplinar e utilitarista de conhecimentos para atender as demandas da indústria de base e a ideologia do regime. Como consequência, foi eliminada a disciplina de filosofia e os saberes críticos e reflexivos, pois as palavras de ordem dos imperativos eram a passividade, subserviência, a repetição e o medo; isto é, o comportamento esperado de um suposto "cidadão de bem".

Viviane Mosé (2013) relata que, por volta de vinte anos, foi impedido de se pensar no Brasil, sobretudo, na escola, o bastião de resistência ao regime.

Com tudo isso, a escola acabou se tornando um espaço ausente das questões que movem a vida das pessoas e ainda mais distante dos desafios da sociedade. Os jovens e as crianças, afastados das questões humanas e sociais, das questões políticas, vão sendo treinados a ver o mundo apenas a partir de si mesmos, de sua condição, que pode ser de "vencedor" ou "perdedor", de arrogância ou de revolta (MOSE, 2013, p.50).

Antes de dar sequência à reflexão sobre o conceito de democracia de baixa intensidade de Boaventura (2016), por ora julga-se pertinente tecer uma reflexão sucinta e esclarecedora sobre o conceito de contrato social, de modo que possamos, mais adiante, esclarecer melhor as causas geracionais desse conceito de democracia.

Partindo da leitura de Boaventura (2006), o contrato social é uma narrativa que inaugura a obrigação política, simultaneamente complexa e contraditória estabelecida entre homens livres para propiciar a condição de liberdade. Sendo assim, o contrato social expressa uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social a qual é reproduzida pela polarização permanente entre vontade individual e vontade geral ou coletiva, ou seja, entre o interesse particular e o bem comum.

O Estado nacional, o direito e a educação cívica, portanto, são não só garantias, mas também sinais concretos do desenvolvimento pacífico e democrático no campo social

intitulado sociedade civil. Isto só é possível graças ao procedimento lógico que estabelece a contraposição entre sociedade civil e estado de natureza ou estado natural.

Quanto mais violento e anárquico é o estado de natureza, maiores os poderes investidos no Estado saído do contrato social. As diferenças a este respeito entre Hobbes (1946), por um lado, e Locke (1952) e Rousseau, por outro são enormes. Comum a todos eles, no entanto, é a ideia de que a opção de abandonar o estado natural para construir a sociedade civil e o Estado moderno é uma opção radical e irreversível (BOAVENTURA, 2006, p.317).

Em síntese, o contrato social é expressão da racionalidade social e política da modernidade ocidental cuja lógica operativa se baseia em critérios de inclusão e exclusão que são os fundamentos da legitimação do contrato em meio às interações econômicas, políticas, sociais e culturais.

A natureza é assim excluída do contrato, e é significativo a este respeito que o que está antes ou fora dele se designe como estado de natureza. A única natureza que conta é a humana e mesmo esta apenas para ser domesticada pelas leis do Estado e pelas regras de convivência da sociedade civil (BOAVENTURA, 2006, p.318).

Entretanto, no decorrer do século XX, a história da democracia centrou-se em torno da promoção da democracia liberal, de modo a ocultar ou jogar na marginalidade outros tipos de democracia, apesar de, no início do século XX e no início do pós-segunda Guerra Mundial, haver debates sobre outras aspirações e experiências democráticas vividas por outras sociedades. Foi a partir da década de 1980, porém, que o debate sobre o pluralismo e a diversidade democrática foi cedendo lugar à centralidade ao debate da democracia liberal, a qual foi, paulatinamente, tomando a forma da democracia neoliberal, cujas ideias estão analisadas no capítulo II deste trabalho.

Diante desse cenário, o objetivo desta tese é encontrar respostas que expliquem os motivos que impedem a formação política dos alunos, dos professores e dos gestores, da escola pública de São Paulo, notadamente no Ensino Médio. Parte-se da hipótese de que essa ausência de formação política é decorrente da crise geral pela qual passam as democracias contemporâneas e, especialmente, o processo democrático brasileiro, vivido desde a instauração republicana do país, com forte significação frente às condições socioeconômicas de sua população e com intensa influência no processo da educação brasileira.

O Percurso Metodológico

Para atender o objetivo proposto, optou-se por uma metodologia qualitativa, através de uma pesquisa ação², junto aos alunos do nível médio, da Escola Pública Estadual Maria Juvenal Homem de Melo, na periferia da cidade de São Paulo. O Projeto denominado “Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil”, foi desenvolvido, de forma processual, nos três anos do ensino colegial, entre 2020 e 2022, durante as aulas de Sociologia, visando propiciar uma visão crítica da sociedade em que vivemos e uma avaliação posterior dos resultados alcançados, frente à ausência de formação política no currículo do ensino público em questão.

Contexto da Escola Estadual Maria Juvenal Homem de Mello

A Escola Estadual Maria Juvenal Homem de Mello fica na região do Grajaú, na periferia de São Paulo. Essa região é marcada pela imensa segregação espacial e social, caracterizada pela falta de emprego, ausência de saneamento básico, ausência de equipamentos de boa infraestrutura urbana, baixa renda da população local, intensos deslocamentos e dispêndio de tempo para o trabalho, alta vulnerabilidade social e ambiental (inundações e desmoronamentos das casas) e crescente processo de favelização em função do crescimento desordenado da população. Se não bastasse isso, há também a pressão do crescimento populacional que tem provocado forte impacto sobre as áreas de preservação ambiental e proteção de mananciais.

O perfil educacional dos pais ou responsáveis dos alunos da Escola Estadual Maria Juvenal Homem de Mello do período matutino corresponde ao Ensino Fundamental; a idade média está entre 30 e 40 anos. Suas ocupações profissionais concentram-se no setor de serviços, que exige baixa qualificação. No geral, são famílias brancas, pardas e negras com uma renda mensal variando entre 2 e 5 salários-mínimos. Por essa razão, alguns alunos estudam e trabalham para ajudarem na renda e orçamento familiar. Vale ressaltar que a maioria dos pais é separado, sendo a mãe a chefe da família. Observa-se, ainda, que os responsáveis trabalham longe de suas residências, chegando a consumir 3 horas no transporte público, da casa ao trabalho, tornando-se, muitas vezes, inviável para os pais ou responsáveis comprometerem-se com o acompanhamento da vida escolar de seus filhos. Além disso, em

² A metodologia da Pesquisa Ação está detalhada no capítulo V desta tese.

razão do cenário socioeconômico dessas famílias, alguns alunos acabam optando por cursarem o ensino técnico profissionalizante, com o intuito de alcançarem uma carreira profissional que os ajude a ingressar no mercado de trabalho e ajudar no orçamento familiar. São famílias compostas por 4 a 6 pessoas. Disso decorre a percepção dos alunos de avaliarem a escola como uma instância que os ajudarão a abrir a porta para a profissionalização, em detrimento de uma concepção de escola crítica e reflexiva comprometida com a formação humana e cidadã.

Quadro Teórico

Dada a complexidade do estudo, julgou-se necessário fundamentar-se no pensamento de Paulo Freire, Décio Saes, Vladimir Safatle, Michael J. Sandel, Jessé Souza, Boaventura de Sousa Santos, Antônio Gramsci, Louis Althusser, Karl Marx, David Harvey, Bernard Charlot, Pierre Bourdieu, Pierre Dardot e Christian Laval, Michael Apple, Byung-Chul Han que discutem prática educativa, democracia, cidadania, consciência crítica e ingênua, classes sociais, ideologia, senso comum, cultura política, liberalismo e neoliberalismo, dominação, meritocracia, entre outros.

Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado da seguinte forma: uma introdução, que abrange a justificativa do tema, o percurso metodológico, o contexto da Escola Estadual Maria Juvenal Homem de Melo e o quadro teórico utilizado no decorrer do trabalho; cinco capítulos, considerações finais, referências e anexos.

No capítulo I, “Um Debate sobre Consciência Crítica, Ingênua, Mágica e Fatalista”, estão analisados esses conceitos considerados relevantes para o alcance da construção de um projeto social que almeja a emancipação do oprimido pelas classes opressoras.

O capítulo II, “Transição da Democracia Liberal para a Neoliberal e o Surgimento da Nova Direita”, tem como objetivo mostrar a crise do projeto liberal e o surgimento da política do neoliberalismo no ocidente, a partir da leitura de Pierre Dardot e Christian Laval e de David Harvey e, no final, apontar o surgimento da nova direita, como fatores que vêm determinando uma nova racionalidade política e econômica, que estende a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida, sobretudo, na educação escolar.

No capítulo III, “Educação e a Subjetividade Neoliberal”, procura-se desvendar o processo de dominação da classe dominante na educação e na formação do sujeito neoliberal.

O capítulo IV, “Aparelhos Privados de Hegemonia: Escola, Igreja, Meios de Comunicação de Massa e Redes Sociais”, tem como finalidade discutir os efeitos dos aparelhos privados de hegemonia, como igreja, meios de comunicação de massa e redes sociais que inviabilizam o desenvolvimento da consciência crítica.

No capítulo V, “Projeto “Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil”, apresenta-se o Projeto que foi implantado junto aos alunos do Ensino Médio da rede pública, como um modelo experimental, frente à proposta do currículo do novo ensino paulista, cuja concepção de educação é neoliberal e tecnicista.

CAPÍTULO I . UM DEBATE SOBRE CONSCIÊNCIA CRÍTICA, INGÊNUA, MÁGICA E FATALISTA.

A conscientização produz a desmitologização. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho de desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a desvela para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 1980, p. 29.)

Neste capítulo, estão abordados os conceitos de consciência crítica e consciência ingênua, mágica e fatalista, considerados relevantes para o alcance da construção de um projeto social que almeja a emancipação do oprimido pelas classes opressoras.

De acordo com Paulo Freire (2019), a consciência possibilita ao ser humano o poder de planejar a sua ação de maneira a conceber instrumentos para melhor atuar sobre o objeto, com a finalidade de antecipar os resultados. Já o conceito de conscientização trata-se de um teste da realidade em razão do seu desvelamento, por conta do ser humano que toma distância do mundo para poder admirá-lo, de modo que possa viabilizar sua capacidade de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. Logo, há uma passagem do senso comum para o conhecimento elaborado que passa pela problematização do real e pelo rigor do método científico, e em seguida a sua transformação por meio da *práxis* ação e reflexão permanente.

Isso implica dizer que a conscientização é uma ideia de transformação interna da pessoa de modo a alcançar o patamar da consciência crítica, ao passo que ela se concretiza mediante na autonomia do sujeito, na liberdade e no compromisso com a transformação histórica das estruturas, tendo como referência sempre o ser humano e seu processo de humanização. Neste sentido, educar é conscientizar, visto que visa ao desenvolvimento do pensamento crítico necessário para conduzir a libertação, a humanização, a autonomia, na qualidade de sujeito histórico atuando na *práxis* transformadora.

Nessa direção, a libertação dirige-se à mudança do oprimido que, mediante o despertar da consciência crítica vinculada ao projeto político utópico e ético de humanização, capacita o sujeito de fazer e tornar a construir uma nova história para romper os grilhões da dominação opressora. Sem esse processo de conscientização, não é possível criar as condições históricas para as mudanças das estruturas de dominação da classe opressora que impedem as classes

dominadas se elevarem ao *status* de sujeito por meio do engajamento do seu projeto emancipatório de humanidade.

Não há dúvida de que a conscientização não existe sem a *práxis* como reflexão-ação, do diálogo amoroso, do direito de comunicar o mundo, junto com o compromisso ético-político voltado para a superação das estruturas da opressão. A busca pela compreensão autêntica na concepção freiriana, seja da realidade ou do mundo, parte-se da *práxis* revolucionária. A ação política, portanto, é fundamental para que o conhecimento, o desvelamento da realidade faça sentido e viabilize um outro mundo possível justo e fraterno.

Em todas as suas obras, Freire deixa claro que a revolução não é somente um ato político, mas também de criação, de amor, utopia e esperança. Dessa forma, não é possível fazer a verdadeira revolução sem o sentimento de amorosidade com os seres humanos e com o mundo, acompanhado e inspirado pela utopia em prol de um mundo mais democrático, justo e fraterno tendo em vista a concretização do processo de humanização voltado ao ser mais.

Desse modo, a educação deve estar a serviço do projeto democrático de emancipação humana comprometido com a vocação ontológica sempre orientada para o ser mais. Tal compreensão, resultado da captação, será crítica desde que seja feita a apreensão da sua causalidade. Em contrapartida, ela será mágica, ao passo que faça um mínimo de apreensão dessa mesma causalidade.

Assim, a consciência crítica sempre submeterá a causalidade autêntica a sua análise por conta do caráter transitório, ao contrário da consciência ingênua que, ao lhe parecer autêntico, não é mais, uma vez que atribui um caráter mecânico e determinado.

Entre as consequências da consciência ingênua, na perspectiva de Paulo Freire (2019), é o analfabeto político, pois sua percepção é definida como mecânica e fatalista, porque vê a história não como um processo do devir, mas como repetição do presente que deve ser normatizado e o futuro tomado como a repetição do presente no sentido de manutenção do *status quo*.

A isso acresce que o analfabeto político não percebe a história (1993) na lente da luta de classe, mas na dinâmica da manutenção da reprodução da dominação da classe burguesa. Ele não vê, portanto, a possibilidade de brechas no tempo para irromper dos grilhões da dominação burguesa a possibilidade de o antagonismo de classe desembocar na revolução socialista – o que destoia da consciência crítica por tratar da representação das coisas na existência empírica, permeada por suas relações causais e circunstanciais. A consciência ingênua, por seu turno, parte da crença de estar além dos fatos, de modo a controlá-los de fora, do modo de julgar livre para entendê-los de acordo com seu gosto pessoal.

A consciência mágica, pelo contrário, não acredita estar além dos fatos e tão pouco os controla, e sequer julga livre para entendê-los, segundo a opção da sua preferência pessoal. Assim, ela capta e lhe empresta um poder superior que a submete de fora sem ressalvas e com docilidade. O fatalismo é próprio dessa consciência com a postura de passividade e resignação perante o poder dos fatos.

Na contramão disso, a consciência crítica parte da totalidade com a realidade, o que distingue da ingênua que parte da superposição da realidade, enquanto a consciência fanática, tem como característica a acomodação, o ajustamento e a adaptação e está no limite total da resignação do presente. Aliás, ela tem como ponto de partida a patologia da ingenuidade que conduz à irracionalidade.

Tal participação é entendida na conotação, pois a crítica só é possível desde que haja a transformação em povo como capaz de optar e decidir. Freire (2019) defende uma alfabetização que não seja mecânica, mas que leve o homem à posição de tomada de consciência em sua emersão no processo da realidade. Afinal, o trabalho é fundamental para conduzir a passagem da ingenuidade em criticidade junto e simultaneamente à alfabetização.

Com isso, o processo de alfabetização seria uma aposta para evitar a consciência ingênua de manifestar-se como analfabetismo político que se trata de uma prática teórica e didática para propagação da concepção de mundo coerente com a ideologia do liberalismo das classes dominantes, a fim de levar a cabo a aprendizagem social como regulação e a reprodução do *status quo* da dominação da classe burguesa sobre as classes subalternas.

Assim, Freire (idem) aposta na alfabetização vinculada à democratização da cultura que leve à gênese da democratização, tendo em vista a superação da subserviência e a passividade do homem perante ao fatalismo como reflexo da consciência fatalista enveredando em direção ao ser sujeito.

O estado de ignorância política vinculado ao analfabetismo político, na concepção de Mannheim e, parafraseado por Paulo Freire (2019), não se limita ao analfabetismo, mas à inexperiência de participação e ingerência dela, a qual deve ser substituída pela participação crítica vista que levaria ao desenvolvimento da consciência crítica vista como sabedoria pelo educador. Para tanto, é necessário que a alfabetização desperte no ser sujeito o protagonista do homem como ato de criação que dissemine outros atos criadores, por meio do desenvolvimento da não passividade, do engajamento, típicos do estado de busca de invenção e reivindicação.

Para Freire (2019), a posição normal do homem não se reduz a estar simplesmente no mundo, mas com ele. Trata-se, portanto, de estabelecer relações permanentes com este mundo

que surge pelos atos em torno de criação e recriação, ressignificando o mundo natural representado na realidade cultural. Com e na realidade, o homem estabelece uma relação de sujeito para objeto, cujo resultado é o conhecimento expressado na forma da linguagem, ao passo que é feita tão somente pelo homem seja ele alfabetizado ou não, uma vez que é capaz de captar os dados da realidade, ainda que seja pelo senso comum.

Sendo assim, é na captação que o homem percebe junto com os fenômenos e os problemas os nexos causais, ou seja, apreende a causalidade. A ação, segundo Paulo Freire (2019), significa toda compreensão de algo, que apreende um desafio e após compreendido, conduz à elaboração de hipóteses de respostas que impulsionam o homem a agir, de tal forma que há uma correspondência de natureza, entre a natureza da ação e da compreensão. Se a compreensão é crítica, a ação o será; se for mágica, a ação o será também.

Considerando o contexto de uma sociedade em transição dentro do processo de democratização, é fundamental que o povo, majoritariamente, esteja esperando surgir uma educação que seja capaz de viabilizar com ele uma organização reflexiva do pensamento. Isso atesta a necessidade de uma educação que coloque à disposição os meios capazes de superar a consciência mágica ou ingênua da realidade em direção à predominância da consciência crítica, de maneira que o povo assuma posições que se identifiquem com a fase de transição conforme a exigência da democratização fundamental e supere a inexperiência democrática.

Isso remete a uma educação, conforme reflexão de Paulo Freire (2019), adequada com as condições da realidade, vinculada ao contexto da época e levando o homem a refletir a respeito da constituição do seu ser como sujeito. É uma educação que conduz o povo para emergir na ruptura da sociedade, ao mesmo tempo, que é capaz de propiciar a passagem da transitividade da consciência ingênua à consciência crítica de modo a evitar a massificação.

O educador deve defender um método ativo, dialogal, participante como um meio para o homem superar as atitudes e consciências que sejam mágicas ou ingênuas perante a realidade. Dito isso, o educador recorre à concepção de Karl Jaspers sobre a ideia de diálogo como um caminho que não só reduz a questões essenciais para a ordenação política, mas também em todos os sentidos do nosso ser. Logo, a partir da virtude da crença, junto com o diálogo, viabiliza o estímulo e a significação, tendo em vista a crença no homem e nas possibilidades, num projeto político e emancipatório, conforme diz Freire (2019, p. 144): “somente pela virtude da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem chego a ser eu mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos”.

Uma atitude contrária a isso é o antidiálogo, pois trata-se de uma relação vertical de um polo a outro pelo fato de ser desamoroso, acrítico e não gerar criticidade, ao mesmo tempo

arrogante, desesperançoso, autossuficiente e não humilde. O antidiálogo rompe com a relação de harmonia com os dois polos que configuram o diálogo, tendo como consequência a não comunicação, pelo fato de emitir somente comunicados e inviabilizar o despertar da consciência crítica como consequência do processo de conscientização.

Por isso, Freire (2019) sinaliza para uma pedagogia de comunicação com vistas a superar aquilo que ele denominou de desamor acrítico do antidiálogo e perante o desenvolvimento da crescente do desenvolvimento da consciência crítica vinculada ao conceito antropológico de cultura.

Nessa ótica, cultura significa o “acréscimo” que o homem faz ao mundo que não criou, visto que é resultado do seu trabalho, ou seja, fruto do seu esforço criador e recriador. Ele também situa a cultura no sentido transcendental das relações na dimensão humanista da cultura, uma vez que se trata, segundo o educador, da aquisição sistemática da experiência humana pelo fato de incorporar. A cultura é, então, crítica e criadora e não uma justaposição de comunicados dados, fato contrário à democratização da cultura em sua dimensão da democratização fundamental tendo como consequência o surgimento da consciência ingênua.

O aprendizado da escrita e da leitura é essencial para que o analfabeto possa embarcar no mundo cultural da comunicação escrita, viabilizando a sua imersão no e com o mundo, ou seja, na sua relação permanente com este mundo como sujeito e não mero eterno objeto. Isso daria início à mudança de atitude anteriores ao analfabeto, referente à passagem da consciência ingênua à consciência crítica, ao passo que iria levá-lo a descobrir, de forma crítica como edificador desse mundo cultural, a saber que a cultura é a criação humana.

Para a introdução do conceito de cultura, ao mesmo tempo gnosiológica e antropológica, elaboramos, após a “redução” deste conceito a traços fundamentais, dez situações existenciais “codificadas”, capazes de desafiar os grupos e levá-los pela sua “decodificação” a estas compreensões (FREIRE, 2019, p.143).

A discussão dos outros autores, a seguir, tem como oferecer uma contribuição teórica ao conceito de consciência e seus desdobramentos, sob a autoria de Paulo Freire. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2006) disserta sobre os conceitos de regulação social e emancipação social – ambos fazem parte das duas tradições da modernidade ocidental: o liberalismo político e o marxismo. Enquanto o liberalismo político direciona as possibilidades de emancipação no contexto do capitalismo, o marxismo projeta a emancipação social além do capitalismo.

Nessa acepção, o marxismo atua como *práxis* teórica das classes dominadas levada a cabo pela educação política e crítica pela classe trabalhadora com vistas a fomentar o processo de conscientização orientado para estimular a consciência crítica para emancipação da dominação burguesa voltada para edificação do projeto da sociedade socialista.

Um das maneiras de enfrentar a dominação da classe dominante atrelada ao processo de consciência ingênua, segundo proposta de Paulo Freire (2019), é propor o esforço de desmitologização da realidade como forma de superar o analfabetismo político e conseqüentemente da consciência presente entre educadores e educandos, uma vez que a tendência dessa postura do saber é “fugir” da realidade, de forma a negá-la e se refugiando em visões abstratas do mundo.

Bernard Charlot (2013) salienta que a pedagogia esconde, de forma ideológica, a realidade econômica, social e política da educação por meio das considerações culturais, espirituais, morais e filosóficas, entre outras. Em outras palavras, ela omite o significado político da educação, sublinhada pela dominação de classe; ela é uma influência exercida sobre a educação pela divisão social do trabalho e pela luta de classes. Isso justifica uma educação que se propõe somente a descrever a realidade baseada na transferência de conhecimento, tornando inviável a emergência da consciência crítica para romper com a reprodução da dominação ideológica das classes dominantes face as classes populares.

Neste contexto, Gramsci (1979) dá ênfase à luta da hegemonia, que é a luta das classes sociais no âmbito da sociedade civil, em que as classes se tornam dirigentes, ou seja, aliados. Para isso, as classes subalternas devem produzir sua concepção de mundo senão irão assimilar as do mundo das classes dominantes e ficarão submetidos ao analfabetismo político como sinal do desdobramento da consciência ingênua. Apesar de experimentar um sentimento de impotência perante a realidade, tende a refugiar-se no subjetivismo.

O “analfabeto” político, experimentando um sentimento de impotência em face da irracionalidade de uma realidade alienante e todo-poderosa., procura refugiar-se na falsa segurança do subjetivismo. Às vezes, em lugar deste refúgio, devota-se a prática puramente ativistas. Talvez se pudesse comparar o “analfabeto político”, entre a essas práticas, de caráter político, com o outro analfabeto, o que lendo mecanicamente um texto, não percebe, contudo, o que lê. (FREIRE, 2019, p. 149).

Tal subjetividade é abrigada no senso comum, definida por Jessé Souza (2018) como a forma com que as pessoas conferem sentido às suas vidas e ações cotidianas. Para ele, o senso comum preenche uma lacuna pragmática, pois parte das regras básicas de convívio social, diz

quem nós somos e como devemos agir, caracteriza uma sociedade justa e singulariza os brasileiros em relação a outros povos. Sua importância fundamental é individual, política e coletiva. É neste contexto que Jessé Souza (2018) diferencia a consciência ingênua do senso comum:

Assim, como na ideologia do senso comum só temos “indivíduos” que competem uns com outros, nosso olhar, o olhar ingênuo e não treinado do senso comum, só consegue perceber a “família” como último elo da cadeia de causas que levam às desigualdades. A família seria o último a ligar o indivíduo solto no mundo a alguma forma de comunidade social. (SOUZA, 2018, p. 51).

O senso comum é incapaz de perceber a economia moral e a singularidade das classes sociais que determinam o comportamento de cada classe em particular e, com efeito, permite explicar a determinação social dos comportamentos individuais, pensados para torná-los como uma realidade em si, por meio do esquecimento e da invisibilidade. Dentre as várias falsas seguranças advindas da consciência ingênua presente no senso comum está a crença na ideologia, o privilégio individual que é legitimado na sociedade moderna e democrática baseada no princípio da igualdade e liberdade dos indivíduos.

Como consequência dessa consciência ingênua, as classes sociais envoltas no senso comum percebem o futuro como algo preestabelecido, por conta da sua visão domesticadora da qual o presente deve ser repetido porque o reduz ao determinismo. A consciência ingênua nega o papel dos seres humanos como seres da prática e, por conseguinte, a história e a esperança em virtude da dominação cultural estabelecidas pelas classes dominantes.

Para assegurar a manutenção do estado da consciência ingênua das classes opressoras sobre as classes oprimidas, recorre-se à concepção domesticadora que é colocada em prática e que foi abordada por Althusser (2000), ao discorrer sobre os aparelhos ideológicos – instituições organizadas para promover, transmitir, divulgar e legitimar um conjunto de valores, práticas e ações, ou seja, a ideologia da classe burguesa por meio da família, da escola, da igreja, das formações jurídicas e dos meios de comunicação e da cultura – e os aparelhos repressivos do Estado, formados no governo pela polícia, tribunais. Enquanto os aparelhos ideológicos são privados e atuam pelo convencimento, o aparelho repressivo é público e funciona pela violência.

Essa tentativa de estabelecer limite aos antagonismos de classe no âmbito do Estado democrático liberal, é pensado por Jessé Souza (2018) na dimensão do conceito de conflito que se refere à luta entre necessidades, interesses e ideias contraditórias, de modo que o indivíduo possa adquirir e formar sua personalidade. Além do mais, é no conflito que se

propicia a aprendizagem da consciência crítica por meio da percepção frente aos consensos perversos e desumanos que impactam sua história. Assim, sem a concretude dos conflitos como objeto de reflexão, indivíduos e sociedades estão condenados a repetir e reproduzir, de forma determinística, convenções e ideologias como se fossem realidades históricas e dadas.

Não é por acaso que, em tempos de democracia neoliberal, há uma mudança dos termos das lutas políticas comumente em torno da justiça, equidade, exploração, entre outros, para os termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança, entre outros. As falas e as linguagens deixaram de representar as mensagens de embate político no contexto da vida social para a conotação individualizante de ofensas, desrespeito e até promessas evocadas em torno do cuidado e do amparo como estratégia para perpetrar a consciência ingênua na população.

Bernard Charlot (2013) coloca que a escola sozinha é incapaz de fazer frente à sociedade capitalista. Ainda que a escola se organizasse tomando como ponto de partida uma pedagogia social, seria impossível, tendo em vista que os fundamentos da sociedade residem no modo de produção capitalista e na divisão social do trabalho, com intuito de desmitificar a neutralidade política da escola como meio de emancipação social destituído de ideologia e arena de luta de classes.

Entre as inúmeras faces da dominação da ideologia burguesa está o mito da brasilidade que, segundo Jesse (2018), parte do princípio da construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre os brasileiros que visa apagar as origens de classe e demonizar o conflito em nome de um pseudo sentimento de solidariedade de pertencimento comunitário, como expressão da consciência mágica. De fato, essa ideologia do nacionalismo se vale da ideia de pertencimento a uma comunidade imaginária a qual não condiz com a realidade de antagonismo de classe.

Não é por acaso que esse imaginário brasileiro é refratário tanto ao conflito, por ser conservador considerando as situações fáticas de dominação injusta, quanto à ilusão da meritocracia, como ideologia espontânea. Logo, a razão de reprimir e demonizar o conflito é uma maneira de inviabilizar qualquer aprendizado seja individual ou coletivo, necessário para fomentar a consciência crítica.

A ilusão da consciência ingênua foi apresentada por Michael Sandel (2020). Na abordagem da ideia da união entre retórica da ascensão e ética meritocrática, elas reportam à crença de oportunidades que são iguais, de modo que, ao levar as pessoas a ascender até onde seus talentos e o trabalho árduo as alcançarem, o sucesso será o resultado da sua ação.

A lógica meritocrática se desenvolveu na cultura política, a partir da retórica da ascensão, da linguagem do mérito, do merecimento e do castigo. O teor da consciência ingênua transitou da retórica da responsabilidade associada à ideia meritocrática de sucesso para a ideia de responsabilidade que estava associada à visão de deveres dos cidadãos para com seu país e seus concidadãos, passando a significar a responsabilidade individual de cuidar de si mesmo e arcar com as consequências, caso houvesse fracasso. O Estado de bem-estar social passa, então, de mediador de responsabilidade a rastreador de responsabilidade.

Por volta dos anos 1980, os debates sobre o Estado de bem-estar social reforçaram menos a ideia de solidariedade e mais a responsabilidade da culpa das pessoas desfavorecidas por conta do seu próprio infortúnio. Como desdobramento da consciência ingênua, a retórica da responsabilidade e da ascensão enveredaram em torno do ideal de autoconfiança e de vencer pelo próprio esforço, a saber que, entre 1980 e 1990, a palavra responsabilidade adotou a postura de reprovação moral em busca da política de bem-estar social e incentivou a busca do emprego no mercado de trabalho competitivo.

A consciência ingênua, entretanto, repercutiu na crença da oportunidade que significou a ideia de adquirir formação educacional e habilidades com vistas para competir no mercado de trabalho, de modo que, se as condições fossem iguais, as pessoas teriam a possibilidade de ascender a partir de seus talentos e esforços e, por conseguinte, o sucesso seria a “assinatura de seu mérito”. Em virtude disso, podemos destacar, a título de exemplo para ilustrar este fato, o discurso de Obama ao grupo de educadores na Casa Branca que sinaliza o quanto a retórica meritocrática naturaliza a desigualdade social e “encoberta” a gênese da origem das classes sociais e fantasia a figura do indivíduo como empreendedor de si mesmo.

Não importa quem você é, sua aparência, de onde você vem, você consegue. Essa é uma promessa essencial dos Estados Unidos. Onde você começa não deve determinar aonde você pode chegar. Então, estou feliz por todo mundo querer cursar a universidade (SANDEL, 2020, p. 99).

Não restam dúvidas de que toda essa trama ocorre, como observado por Jessé Souza (2018), graças ao senso comum que transmite conhecimentos pragmáticos, úteis para vida cotidiana e reproduzem esquemas do poder dominante cuja condição é a não revelação das origens das causas da dominação injusta, de modo que o processo de aprendizado moral e político, individual ou coletivo seja inviabilizado pelo mito da brasilidade, que visa perdurar os consensos injustos e a perpetuação dos privilégios no contexto de uma sociedade construída para rejeitar a consciência crítica. “Começar a perceber as contradições e os

conflitos por baixo da superfície de harmonia e de unidade é sempre o melhor caminho para qualquer novo aprendizado”. (SOUZA, 2018, p. 55).

Para situar a transição da construção de um tipo de consciência ingênua a outro como expressão das relação de dominação sob as classes dominadas, por conta da mudança das classes dominantes da idade média à idade moderna, Jessé Sousa (2018) pontua como a modernidade solidificou a ideia de legitimidade que estava associada ao pertencimento relacionado à herança familiar e à classe social, ou seja, ao atributo do sangue e da herança aceita pelos dominados de que os privilégios eram justos porque representavam a superioridade natural dos bens situados. Em vez disso, a modernidade continua a ser transmitida pela herança familiar e de classe, embora sua justificação dependa da representação como resultado natural do talento individual, como mérito do indivíduo privilegiado. Portanto, a ideia de igualdade de oportunidades serve como uma forma de conciliar as demandas de igualdade e liberdade.

Ao desvelar a manutenção dos interesses da classe burguesa por meio da consciência ingênua, pela ideologia do indivíduo e da meritocracia, segundo Souza (2018), é enfatizado o esquecimento do social no individual, permitindo a consagração do mérito individual que, no limite, justifica e legitima todo privilégio na sociedade moderna. É por esse esquecimento que se permite justificar a culpa individual por preguiça, inépcia ou maldade, por culpa em razão de sua escolha, do fracasso e porque nasceram em famílias “tortas” reproduzindo, em sua maioria, a precariedade.

O filósofo americano Michael J. Sandel (2020) revela que a crença da ética meritocrática é a ideia de liberdade no sentido de ser a habilidade de controlar o destino à custa do trabalho árduo e do merecimento. O sucesso passa a ser sinal de virtude e abundância de direito. Ele acrescenta que é o modo de pensar que leva as pessoas a acreditarem ser responsáveis por seu destino e não vítimas do próprio destino. Nesse contexto, a ideia de justiça legitimada pelo privilégio moderno é percebida como conquista e esforço individual figurando a outra faceta da dominação pela consciência ingênua.

Contraopondo-se a isso, Sandel (2020) afirma que, durante as últimas quatro décadas, as ideias meritocráticas aperfeiçoaram o controle sobre a vida em sociedades democráticas. Ainda que tenha sido visível o aumento da desigualdade, a cultura política reforçou ainda mais a ideia de que somos “responsáveis pelo nosso destino e é justo o que recebemos”. Não por acaso que ele problematiza o “mito” que o mercado propõe: a competição com base no esforço e no talento, com a finalidade de alcançar os resultados do mercado com foco no mérito, uma vez que, segundo o princípio nas sociedades baseado na crença da igualdade de

oportunidades, os mercados seriam justos com as pessoas, seja em torno das recompensas ou castigos o que acaba assegurando a reprodução da consciência ingênua. Jessé (2018) salienta que a ideologia da meritocracia consagrou a justificação da desigualdade no Brasil, optando pelo esquecimento do pertencimento de classe referente à gênese social das diferenças individuais.

Podemos ver que isso não aconteceria sem o papel da linguagem que, na tradição do pensamento de Antonio Gramsci (1999), é um meio pelo qual as concepções de mundo são transmitidas. Além disso, não podemos esquecer que a linguagem cotidiana se vale de conceitos e ideias veiculados pela linguagem. Afinal de contas, é a partir da hegemonia no campo da linguagem que se abre a possibilidade para a criação de consensos a respeito dos conceitos de conceber o mundo; por conseguinte, uma interpretação singular da realidade pelo caminho do senso comum, a concepção de mundo vigente é viabilizar um tipo de consciência em detrimento da outra. A partir desse divisor de águas, o problema não é mais político, mas limitado ao fórum íntimo da integridade psicológica.

A fala ofensiva visa quebrar a emergência de reação de “todos”, pois singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: “Você ofendeu a sociedade brasileira em mim”. Antes dizemos: “O problema não parece mais político, mas de respeito à integridade psicológica. (SAFATLE, 2021, p. 220).

Esse aspecto remete à racionalidade das leis da economia que propiciou a despolitização profunda da sociedade, a partir da proibição dos questionamentos face à autonomia do discurso econômico em relação aos interesses políticos.

Disto, decorre que despolitizar por meio da gramática a luta de classes não é inédito. Conforme a visão de Décio (1993), o Estado burguês também recorreu à ideologia de indivíduo para combater a formação de consciência de classe, uma vez que ele atenua a identidade de classe, gera o efeito de isolamento e assegura a manutenção da consciência ingênua. Ambos os casos de demonstração da consciência ingênua como estratégia das classes dominante convergem para a ideologia que reporta a ideia de igualdade jurídica em que todos são iguais perante à lei; assim, todos seriam constituídos como indivíduos racionais.

Ainda cabe ressaltar que o Estado democrático liberal jamais deixou de defender os interesses da empresa capitalista em seu território, ainda que se valesse da retórica do interesse comum como outra ideologia. No limite, trata-se da defesa de tais interesses que não se diferenciam do Estado neoliberal, que agiu e age de forma a desregular a vida em comum e a partilha da riqueza para as frações da classe dominante.

Isso ocorre em nome da defesa da “liberdade” tal como é apresentada por Safatle (2021, p. 27):

Fato que impediria o Estado de defender a liberdade (que, no caso, não é nada mais que a liberdade econômica de empreender e de possuir propriedade privada) contra os múltiplos interesses das corporações da vida social, submetendo assim a maioria ao interesse de minorias organizadas.

Ciente disso, não restam dúvidas de que a economia encarna a figura soberana de um poder soberano, munido de uma violência também soberana. Tal é a expressão, para Safatle (2021), autoritária da economia neoliberal como modelo de gestão social semelhante ao que teorizou Carl Schmitt. Este poder soberano ocorreu no momento que houve a psicologização da esfera política por causa da redução das relações políticas às expressões familiares. O familiarismo na política, segundo Safatle (2021), parte da ideia de uma fantasia social da família, enquanto instituição baseada nas relações hierárquicas naturalizadas, calcadas no amor e na devoção. Naturalizaram-se, assim, os lugares sociais de autoridade e submissão como algo dado e não passível de problematização tão necessário para despertar a consciência crítica.

Deve-se considerar, simultaneamente, a dimensão da relação entre economia e a lógica do Oikos com a finalidade de sobreposição do corpo social à lógica elementar da casa a fim de produzir a docilidade em relação à autoridade, ao sentimento de dependência e à naturalização da dominação de gênero e mais adiante à identificação com o agressor.

Mas, foi com a psicologização da esfera política que foi reforçada a justificação de ações econômicas, ao mesmo tempo que se combateu o estímulo ao desenvolvimento da consciência crítica por meio de uma enxurrada de discursos psicológicos e morais, abrindo espaço para legitimar a autonomia do discurso econômico em relação à esfera do político, como outrora ocorreu com a autonomia da economia em relação ao sagrado e sua transformação em psicologia moral.

O que, de fato, viabilizam as políticas de austeridade são valores morais, com o objetivo de justificar a racionalidade de processos de intervenção econômica, os quais são uma tendência generalizada de se valerem de termos psicológicos e morais para tratar de problemas econômicos.

Devido à política de austeridade, a consciência ingênua significou posicionar-se contra ou criticar a austeridade, situando-se fora da possibilidade de ser reconhecido como sujeito moral autônomo e responsável. É a mesma moralidade que estimula os indivíduos a pararem

de buscar a tutela do Estado providência, com a finalidade de assumirem a responsabilidade por suas vidas, de modo a aprender a lidar como adultos aos riscos sociais.

Acresce a isso, o que foi mencionado por Michael J. Sandel (2020), que Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, ensejaram conduzir a sociedade em direção à confiança aos mercados. Tal período foi de suma importância para levar a fé no mercado, como também para a ascensão dos valores e das práticas meritocráticas. Ele reporta à crítica de Reagan e Thatcher sobre o Estado de bem-estar social, que defendiam o argumento de que as pessoas deveriam ser responsabilizadas pelo próprio bem-estar, ao passo que a comunidade deveria socorrer somente àqueles cujo infortúnio fosse sua própria culpa. Basta ler o discurso proferido de Reagan sobre o Estado da União, destacado e analisado por Sandel:

Mas que possamos trabalhar para ver quantos podem ser libertados da dependência de políticas de bem-estar social transformados em pessoas autossustentáveis.” “Não por culpa própria” é uma expressão reveladora. Inicia como uma metáfora de generosidade; aqueles que são necessitados “não por culpa própria” tem o direito a pedir ajuda da comunidade. No entanto, como todas as atribuições de responsabilidade, isso também tem um lado duro. Se quem é vítima das circunstâncias merece nossa ajuda, quem influenciou de alguma forma o próprio infortúnio, pode-se argumentar, não merece. (SANDEL, 2020, p. 95).

Sob o olhar de Karl Marx (1993), este fato remete ao conceito de ideologia, dado que significa a falsa consciência sistematizada da realidade social, política e econômica, cujo objetivo é perpetuar a dominação da classe burguesa sobre trabalhadores por meio do falseamento da realidade como pré-condição para a manutenção da consciência ingênua.

Quanto à consciência ingênua do analfabeto político, Paulo Freire (2019) estabelece uma crítica epistemológica e política, face à separação entre teoria e prática, próprio de conhecimento determinístico que busca, no papel da filosofia, a justificação da realidade tal como ela é, isto é, a educação a serviço da adaptação do *status quo* culminando em uma prática mecânica e acrítica.

Tal consciência se torna um obstáculo para a compreensão dos seres humanos como sujeitos no mundo, na qualidade de seres da *práxis*, ou seja, da ação e da reflexão sobre o mundo. Com base nisto, Paulo Freire (2019) sinaliza a impossível *práxis* libertadora para o educador que pratica a educação domesticadora. A aposta para superação da consciência ingênua está na pedagogia por ser considerada uma ação social que, segundo Bernard Charlot (2013), se deve a um projeto de sociedade em virtude da sua natureza dialética, ou seja, ao

mesmo tempo que ela transforma por um lado o projeto social, por outro transforma e renova o próprio projeto.

Isso corrobora o diagnóstico de Althusser (1983), que defende que a escola é um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, uma vez que viabiliza a reprodução das relações sociais do sistema capitalista na medida em que contribui tanto para a formação da força de trabalho como para a inculcação da ideologia burguesa na comunidade escolar.

A educação, como instrumento da reprodução da ideologia dominante ou como um método de ação transformadora revolucionária, exige sempre essa presença. Há, contudo, uma radical diferença entre as duas formas de estar presente e de ser presença. Freinet, para falar apenas num dos grandes pedagogos contemporâneos inscritos na perspectiva libertadora, jamais deixou de estar presente, mas jamais, também, exacerbou sua presença a ponto de transformar a presença dos educandos em sobra da sua. (FREIRE, 2019, p. 152).

Nesse sentido, ele faz uma aposta para o mundo novo, o qual é criado mediante o processo revolucionário em caráter permanente e não se conclui com a chegada da revolução ao poder, visto que o mundo jamais pode ser sacralizado, razão pela qual se exige a participação consciente das grandes massas populares com a superação da separação entre trabalho manual e intelectual, da educação burguesa e a superação da consciência ingênua.

No tocante a essa separação do trabalho, Antonio Gramsci (1973) explana que o trabalho intelectual e trabalho manual foram separados. Apesar disso, ele destaca a ideia de que todos os homens são intelectuais, todavia com a divisão social do trabalho e a especialização técnica, nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Quanto à conscientização para fomentar a consciência crítica, Paulo Freire (2019) nos convida para provocar o reconhecimento do mundo não como mundo dado, naturalizado, mas como algo que está em permanente processo de vir a ser. Isso é semelhante ao que Marx (1993) argumentava sobre os ideólogos que promoviam uma subversão entre a realidade e o pensamento, isto é, submetendo a realidade concreta ao pensamento, invertendo a relação, de modo que os fatos se adequassem às ideias, e não as ideias aos fatos.

É por conta desta situação que a consciência ingênua é uma consumação da dominação injusta por ser a condição que serve de obstáculo à dimensão reflexiva da consciência crítica. Principalmente no momento que fica inviável a reflexividade humana, recorrer à gênese que explica tal fenômeno, a consciência ingênua dá vazão para a manipulação ideológica por parte da ação cultural empreendida pelas classes dominantes.

Para que as classes oprimidas se libertem, é necessário romper com a percepção ingênua da realidade. Para tal, elas precisam participar e organizar a revolução para transformar a realidade – desde que essa organização parta de uma ação consciente que envolva a reflexão crítica do conhecimento da realidade naturalizada na consciência popular.

Para que seja efetivada a libertação das classes oprimidas, Gramsci (1979) ressalva que a função social dos intelectuais orgânicos é de organizar a cultura, a maneira de pensar e sentir, expressos por meio de suas ideias, valores e moral, de modo que possa viabilizar os interesses de classe social ao patamar de hegemonia cultural, com vistas a exercer influência na sociedade civil e na sociedade política ou no Estado.

A sociedade civil se constitui de grupos sociais, partidos políticos e aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por gerar para si, uma ou mais camadas de intelectuais condizentes à função social. Logo, a função dos intelectuais orgânicos é de organizar os interesses de classe por meio do embate de ideias com outros autores da sociedade civil na perspectiva de buscar a hegemonia cultural de suas ideias e, assim, obter o consenso majoritário, sem perder de vista a conquista política e econômica da sociedade civil e a sociedade política.

Por isso, o educador Paulo Freire (2019) elucida que deve haver o desenvolvimento de uma educação crítica e criticizadora, ou seja, de uma educação propícia à passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica, de maneira a capacitar o homem no sentido de prepará-lo contra as forças dos irracionalismos, das quais era vítima durante a posição da transitividade ingênua.

Para Jessé (2019), numa das raízes dessa subcidadania e do desprezo das elites à parcela da população brasileira marginalizada está o nosso escravismo que deve ser “enterrado” e do qual herdamos o ódio e o desprezo pelas classes populares, realidade inviável numa sociedade igualitária como a europeia. Comenta, ainda, que Norbert Elias pôde explicar sobre o processo civilizador porque o mundo europeu rompeu com a escravidão da antiguidade. Ele acrescenta que o que houve no processo civilizador de Elias é um gigantesco processo de homogeneização social que atingiu todas as classes sociais dos principais países europeus, o que propiciou um patamar mínimo de universalização para todos.

Não restam dúvidas que é um processo de aprendizado coletivo de grande impacto que tornou possível a universalização dos pressupostos psicossociais denominados de dignidade do produtor útil tiveram como ponto de partida a internalização da disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo.

Esse processo de aprendizado coletivo de universalização dos pressupostos psicossociais são, para o sociólogo Jessé Souza (2018), o ponto de partida para a eficácia social da regra jurídica da igualdade, ou seja, a concepção moderna de cidadania por se tratar da amplitude da dignidade compartilhada no sentido do reconhecimento do outro, no sentido de que Taylor conceituou de respeito atitudinal, recordado por Jessé Souza. Depois que esse pressuposto da cidadania moderna estiver disseminado na sociedade, tornará possível a efetividade da dimensão jurídica da cidadania e da igualdade da lei garantida pela Lei.

Essa concepção de cidadania aproxima-se da visão de Paulo Freire (2019) ao dizer que a cidadania é o uso dos direitos e deveres do cidadão, visto que para ser cidadão, em Freire, é parte da prerrogativa do ser indivíduo no gozo dos direitos políticos e civis de um Estado. Por isso, Freire (2020) vincula a ideia da alfabetização à identidade individual e de classe que é associada à formação para cidadania. Logo, mais do que ensinar a ler e escrever, a alfabetização é um ato político o que não implica no Que Fazer neutro, uma vez que, para Paulo Freire, trata-se de uma categoria (que fazer) que explica a posição ético-política de acordo com a concepção de existência humana enquanto sujeitos históricos, capazes de *práxis* transformadora expressa na luta por buscar ser mais. Basta ver que não há subgente nas democracias europeias, dado que já foram asseguradas as condições do sucesso escolar e no mercado de trabalho competitivo para a maioria das pessoas.

Havendo mais pobres e baixos padrões de vida das classes inferiores, haverá pressão dos estratos superiores sobre elas em razão de considerá-las desprezíveis, naturalmente inferiores, uma forma de classe sem valor.

Desse modo, as elites exercem violência simbólica nas classes populares que, segundo Pierre Bourdieu (2018), trata-se da dominação simbólica que se vale da linguagem como instrumento de poder, de ação e de dominação que são responsáveis por causar as desigualdades e hierarquias sociais como também o sofrimento que elas incutem não são pela força física, mas desse tipo de dominação simbólica.

Quanto à postura das elites de assegurar os interesses das classes dominantes, de acordo com Décio (1993), é o Estado um poder especial de repressão desempenhado pela figura dos funcionários. Estes, por sua vez, são destacados, total ou parcialmente, da esfera da produção para que possam desempenhar a função, amortecer o conflito de classes antagônicas e frustrar a revolução social, assegurando a exploração e a continuidade da exploração do trabalho.

Isso vem ao encontro do que Antonio Gramsci (1995) diz a respeito de educar os dominados com a finalidade de que venham tornar natural o consentimento e a subserviência,

da maneira de ver o mundo que não é dos próprios dominados, mas das próprias classes dominantes.

A filosofia da *práxis*, porém, é fundamentada no discurso e na ação coerente, baseada no vínculo dialético entre teoria e prática que se efetiva na transformação do mundo (GRAMSCI, 1995), de modo que possam atingir os objetivos da revolução que é transformar as instituições e as relações sociais para mudar os homens, entendida pelo autor como uma reforma intelectual e moral.

Finalmente, Paulo Freire traz à tona dois empenhos da educação universitária e pós-universitária: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB e a Universidade de Brasília. Ambos os esforços foram frustrados pelo golpe militar. Decerto que o ISEB serviu como um momento da consciência nacional que se prolongou até a Universidade de Brasília.

Vale recordar que, antes do ISEB, os intelectuais brasileiros, de modo geral, pensavam e escreviam sobre o Brasil de um ponto de vista europeu e depois norte-americano. Avaliava-se e julgava-se o desenvolvimento cultural a partir da matriz etnocêntrica dos países do primeiro mundo, retratando uma forma de pensar alienada, o que inviabilizava qualquer forma de engajamento.

CAPITULO II . A TRANSIÇÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL PARA A NEOLIBERAL E O SURGIMENTO DA NOVA DIREITA

Este capítulo tem como objetivo mostrar a crise do projeto liberal e o surgimento da política do neoliberalismo no Ocidente, a partir da leitura de Pierre Dardot e Christian Laval e de David Harvey. Aponta-se, na sequência, o surgimento da nova direita, como fator que vem determinando uma nova racionalidade política e econômica, estendendo-se para todas as esferas da vida, sobretudo na formação escolar.

Antes de adentrar na discussão entre as duas democracias, julgou-se irremediável e prudente discorrer sobre a origem da crise do liberalismo clássico, que culminou no neoliberalismo e, em seguida, mostrar as causas da inexperiência democrática brasileira e os limites e contradições da democracia liberal.

O Estado planejado surgiu após a 2ª Guerra mundial para impedir o retorno catastrófico que ameaçou a ordem do poder capitalista na grande crise dos anos de 1930, de modo a impedir as rivalidades geopolíticas interestados que levaram à guerra. Em resposta, segundo David Harvey (2014), após o cenário catastrófico de 1930, entraram em cena as teorias intervencionistas como as de John Maynard Keynes, que ganhou notoriedade em resposta à grande depressão de 1930. Tudo isso segue lado a lado, com os princípios do New Deal, compromissos firmados com o Estado democrático liberal, ao passo que significava adotar políticas fiscais e monetárias

Foi preciso assegurar a paz e a harmonia interna revelando o acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores. Isso vem de encontro à reflexão de Jessé Souza (2020) referente à grande depressão de 1929, o que implicou o recuo da grande propriedade privada, que foi substituída pelo Estado na administração Roosevelt, em que foi marcado o compromisso de classes do New Deal – levado a cabo pelo Estado na qual se transformou no compromisso das classes social-democrata, caracterizando o capitalismo mundial do pós-guerra.

Vale dizer que, segundo David Harvey (2014), o capitalismo e o comunismo falharam ao mencionar o texto intitulado *“Politics, Economy and Welfare: Planning and Politico-Economic Systems Resolved into Basic Social Processes”*, publicado pelos cientistas sociais como Robert Dahl e Charles Lindblom, em 1953.

A única solução que restou era combinar Estado, mercado e instituições democráticas com vistas a garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade. Internacionalmente, tal ordem mundial foi construída mediante os acordos de Bretton Woods e por meio de

instituições, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações (Basileia) com objetivo de viabilizar a estabilidade das relações internacionais.

De fato, esse tipo de forma de Estado democrático tinha como característica a política de pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar entre os seus cidadãos, como também deveria atuar intervindo ou substituindo os processos de mercado.

As políticas fiscais e monetárias denominadas keynesianas foram colocadas em práticas para atenuar os ciclos de negócios de modo a assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Isso implicou uma conciliação de classe entre capital e trabalho de modo garantir a estabilidade da ordem capitalista, ao passo que os Estados atuaram na política industrial de modo a estabelecer as políticas sociais voltadas para o bem-estar social da população.

De acordo com David Harvey (2014), essa forma de governo político-econômico é denominada de liberalismo embutido segundo o qual os processos de mercado, atividades empreendedoras e corporativas eram limitadas ao ambiente regulatório do planejamento liderado pelo Estado. De fato, esse liberalismo embutido foi marcado por elevadas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas avançados entre os anos de 1950 e 1960.

Conforme Jessé Souza (2020, a partir dos anos de 1970, devido ao crescente poder das classes trabalhadoras, deu-se início à queda da taxa de lucros dos capitalistas das grandes potências. É importante ressaltar que, para Harvey (2014), a queda foi controlada mediante aplicação de medidas monetárias e fiscais Keynesianas. Com isso o Estado representou um campo de disputa que geriu as relações de classe. Além disso, organizações da classe trabalhadora como sindicatos e partidos de esquerda tiveram uma atuação significativa no aparato Estatal.

Próximo do final de 1960, iniciou-se a crise do liberalismo embutido no nível do plano das economias domésticas e internacionalmente. Os sinais eram da grave crise de acumulação. Com isso, o desemprego e a inflação ampliavam-se, levando a uma estagflação global que se estendeu até 1970. Surgiram crises fiscais em vários Estados, como a Grã-Bretanha, e eles tiveram que recorrer aos recursos do FMI entre 1975 e 1976. Apesar disso, as receitas despencaram, e os gastos dispararam.

Ficou claro que as políticas keynesianas não conseguiram superar a crise, ainda mesmo antes de ocorrer o conflito árabe-israelense e do embargo de petróleo da OPEP de 1973, como também do sistema de câmbio fixo DCE Bretton Woods, baseado em reservas de ouro que se mostraram ineficazes.

A fase do liberalismo embutido marcado por altas taxas de crescimento pelo menos restrito aos países capitalistas avançados após 1945 entrou em crise e deixou de funcionar. Posto isto, a crise de acumulação do capital de 1970 foi um convite para o mundo capitalista entrar de quina no neoliberalismo como uma única resposta viável para as idas e vindas de experimentos caóticos que convergiam em torno da nova ortodoxia nos anos de 1990 que veio a ser denominada consenso de Washington.

A crise de acumulação do capital, por volta da década de 1970, afetou todos os países capitalistas numa profunda onda de desemprego crescente combinada com inflação descontrolada.

A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra (HARVEY, 2014, p 23-24).

Diante deste cenário, o neoliberalismo surgiu como uma espécie de solução para estabelecer a ordem capitalista e amenizar os seus desníveis que outrora foi escamoteado pelas políticas públicas. Essa teoria surgiu em virtude da reunião de um grupo exclusivo de defensores da teoria neoliberal composto de economistas, historiadores e filósofos acadêmicos que se juntaram em torno do filósofo político austríaco Friedrich von Hayek para a criação da instituição Mont Pelerin Society. Entre eles, estavam também Ludwig Von Mises, o economista Milton Friedman e o filósofo Karl Popper.

Essa teoria se opunha às teorias do Estado intervencionista de John Maynard Keynes que alcançou notoriedade em resposta à grande depressão de 1930. Apesar disso, muitos legisladores recorreram à teoria keynesiana para manter sob controle os ciclos de negócios e recessões. Os neoliberais se mostraram hostis às teorias do planejamento estatal centralizado, tais como as propostas de Oscar Lange, próximo da tradição marxista.

De fato, os defensores do neoliberalismo alegavam que as ações do Estado estavam condenadas à tendenciosidade política que se encontrava dependente da disputa dos interesses envolvidos, como os sindicatos, os grupos de pressão corporativos, entre outros. Diziam que questões de investimento e acumulação do capital estavam equivocadas, pois as informações do Estado estavam aquém com as de posse do mercado.

A teoria neoliberal, na sua versão monetarista, passou a influenciar diversos campos da política. Durante o governo Carter, foi colocada em prática a desregulação da economia como uma resposta ao estado caótico da estagflação que se manteve nos Estados Unidos em

meados da década de 1970. Na Grã-Bretanha, no mesmo ano, com a eleição de Margareth Thatcher sob a condução de Keith Joseph, vinculado ao neoliberal Instituto of Economics Affairs, foram substituídas as ideias keynesianas pelas soluções monetaristas com foco na oferta para estancar a estagflação que marcou a economia britânica na época. Essa atitude deu início ao desmonte das instituições e práticas políticas do Estado social-democrata que foi construída a partir de 1945.

Isso implicou empreender um enfretamento ao poder sindical e todas as formas de solidariedade que pudesse tornar um obstáculo à flexibilidade competitiva, à redução de impostos, ao fomento à iniciativa de empreendedores e à criação de um ambiente favorável aos negócios para induzir o fluxo de investimentos externo. Todas as formas de solidariedade social, portanto, tinham que ser superadas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. É o que foi esperado e dito por Thatcher: “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito (HARVEY, 2014, p. 32).

Por volta de outubro de 1979, Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, agiu em direção a uma mudança rígida na política monetária dos Estados Unidos, acarretando o abandono do compromisso do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal que significavam as políticas fiscais e monetárias keynesianas, que tinham na política o pleno emprego com o objetivo de conter a inflação, sem levar em conta as consequências. Por conta do aumento da taxa de juros ficando na ordem de 20%, levou a uma recessão profunda que levou o esvaziamento de fábricas e destruição dos Estados Unidos, além de levar muitos países devedores à falência, iniciando a era de ajustes estruturais.

Diante dessa crise, Volcker ofereceu como saída a concepção neoliberal para sanar a crise da estagflação que marcou o Estados Unidos e boa parte da economia global por todos anos de 1970. De fato, a implantação do neoliberalismo consistiu na adoção do monetarismo como na implantação de políticas governamentais em outras áreas.

Ao lado disso, Ronald Reagan, em 1980, ofereceu apoio político necessário para a desregulação, cortes orçamentários, ataques ao poder sindical e profissional, além de adotar, assim como Volker, a política monetarista para sanar a estagflação.

O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendência a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação,

tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista. (HARVEY, 2014, p.35).

A elevação do petróleo pela OPEP se deu por meio do embargo do petróleo de 1973, que ajudou a viabilizar a guinada para o neoliberalismo. Vale pontuar que a nossa versão do New Deal foi o nacional-desenvolvimentismo, cujo ideal era a empregabilidade da mão de obra, posto que o raciocínio era de produzir o máximo com uma população, custando o mínimo e enriquecendo o país. Com o neoliberalismo, não é defendido mais a empregabilidade, mas a manutenção de um índice ótimo de desemprego com vistas a manter os salários os mais baixos possíveis, com o aumento da oferta de mão de obra, devido ao enfraquecimento da força de negociação dos sindicatos e o aumento do lucro decorrente diretamente da *mais valia*.

O neoliberalismo se realiza sem qualquer pacto. A fala de ordem é o dinamismo econômico para esconder a falta de emprego. Tal regra é aceita pela população, figurando uma instituição de um novo pacto social. Neste caso, observa-se que a concorrência neoliberal tem como fundamento a noção de liberdade que é associal, uma vez que decorre das características do homem-empresa.

No caso da Alemanha Ocidental, por conta da destruição da república de Weimar dos anos 1920 e da inflação que ocorreu no final da segunda guerra mundial, ocorreu a ascensão para o fascismo.

A partir do governo Reagan, o FMI e o Banco Mundial foram usados como meios de propagação e implementação do fundamentalismo de mercado e da ortodoxia neoliberal. Com isso, para reescalonar a dívida, os países endividados tiveram que adotar medidas, como corte de gastos sociais, flexibilização das leis de trabalho e privatizações, desembocando, assim, no chamado ajuste estrutural. O México foi o primeiro, dentre os Estados, a colocar em funcionamento as ideias neoliberais que passaram a irradiar pelo mundo.

De acordo com David Harvey (2020), o neoliberalismo significa a financeirização de tudo de modo que ele aprofundou o domínio das finanças a respeito das outras áreas da economia como também sobre o aparato do Estado, tendo como poder o das finanças. A concepção de neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), ao mencionar Von Mises e Hayek, trata-se de uma perspectiva que está associada à autonomia sem a obediência à moral e à lei, uma vez que tal obediência é reduzida ao cálculo entre os benefícios tirados pela transgressão e os riscos da exposição.

Sob esta perspectiva, ao se exigir mais governo, implicará em mais coesão e menos liberdade para a democracia de consumidores. A concepção neoliberal para Von Mises, segundo Dardot e Laval (2016) é:

Centrada na valorização da concorrência como fundamento de sociedade. O que há um ponto em comum com o liberalismo clássico que é a limitação do Estado em favor do mercado, deixando em destaque o papel da liberdade econômica sobre a eficácia da máquina econômica e na condução do processo de mercado.

Na visão de Jessé Souza (2020), o neoliberalismo é um novo padrão de riqueza e de renda pelo fato de extrair a renda e a riqueza das classes trabalhadoras para os super ricos e a elite funcional, ou seja, 1% da sociedade. De acordo com Safatle (2021), trata-se de uma racionalidade política que coloca acima dos governos, a economia, na sociedade e no Estado, a lógica do capital de forma a converter-se em tipos de subjetividades e na norma de existências. Essa é a forma de governo do neoliberalismo, dado que o Estado não é pensado com um fim em si mesmo, mas passa a ser definido como um regulador mínimo do mercado, tanto no sentido da reformulação das leis, quanto do monopólio do uso da força. Logo, é um aparelho repressivo a serviço do mercado atuando sobretudo contra a democracia.

Não é por acaso que, em tempos de democracia neoliberal, suscitou-se uma mudança dos termos das lutas políticas comumente em torno da justiça, equidade, exploração, entre outros, para os termos emocionais como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança, entre outros. Afinal, as falas e as linguagens deixaram de representar as mensagens de embate político no contexto da vida social para a conotação individualizante de ofensas, desrespeito e até promessas evocadas em torno do cuidado e do amparo.

O Estado democrático liberal jamais deixou de defender os interesses da empresa capitalista em seu território, ainda que se valesse da retórica do interesse comum como outra ideologia. No limite, trata-se da defesa de tais interesses que não se diferenciam do Estado neoliberal, que agiu e age de forma a desregular a vida em comum e a partilha da riqueza para as frações da classe dominante.

Não restam dúvidas que esses acontecimentos deixam em relevo uma das razões do fracasso dessa experiência democrática, a qual está associado ao seu deslocamento da democracia liberal para democracia neoliberal. Isso emergiu sem que houvesse uma adaptação das constituições vigentes, cuja transformação ocorreu por meio de dois processos convergentes. O primeiro se deve à prevalência da presença do capitalismo financeiro global, a qual suprimiu a soberania dos Estados para atender a vontade soberana dos especuladores

financeiros e das agências de notação de crédito e o FMI. Em decorrência do Estado mínimo e a desregulação das atividades econômicas e financeiras, deu margem ao surgimento do segundo processo: o fenômeno do fascismo social, o qual se expressa, nas palavras de Boaventura (2016), como um regime social comum às democracias de baixa intensidade por também manifestar essas características:

A concentração de riqueza e degradação dos direitos econômicos e sociais estão fazendo com o que o círculo da reciprocidade cidadã se estreite e cada vez mais cidadãos passem a viver na dependência de grupos sociais poderosos que tem o direito de veto sobre seus modos e suas expectativas de vida, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários industriais, empresas de megaprojetos e de mineração. (BOAVENTURA, 2016, p. 21).

A título de exemplo, pode-se mencionar o filme “Eu, Daniel Black” o qual apresenta uma crítica ao processo de precarização dos serviços públicos e da força de trabalho, o desaparecimento dos postos da oferta de empregos e a perda dos direitos sociais – em suma, os desdobramentos e os impactos da democracia neoliberal na sociedade americana.

Entre a democracia liberal e a democracia neoliberal, há um fator que distingue ambas. Para a democracia liberal, há a existência de dois mercados: o mercado político das pluralidades de ideias, convicções e valores, com os quais não tem preço por serem convicções ideológicas e o mercado econômico, que congrega bens e serviços passivos, que é determinado pelo mercado dos valores que tem preço. Os dois mercados são separados em razão dos princípios da democracia liberal. A democracia neoliberal dá ênfase ao mercado econômico e, por causa disso, o mercado de valores políticos é submetido à lógica de mercado.

... mesmo no domínio das ideologias e das convicções políticas, tudo se compra e tudo se vende. Daí a corrupção endêmica do sistema político, corrupção não só funcional, como necessária. A democracia, enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto. (BOAVENTURA, 2016, p. 22).

O sociólogo relembra o comentário de Lipset, em que o aumento da riqueza não se deve ao desenvolvimento da democracia, mas à estrutura social que mais se assemelha a um losango com uma classe média em ascensão, ou seja, a defesa intransigente da não participação da população popular e subalterna na experiência democrática.

A isso acresce a teoria das elites que, segundo Shumpeter (1971), trata-se de uma teoria antidemocrática que se tornou democrática, segundo a qual defende que o poder do povo nunca e jamais existiu ou existirá; argumenta que a democracia não visa ao bem comum e não existe o bem comum por conta do não consenso, pelo fato de haver conflito de interesses. Por fim, diz que o povo é irracional, porque vota segundo a percepção de empatia ou antipatia.

Ao lado disso, Boaventura de Sousa Santos (2016) compartilha, em suas reflexões, os possíveis desdobramentos de regimes democráticos no mundo e, apesar dessas inúmeras experiências democráticas, ele as intitula de experimentalismo democrático – infelizmente este projeto se encerrou em 2016. A democracia participativa, ao longo do tempo, foi sendo instrumentalizada, razão pela qual perdeu seu objetivo contra hegemônico e, como consequência, foi capturada pela lógica burocrática, deixando de se renovar em termos sociais e geracionais.

No pior dos casos, conseguiu ter todos os defeitos da democracia representativa e nenhuma de suas virtudes. Por sua vez, as elevadas expectativas suscitadas pelos processos boliviano e equatoriano têm igualmente sido em parte frustradas, sobretudo no Equador, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento econômico lá adotado, centrado na exploração intensiva de recursos naturais, colidiu com os princípios da interculturalidade e da plurinacionalidade e por prevalecer sobre eles. (BOAVENTURA, 2016, p. 21).

Ao longo dos cem anos, se observa que as iniciativas dos movimentos das classes populares de emancipação social contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal vêm desaparecendo ou mesmo estão sendo marginalizadas na atual conjuntura. Por fim, o sociólogo reforça a ideia de que a utopia da revolução socialista cedeu lugar à utopia da social-democracia e que esta figurou na instrumentalização da democracia apenas com complementos de direitos humanos.

Ao lado desse neoliberalismo, ainda, há o chamado neoliberalismo progressista que, segundo Jessé Souza (2020), engloba, de um lado e ao mesmo tempo, a circulação de capitais e a globalização do capitalismo financeiro, por meio da acumulação do capital, que ocorre pela via das dívidas públicas forjadas para apropriar o orçamento público e acompanhado da flexibilização do fluxo de capitais e da não cobrança de impostos dos ricos, somado com a crescente desigualdade de renda e riqueza da população; e por outro lado, a luta por reconhecimento de pertencimento social vinculado à proteção dos valores conservadores quanto aos valores progressistas.

Por conviver tanto com um padrão de reconhecimento ligado à proteção de valores conservadores, como a família patriarcal, o machismo, a homofobia e a xenofobia, quanto com valores progressistas, como a emancipação de minorias, a proteção do meio ambiente e o apoio à diversidade cultural e ao multiculturalismo. (SOUZA, 2020, p.135).

Essa ideia é distinta, segundo Jessé (2020), da sociedade a partir do New Deal pelo fato de ser baseada em demandas em busca de justiça orientadas seja pela distribuição de bens, seja ainda pela busca do reconhecimento do pertencimento social na dimensão moral, fundamentada em torno das ideias de liberdade e direitos, visto que a esfera econômica é atravessada por avaliações morais referentes ao reconhecimento do trabalho útil e da dignidade do trabalhador.

2.1. Causas da inexperience democrática brasileira, limites e contradições da democracia liberal.

Passou a vigorar, no Brasil, o mutismo do homem por conta do processo de colonização que tornou um obstáculo à vivência comunitária e à participação na solução de problemas comuns, uma vez que o poder transitava entre o senhor das terras, do governador ao capitão-mor, desembocando num tipo de solidariedade política do homem ao seu senhor como proprietário de terras. Mesmo com a importação da democracia política, tornou-se uma solidariedade aparentemente política. A nossa herança cultural, portanto, não permitiu criar as condições voltadas para vivência da participação popular na coisa pública (república), pois não havia povo.

Basta ver que a nossa vida privada e pública estava submetida ao poder externo e à autoridade externa. Essas circunstâncias vinculavam o povo ao controle da autoridade externa e dominadora, visto que concebeu uma consciência hospedeira da opressão refratária a uma consciência livre e criadora, condição necessária para os regimes democráticos.

Tudo nos levava à dispersão com “propriedade sesmeira”. Não podíamos, dentro destas circunstâncias, marchar para formas de vida democrática, que implicava um alto senso de participação nos problemas comuns. Senso que se “instala” na consciência do povo e se transforma em sabedoria democrática (FREIRE, 2019, p. 96).

Ao se distinguirem os centros urbanos, que foram feitos de cima para baixo, tornou-se inviável a solidariedade política, em associar grupos humanos em comunidades, ponto de partida indispensável para despertar a experiência da vivência democrática. Os núcleos urbanos foram formados de cima para baixo, criados compulsoriamente e com suas populações arrebanhadas; ou seja, não nasceram segundo o impulso popular.

Além disso, o trabalho escravo veio a se tornar um obstáculo à mentalidade democrática, voltada para uma consciência flexível e de experiência de participação e de autogoverno. Por um lado, a acomodação exige um mínimo de criticidade; por outro, a integração exige um máximo de razão e consciência, denotando o típico comportamento dos regimes democráticos. Há ainda, o ajustamento e a acomodação vinculadas ao comportamento do mutismo. Por isso, no ajustamento, não há nem diálogo e nem participação; mas acomodação às determinações dirigidas a ele. Portanto, as disposições mentais acríticas e autoritárias foram criadas a partir dessas condições.

Conforme a situação de isolamento imposto à colônia, encerrada em si mesma, é limitada a atender as exigências e os interesses da metrópole. Isso mostra uma relação de verticalidade e impermeabilidade antidemocrática da política da corte. Não restam dúvidas de que essa política de colonização com sua estrutura tutelar, tornou inviável uma experiência de aprendizagem democrática. Essa é a prova cabal de que a aprendizagem da inexperiência coletiva democrática está vinculada à formação histórica e cultural, dado que não possui a experiência e vivência de autogoverno que poderia conduzir as condições necessárias para os comportamentos em direção ao exercício da cidadania.

Isto posto, o olhar de Freire (2019) aponta para as raízes desta aprendizagem coletiva, da inexperiência democrática originária da herança de uma estrutura econômica e social totalmente colonial junto da importação de uma estrutura de Estado nacional democrático que não levou em conta prévia o nosso contexto. É oportuno afirmar também que as realizações da democracia não dependem somente das regras e procedimentos, adotados e mantidos, mas também como são exercidas no contexto de uma estrutura econômica e social como a mencionada logo acima que impede uma experiência de aprendizado coletivo e democrático.

Com a tentativa de implantação de um de um Estado democrático “messianicamente” importado, inviabilizou-se a condição de desenvolver uma experiência de aprendizagem coletiva de autogoverno durante a vida colonial, uma vez que o povo ficou de fora das primeiras experiências democráticas, restando tão somente a vivenciar a experiência de uma solidariedade individualizada. Também foi inviabilizado o surgimento de uma estrutura social

fundamentada na aprendizagem da dialogação, na participação, na responsabilidade, na política e na solidariedade social e política.

Na verdade, Freire (2019) diz que o alheamento do povo e de sua assistencialização junto a uma abertura da sociedade brasileira não foi o suficiente para gerar condições de participação política do povo. Freire (2019) dá ênfase à importância da experiência da participação como capaz de superar a inexperiência democrática e do clima de irracionalidade que viveu o Brasil e que se acirrou com a intervenção internacional. Ele também defende a bandeira de uma educação comprometida com o desenvolvimento e com a democracia, que prepara o homem não só para a sua inserção, mas também para discussão de sua problemática, sem perder de vista uma educação voltada para o engajamento político e não submetida aos desejos do indivíduo e as prescrições alheias, mas baseada no constante diálogo com o outro e suscetível a permanente crítica e a autocrítica das descobertas, à luz dos métodos e processos científicos.

Por tais razões apresentadas, Freire (2019) salienta que os regimes democráticos envolvem a dimensão das mudanças constantes, uma vez que são inquietos, típico de uma verdadeira experiência democrática afinada com formação do homem, enquanto sujeito, com uma consciência crítica e reflexiva; ou seja, flexibilidade de consciência, perante a doutrinação cultural da pedagogia das classes dominantes, que assegura a manutenção dos seus interesses. Por acreditar nisso, Freire apostou em uma educação voltada para a experiência do debate e da análise dos problemas, comprometida com a ascensão da massa popular em condições de vivência e participação de modo a adquirir cultura democrática.

Ainda na interpretação freiriana, os marxistas introduziram a expressão democracia como um instrumento para a análise das sucessivas formas de dominação de classe. Agora, a expressão democracia é dotada de um novo sentido e forma como elemento de um programa político. Nesse contexto democrático, Freire (2019) ressalta o papel da educação que não pode ser uma proposta domesticadora e passiva, pois torna inviável a incorporação do pensar autêntico por meio do debate e da discussão de ideias; a expressão do impulso democrático é a condição para experiência democrática e a participação do povo na vida pública brasileira.

Apesar das limitações apresentadas pelo regime da democracia liberal, Paulo Freire (2019) permaneceu um entusiasta da esperança do verdadeiro espírito democrático que, segundo ele, somente se incorporaria vivenciando e experimentando, embora se tentasse, de forma insistente, por conta da nossa tradição verbalista, reduzir as noções ao povo. Era, portanto, uma forma paradoxal: dar aula de democracia sem desejar a participação do povo no poder.

Referente à democracia em contínua aprendizagem, Paulo Freire (2019) situa o aspecto histórico-cultural marcado por descompassos oriundos da nossa inexperiência democrática de autogoverno e incapacitado de superar a sua transitividade ingênua e de capacitá-lo para apropriação de sentido frente a mudanças de sua sociedade e a percepção indispensável para participar das mudanças, como condição necessária ao desenvolvimento da democracia. Os impasses da democracia liberal são demonstrados por Décio Saes (1993) que revela que o compromisso de assegurar a reprodução da sociedade de classes e neutralizar o antagonismo de classes conta com o apoio do aparelho do Estado. Isto mostra a relevância do agir educativo e das condições culturais da nossa formação paternalista hierárquica, com conotação antidemocrática e de nossas formas de participação política, situação viável para o desenvolvimento da mentalidade democrática, culminando para formas de vida mais democráticas.

Quanto mais crítico um grupo humano. Tanto mais democrático, e permeável, em regra. Tanto mais democrático quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico e sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. As formas ingênuas de percebê-la. As formas verbosas de representá-la (FREIRE, 2019, p. 126).

Ao tomar ciência dessa situação, Freire (2019) propõe a defesa de uma educação a partir da mudança de atitude e desperta disposições democráticas capazes de substituir, no brasileiro, hábitos e cultura de passividade por hábitos de participação e ingerência. Aliás, uma educação que desperte no educando a experiência do engajamento e o desenvolvimento da consciência crítica, indispensável a nossa democratização. Tais hábitos e cultura de passividade estão presentes na música *Até quando?*, de autoria de Gabriel, O pensador.³

Freire (2019) ressalta, ainda, o papel da educação que não pode ser uma proposta domesticadora e passiva, pois torna inviável a incorporação do pensar autêntico por meio do debate e da discussão de ideias; a expressão do impulso democrático é a condição para experiência democrática e a participação do povo na vida pública brasileira.

A exortação de Décio (1993) dirige-se ao regime da democracia liberal burguesa que anula e neutraliza a condição de classe; ainda que paradoxalmente conte com a liberdade de

³ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gabriel-pensador/30449/>

eleição de representantes por uma série de procedimentos, sendo eles o debate político, o direito de organizar partidos, de circulação de ideias e o de arregimentar pessoas.

Daí decorre que Marx e Engels, parafraseado por Décio (1993), afirmavam que todo Estado é uma ditadura, vale dizer, que todo Estado é um organismo opressor, pronto para aplicar a violência material para garantir a exploração do trabalho pela classe dominante burguesa e a manutenção da coletividade cingida em classes sociais. Aos proprietários dos meios de produção e os produtores diretos, ou seja, os não proprietários destes meios de produção, restam, para estes últimos, tão somente vender a força de trabalho. Trata-se, portanto, de um padrão de organização interna do Estado inverso à democracia, uma vez que não há participação de qualquer órgão de representação direta da classe exploradora no processo de implementação da política de Estado.

Essa estrutura social baseada no aprendizado da democracia foi interrompida. Sem ela, não é possível gerar um conjunto de oportunidades, e o uso dessas oportunidades deverá requer que aborde a prática da democracia e direitos humanos.

O economista Amartya Sen (2010) propõe uma discussão sobre as três direções divergentes que marcam a oposição às democracias civis em países desenvolvidos. O primeiro consiste em trazer à tona a reflexão do que deve ser priorizado: eliminar a pobreza e a miséria ou garantir liberdade política e direitos civis que retratam a tese do ex-primeiro ministro de Cingapura Lee Kuan Yen, mesmo que as liberdades e direitos inibam o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Ciente disso, Amartya (2010) defende a tese de que não há nada que revele que qualquer uma dessas política econômicas seja incoerente com a democracia e, por extensão justifique a adoção de elementos autoritários, como os que estavam presentes na Coréia e na China. É quase impossível a experiência de um aprendizado de ativismo de partido de oposição emergir como uma força importante nas sociedades sejam elas democráticas ou não.

O ativismo dos participantes políticos foi muito eficaz na prevenção das fomes coletivas e na condenação drástica dos governos por permitir que ocorressem flagrantes fomes crônicas, e a desse processo fizeram da prevenção dessas calamidades uma prioridade inescapável de cada governo. Ainda assim, sucessivos partidos de oposição têm se mostrado muito dóceis, não condenando o analfabetismo difuso ou a prevalência de uma subnutrição não extrema, mas grave (especialmente entre crianças), ou ainda a não implementação de programas de reforma agrária anteriormente aprovado por lei. Essa negligência da oposição permitiu vários governos a negligenciar essas questões de política pública e ficar impunes (SEN, 2010).

Ainda que os regimes democráticos criem oportunidades de aprendizagem coletiva de sua relevância instrumental e ao seu papel construtivo, a magnitude de como as oportunidades serão aproveitadas depende de fatores, como a força da política multipartidária, o dinamismo dos argumentos morais e a formação de valores. A oportunidade que ela oferece deverá ser aproveitada de forma positiva, com vistas a obter o resultado esperado. Essa é uma característica básica das liberdades e de como são elas exercidas. Isso é essencial para desenvolver e sustentar o sistema democrático.

O que justifica o motivo pelo qual Amartya (2010) afirma que avaliação de um governo democrático não pode ser completa sem que recorra a cada uma das três virtudes. Não é por acaso que o papel dos direitos humanos e civis é aplicado a um domínio amplo, apesar de demonstrada sua eficácia em algumas áreas, como por exemplo, a prevenção de desastres econômicos. Quando as coisas caminham em sua normalidade, dificilmente a relevância da democracia é percebida, mas quando a situação escapa à normalidade, a sua importância vem à tona.

O uso das instituições democráticas é orientado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis. Nesse contexto, os grupos opositores organizados são de enorme importância. Há a crença de que os cidadãos do terceiro mundo pouco se importam com os direitos políticos e a democracia. Tal afirmação, nas observações de Amartya (2010), carece de veracidade empírica.

Sabe-se que o único modo de comprovar a veracidade dessa afirmação é submeter o assunto a uma espécie de teste democrático na forma de eleições livres junto com liberdade de oposição e expressão. Foi constatado, ao longo da história, que a desvalorização dos direitos e liberdades políticas decorre da postura dos valores dos líderes governamentais de muitos países do terceiro mundo e, por isso, afirma-se que também a opinião compartilhada pelo povo é agir de má fé.

Ao lado disso, a ideia de democracia, na visão de Amartya Sen (2010), destaca a importância da liberdade política e de seu papel como fundamental, referente aos incentivos políticos que atuam sobre os governos e sobre as pessoas e grupo que detém o poder, no sentido de estabelecer limites. Para o autor (2010), a fome coletiva jamais ocorreu em nenhum país democrático que possui uma imprensa livre. Da mesma forma que nunca uma fome coletiva aconteceu em um país que fosse independente, ou seja, que conta com eleições periódicas, partidos de oposição para externar suas críticas e a permissão de jornais de notificar e questionar a autoridade das políticas governamentais, sem alguma censura.

Conforme a descrição do economista, se pode afirmar, então, que o Brasil está longe de ser democrático quando o assunto é fome. Por volta de 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o necessário para se alimentar. É o que foi revelado pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, no Brasil, notificado em 8 de junho de 2022.⁴ São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome durante um ano. A edição recente da pesquisa mostra que 58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau— leve, moderado ou grave (fome). Sendo assim, o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.⁵

Isso acompanhado do seu papel construtivo e sua relevância instrumental que é responsável por emergir tais oportunidades. Sabe-se que a intensidade que essas oportunidades sejam aproveitadas depende de vários fatores, como o vigor da política multipartidária e a força dos argumentos morais e a formação de valores. Nesse contexto, está o ativismo político dos partidos, pois são forças importantes na sociedade, sejam elas ou não democráticas.

Por exemplo, pode-se mostrar que, a despeito da ausência e garantias democráticas, o vigor e a persistência da oposição na Coreia do sul pré-democrática e até mesmo Chile de Pinochet (com imensas dificuldades) foram indiretamente eficazes na condução desses países mesmo antes da restauração da democracia. Muitos dos programas sociais que os beneficiaram-se destinaram pelo menos em parte a reduzir a atratividade da oposição, que, desse modo, logrou ser eficaz mesmo antes de chegar ao poder. (SEN, 2010, p. 206).

No momento que o assunto de debate e confrontos públicos são negligenciados, as autoridades são desafiadas a dar uma resposta, ainda que, na democracia, o povo tenha limites de conquista estabelecidos. Partindo do raciocínio de Zevedei Barbu, Paulo Freire (2019) defende uma reforma democrática que parte de uma ação democrática, gerida com a participação do povo e não somente com o seu consentimento.

Ainda que a democracia seja fundamental para a oportunidade social, ela não renuncia à necessidade de avaliar as trajetórias e os meios para ela funcionar adequadamente. Além disso, a realização da justiça social não depende somente das regras e regulamentos democráticos, mas, sobretudo, da prática democrática, o que, na leitura de Freire, seria a experiência democrática.

⁴Informação disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 03 mai.2023

⁵ Informação disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> Acesso em: 03 mai.2023

2.2. O surgimento da Nova Direita

A ideia de um “marxismo cultural” como conspiração parece nova, mas começou como reedição de uma teoria da conspiração da década de 1930: a do bolchevismo cultural. Ela carregava a mesma obsessão discursiva com uma suposta erosão dos “valores tradicionais”. O termo bolchevismo cultural foi usado amplamente pela propaganda do partido Nazista e por outros governos de extrema-direita europeus para denunciar movimentos modernistas nas artes como parte de uma “conspiração bolchevique” para erodir a arte e a cultura europeia” (CARAPANÃ, 2018, p.38.)

Segundo Carapanã (2018), a nova direita consiste em uma combinação heterogênea na qual mistura ideias do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. A elas combinam-se outras ideias que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial, fazendo com que essa nova direita se aproxime, de forma consciente ou inconsciente, de concepções que conduzem ao nazismo e ao fascismo. Isso não significa que as pessoas compactuem com as ideias de segregação ou supremacia racial, nazistas ou fascistas. Tais ideias, infelizmente, veiculam nos meios de comunicação de massa da nova direita sem algum tipo de oposição que leve à contradição dessas ideias, que cotidianamente são defendidas sob o manto da justificativa da libertação de expressão.

O que diferencia a velha direita que surgiu após a Segunda Guerra Mundial em relação à nova direita é que esta última rejeita a democracia liberal ou mesmo qualquer forma de democracia. De fato, a raiz do pensamento da nova direita remete aos pressupostos da democracia liberal. Por conta disso, ela empreende uma posição veemente contra as conquistas progressistas do século XX, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos trabalhistas, os direitos das mulheres que surgiram da revolução sexual, das instituições políticas multilaterais no nível internacional e o direito universal ao voto e à cidadania plena.

Essa direita sempre está disposta à ruptura e se vale de uma linguagem, na maioria das vezes, contrarrevolucionária, transgressora ou mesmo insurrecionista que, talvez, poderia ser uma ameaça à ordem estabelecida do capitalismo. Este ataque à ordem estabelecida e às

instituições tem por finalidade remover os entraves ao poder corporativo que se inspira na concepção anglo-saxã do conservadorismo combinado ao liberalismo econômico.

A Escola de Chicago e seus arautos foram importantes para a criação do novo liberalismo, denominado neoliberalismo. Ele tornou-se consenso após os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan por volta da década de 1980. A Escola Austríaca exerceu uma forte influência para os economistas da Escola de Chicago e para a economia hegemônica.

A nova direita, cujos gurus são Murray Rothbard e Hans Herman Hoppe, e os pensadores da Escola Austríaca têm em comum o ataque ao Estado Providência como gestor de bens e serviços aos cidadãos. Um exemplo dessa nova direita é o Steve Bannon, ex-conselheiro de Trump e incentivador do pensamento da extrema direita europeia. Ele se autointitula como “nacionalista econômico” e afirma que seu objetivo é o desmonte do Estado administrativo.

O investidor Robert Mercer afirma, porém, que todos os seres humanos devem ser valorizados de acordo com a riqueza que produzem. O tipo de Estado que é atacado não é o do desrespeito aos cidadãos e tampouco o da repressão policial; mas o Estado de direito como garantidor dos direitos civis e humanos.

O Estado a ser desmontado é aquele que, segundo essa visão, concederia direitos demais- ou mesmo quaisquer direitos às pessoas ou grupos “errados”. Se o neoliberalismo desmontou o Estado de bem-estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos. (CARAPANÃ, 2018, p.37).

É por conta disso que a nova direita difunde a ideia de que há um plano elaborado pelos marxistas para destruir a cultura e a civilização ocidental. Isso posto, a nova direita parte da ideia de que se a revolução não conseguiu tomar os meios de produção, os comunistas passaram a recorrer à estratégia cultural para derrotar o capitalismo.

É importante salientar que a esquerda está centrada nas questões em torno da representação e de identidades, tornando porta voz influente, pelo fato de torna-se uma esquerda liberal originada dos movimentos civis que constroem uma crítica quanto ao capitalismo, e é de teor reformista. As esquerdas, após o mundo soviético, foram orientadas por questões, como democracia representativa, meio ambiente, direitos humanos, multiculturalismo, voto, entre outros.

Esta esquerda liberal pós-socialista surgiu dos movimentos que iniciaram nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, sob os governos de Bill Clinton e Tony Blair por volta dos anos de 1990, no início do século XXI.

Os governos autointitulados de terceira via adotaram políticas sociais progressistas junto com políticas fiscais liberais. As questões identitárias mudaram das pautas dos movimentos sociais para serem focadas em discussões sobre subjetividade individual.

Os ciclos progressistas na América latina permaneceram focados em políticas redistributivas, porém sem formas significativas.

Vale dizer que o chavismo como fenômeno político associado às velhas esquerdas, foi uma forma de estereotipar qualquer movimento à esquerda pelo neoliberalismo progressista. Na verdade, o *establishment* financeiro empresarial envolveu o neoliberalismo progressista de modo que os conservadores associassem seus adversários de forma estereotipada à esquerda. Com êxito, conseguiram demonizar as políticas voltadas para migrantes, refugiados, homossexuais e minorias étnicas por conseguir convencer de que se tratava de uma conspiração comunista para destruir o mundo ocidental e, junto dele, o capitalismo.

De acordo com Carapanã, o fantasma do marxismo cultural é uma versão parecida com a conspiração da década de 1930 do bolchevismo cultural que trazia, em si, o medo da destruição dos valores tradicionais pelos intelectuais. O bolchevismo cultural, vale lembrar, foi utilizado pela propaganda do Partido Nazista e por outros governos de extrema direita europeus para denunciar os movimentos modernistas nas artes como uma conspiração bolchevique para destruir a arte e a cultura europeia.

Por isso, os ideólogos norte americanos Pat Buchanan e William S. Lind trouxeram a narrativa do marxismo cultural de volta ao pensamento hegemônico. Eles criaram o conservadorismo cultural como estratégia eleitoral. Próximo do fim da Guerra fria foi necessário construir uma estratégia eleitoral que estivesse distante do debate econômico, uma vez que o liberalismo havia tornado consenso na direita e na esquerda anglo-saxãs.

De fato, para Carapanã (2018), os conservadores focaram numa política voltada para valores culturais, como família, educação, moralidade, entre outros de pautas privadas. Afinal, a criação da ideia do marxismo cultural como adversário praticamente estava presente em todos as dimensões da vida na educação pública, nos ativismos dos direitos civis, na indústria do entretenimento, entre outros.

Este pensamento hegemônico da teoria da conspiração do marxismo cultural traz outras ideologias do nazifascismo, como aceitação de teorias de degeneração cultural e a obsessão com teorias da conspiração que destilam o medo da destruição da família, da

propriedade e da vida. É a divisão nós contra eles, seres vagos, plásticos e flexíveis: de professores doutrinadores, passando a artistas degenerados a banqueiros socialistas ou globalistas da ONU.

De acordo com Jessé Souza (2020), as promessas de uma vida melhor, um emprego seguro, um bom salário, o aumento do poder de compra, entre outras coisas, não foram cumpridas pelo neoliberalismo progressista, o que deu margem para o surgimento da nova direita que assumiu o poder com Trump nos EUA e, no Brasil, com Bolsonaro.

O capitalismo americano da época do New Deal com o comando da fração industrial, tinha planejado fazer uma guerra contra a combatente classe trabalhadora, uma guerra que envolvia a manipulação do consentimento e a promessa do aumento do consumo no futuro em troca da desmobilização política. Com a recessão de 1929 e o New Deal Rooseveltiano, desestabilizou-se a supremacia da grande propriedade e impuseram compromisso de classe que duraram até a eleição de Nixon e, logo após, de Reagan.

É neste momento que o neoliberalismo entra em cena com a hegemonia do capital financeiro que submete o capital industrial aos seus interesses. A partir disso, houve o rompimento do acordo do New Deal na qual estava ancorada a força do Estado nação e sua limitação política à ação econômica. Com Nixon, iniciou uma guerra aberta contra o New Deal e ao fluxo de capitais, de modo que foram retiradas as restrições à livre circulação de capitais, fazendo surgir um outro capitalismo. Os Estados nacionais perderam a capacidade de cobrar impostos da pequena elite que controlava a economia mundial.

Para Jessé (2020), os financistas se uniram e passaram a criar regras para desregular a economia para que a atividade financeira operasse sem limites para que a corrupção do sistema pudesse entrar em funcionamento de forma invisibilizada. De fato, a expropriação econômica acontece mediante a criação artificial da dívida pública para que o orçamento público seja tragado por este mecanismo em que as elites praticam sua corrupção de forma secreta. Isso leva as sociedades a perderem o seu poder aquisitivo, ao contrário dos rentistas que viram seus lucros aumentarem.

De Clinton à Obama, o neoliberalismo progressista conseguiu esconder sua política desapropriadora e geradora de desigualdade crescendo, ininterruptamente, por meio da falsa pauta igualitária e emancipadora. Basta ver que a 3ª via de Clinton, nos Estados Unidos; Blair, no Reino Unido; e Schröder, na Alemanha, conseguiram destruir a herança ou o que restava das políticas do Estado protetor do New Deal e a social-democracia. Isso ocorreu mediante a aliança de classes que conseguiu angariar apoio da elite de Wall Street, do Vale do Silício, da indústria cinematográfica de Hollywood e os trabalhadores simbólicos da criatividade e da

originalidade para o capital, além é, claro, das forças hegemônicas da “diversidade cultural” posta como emancipação.

No Brasil, ocorreu durante os anos de FHC por meio da adoção da política para tornar o Brasil uma espécie de paraíso fiscal para o fluxo de desapropriação do capital financeiro internacional. Com FHC, o Brasil entrou numa espécie de clube dos credores que se apropriaram da poupança social e de todo o orçamento público gerado pelo conjunto de impostos. Logo, os impostos deixaram de servir à população para servir aos bancos e aos investidores em títulos internos e externos fabricados artificialmente em nome da suposta dívida pública que se tornou rentável para consagração do posto da classe dominante da fração financeira do capital.

O saque ao orçamento público via dívida pública contou com o apoio da “nova esquerda” e da “terceira via”, posto que serviu de apoio para ocultar os elementos que governam a nova ordem que surgia.

Com a liberalização dos fluxos de capital em escala planetária, possibilita-se a formação de uma dominação factual da expropriação financeira em benefício do 0,1%, da qual nenhum governo pode mais se proteger adequadamente (SOUZA, 2020, p.138).

Aproveito a ocasião para mencionar uma figura importante da equipe de Trump: Steve Bannon. Ele teve a sua disposição a Cambridge Analytica, acusada de trabalhar junto e em conjunto com o Facebook, ter acessado, para objetivo eleitorais, os dados pessoais de 87 milhões de pessoas sem a autorização para utilizá-las com mentiras e desinformação a favor do Brexit. Bannon ficou encarregado para radicalizar o discurso de ódio ao Estado interventor com o componente racista para sua nova forma de populismo. Para isso, ele articulou o potencial mobilizador do discurso racista, disfarçando-o como defesa nacional e luta contra as elites. Ele conseguiu articular um conjunto de ideias conservadoras que vinham ganhando força desde 1970, sob a forma de populismo de direita, como uma suposta indignação popular contra as elites do neoliberalismo progressista e da instabilidade que ele causou. Mais adiante ele estabeleceu vínculo com o bolsonarismo e a construção de um populismo de direita no Brasil.

Para que isso foi possível, ele articulou a insatisfação popular causada por décadas de empobrecimento de dois terços da população americana, em que a renda foi drenada para a elite, junto com o racismo secular que pouco fez para apagá-lo na sociedade americana.

A guerra das ideias, segundo Jessé Souza (2020), destruiu a pluralidade da mídia, junto com a destruição de sindicatos e associações populares que deixou a maioria da população deslocada da explicação acerca das causas geradoras da sua pobreza e de seu desespero crescente. Bannon partiu das clivagens raciais para atacar o discurso multicultural e a defesa das minorias sob a bandeira do “neoliberalismo progressista” como fossem a causa que levou o empobrecimento da população.

Ao identificar a imprensa tradicional como porta-voz das elites, ele construiu o caminho para o desaparecimento da separação entre verdade ou mentira no espaço público, preparando o ataque massivo de fake News a um público que não sabe o que é verdade ou mentira. O critério da verdade sobre uma notícia se tornou a conquista do maior número de Likes de compartilhamentos no WhatsApp e likes no Facebook, permitindo que as questões centrais do debate público sejam capturadas pela elite endinheirada com a finalidade de disseminar seu discurso.

Com isso a versão da extrema direita de Bannon e Trump significa a ressurreição do racismo arcaico como estratégia política e forma de arregimentar a população. A maioria oprimida sem saber a causa de sua opressão passa a ser manipulada de cima. Tal é a coincidência de fatores que fez a campanha de Bolsonaro, organizada por esse pessoal eficiente.

De acordo com Jessé Souza (2020), é importante o debate público das questões políticas que envolvem posições conflitantes por conta de pontos de vistas distintos acerca de um contexto valorativo e simbólico compartilhado. A mentira deliberada destrói os pressupostos do debate público racional. Ela torna-se um meio de combate para ser usada contra o inimigo, para adoecer a sociedade e romper todos os acordos sobre os quais foi construída a vida social.

Basta ver que o uso das redes sociais contra os próprios usuários, referente às crenças privadas da população que ocorrem mediante a troca com amigos e familiares, foram usadas para manipular e influenciar o comportamento político dos usuários, para despertar os medos e ódios por meio de conteúdos ajustados para estes fins. A intenção foi manipular o ódio e o ressentimento dos perdedores do neoliberalismo, deixando invisibilizadas as suas causas objetivas, ao mesmo tempo se focando na satisfação proveniente das ansiedades e dos medos que tanto desemprego e o empobrecimento geraram.

É importante dizer que Bolsonaro adotou a mesma tática de Trump, o ataque abstrato e genérico da elite no poder como se Bolsonaro ou Trump não fizessem parte dela.

Por outro lado, a outra vertente do ataque se dirigiu às pautas de reconhecimento das minorias sociais do neoliberalismo progressista, direcionado contra ele mesmo. O ódio racial contra o negro, mexicano, o muçulmano, tornou a representação da causa visível do infortúnio do trabalhador branco americano empobrecido e desempregado. Logo, a expropriação neoliberal continuou acontecendo mediante a construção da culpa do progressismo da inclusão das minorias e do multiculturalismo como causas pelo surgimento da pobreza e pelo desemprego.

Basta ver que, nas eleições brasileiras, as questões públicas que dizem respeito ao coletivo foram substituídas por agressões pessoais, transformando em um meio de expressão para dar vazão a ódios e ressentimentos privados. Na verdade, a busca por bodes expiatórios fez com que substituísse a discussão racional das questões públicas. Isto é umas das causas próximas da nova política, baseada na mentira institucionalizada dos casos clássicos do fascismo.

CAPÍTULO III . A EDUCAÇÃO E A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL

A educação preenche uma função política mistificadora menos ao difundir ideias falsas e mais ao veicular ideias verdadeiras que, destacadas das realidades econômicas, sociais e políticas das quais emanam, apresentam-se como autônomas e são recuperadas em uma tentativa, consciente ou inconsciente, de camuflagem da realidade (BERNARD CHARLOT, 2013, p.61).

Neste capítulo, procura-se desvendar o processo de dominação da classe dominante na educação e na formação do sujeito neoliberal.

3.1 A Educação Neoliberal

Christian Laval (2019) chama atenção para o funcionamento do sistema educacional da França que, por volta dos anos 2000, foi capturado pela lógica neoliberal. Ele defende a escola pública democrática na França por conta das medidas isoladas e mudanças que ocorreram em regiões específicas do sistema que até o momento não houve um esforço de religar umas as outras. Da degradação da vida e do trabalho até a deterioração das instituições universitárias, educacionais e científicas, o autor toma como base que tudo está ligado e é por essa razão que ele busca compreender, mediante à sociologia, a lógica da transformação das sociedades.

Em seu livro “A Escola Não é Uma Empresa”, ele propõe uma nova teoria sobre o neoliberalismo contemporâneo, destacando algumas características fundamentais, como a transformação do Estado pelas políticas neoliberais e a relevância do conceito de capital humano. Ele destaca a negação que ainda perdura nos partidários da reforma nas escolas e universidades que tratam a política reformista somente como uma ideia de modernização do sentido de melhorar a eficiência da escola. Esse é o poder tecnocrático que recusa a aceitar a coerência de suas ações e as transformações do poder econômico e político vigente.

Isto posto, o neoliberalismo é aplicado por esses agentes, como se não fosse formado como uma doutrina e como uma ideologia, ou seja, seus agentes o consideraram pragmático e, por isso, não aplicam como programa político ou teoria. No limite, submetem-se às imposições do neoliberalismo que consiste na adaptação ao jogo da concorrência generalizada que vai do topo à base da hierarquia do sistema escolar.

De acordo com Laval (2019), houve uma resistência no campo geracional e no campo intelectual composto por sociólogos, historiadores e pedagogos ditos democratas que acusavam a escola de ser uma escola de classe, uma escola burguesa ou uma escola capitalista que negligenciavam as mudanças que passaram a ser encaminhadas pela gestão das escolas, como a criação de mercados locais da educação e a aplicação da lógica econômica à pedagogia, isto é, características de um novo tipo de escola, a escola neoliberal.

No bojo desta escola, revelava-se uma escola muito mais desigual quando comparada à escola elitista, na medida que era mais permissível a intervenção seja da escola, seja ainda da universidade aos princípios da economia capitalista e da sociedade de classe, revelando, assim, uma escola alinhada aos interesses econômicos e sociais que teve como efeito o incremento dos mecanismos de reprodução escolar da desigualdade, quando comparada à escola burguesa problematizada por Pierre Bourdieu (2017).

Isso complementa o olhar do sociólogo Jessé Souza (2018) sobre a crença dos liberais conservadores que situam a escola e a escolarização de forma isolada e em abstrato como a saída para tornar o país igualitário e justo. Ao partir da prerrogativa de que a escola é o ponto de partida da competição social por recursos escassos. A ideologia do mérito e o esquecimento da gênese são a estratégia para encobrir e ludibriar a injustiça e a desigualdade social na estrutura social. Neste contexto, a escola é vista como um lugar que propicia a igualdade de oportunidades em meio a um cenário de disputa por recursos materiais e simbólicos escassos.

Ao ignorar essa dimensão, parte-se de uma farsa de que todas as pessoas são geradas a partir das mesmas capacidades e chances na competitividade social. Isso atesta que não se compreende a cultura das classes sociais que formam e estruturam todas as chances reais de seus membros. Aliás, isso é reflexo do pensamento liberal do homem *economicus* que parte das suas disposições de disciplina, autocontrole e calculador de seus próprios interesses de longo prazo, visto como algo inerente à essência humana. Mas, ao contrário disso, todos os indivíduos e as classes sociais a que pertencem não são construídos de modo isolado.

O esquecimento tem por finalidade viabilizar o discurso da escola messiânica e intocável do mundo social de sua população com a finalidade de legitimar a desigualdade. Considera-se, assim, a ideia de que todas as crianças deverão chegar à escola nas mesmas condições semelhantes de competição para efeito de uma falsa justiça social. Conforme Jessé (2018), há um abismo entre a classe média e as da ralé brasileira. A primeira chega à escola equipada com o estímulo e as disposições e autoestima necessária para os desafios da aprendizagem escolar; as crianças da ralé chegam despreparadas para um mundo hostil a elas.

O novo mundo neoliberal não é somente a concorrência das economias, como um traço comum a todos os países, mas a concorrência entre todos os setores sociais e as sociedades. As pressões exercidas pelos organismos econômicos e financeiros internacionais possuem legitimidade em razão de política pública e em consideração como centro do poder simbólico e político sobre o discurso legítimo a respeito da escola.

A tese de Bernard Charlot (2013) a respeito da educação de transmitir modelos de comportamento vigentes na sociedade defende que esses modelos definem o comportamento dos indivíduos e das instituições sociais e regulam a participação na vida dos grupos sociais. Eles são transmitidos, ora pelo contato direto da sociedade, ora por meio das normas teorizadas de comportamento. De fato, a transmissão de modelos e ideais pela educação tem tanto um significado social como político, uma vez que são eles os responsáveis por organizar tanto a classe social quanto o grupo social, o que implica a dominação social mediante as relações de força que se manifestam no outro plano da política.

Vale ressaltar que o contexto educacional brasileiro, segundo Christian Laval (2019), é bastante neoliberalizado, quando comparado ao sistema francês e outros sistemas educacionais europeus. De certa forma, o Brasil tem apresentado um avanço na matéria do capitalismo escolar e universitário quando comparado a outros países.

Não se pode esquecer, entretanto, o fenômeno da mercantilização do ensino da escola à universidade, não somente entre escolas privadas e escolas públicas, mas também entre escolas públicas. A intervenção do capital, como principal causa, é a introdução da competição entre os consumidores de escola, visto que essa competição serve de combustível para a busca de eficiência.

De fato, o neoliberalismo escolar propiciou uma verdadeira guerra entre classes, em busca das consagradas melhores escolas do sistema escolar e do sistema universitário cada vez mais hierarquizado e desigual. Portanto, a lógica social da mercantilização da escola pública está vinculada à luta generalizada das classes sociais, no mercado escolar e universitário.

Esse sistema não é nacional, mas mundial. Por este motivo, Laval (2019) propõe que a lógica neoliberal somente poderá ser combatida quando elevada à dimensão mundial, uma vez que será redefinido no nível mundial, um modelo alternativo de uma escola democrática e igualitária, em contraponto aos interesses econômicos e de ameaças que põem em risco a liberdade da comunidade de professores e acadêmicos no Brasil e no mundo.

Foi o discurso neoliberal comunicado por relatórios oficiais, governantes e administradores para apontar uma suposta “crise” recorrente, para defender a reforma da

escola em direção a um novo modelo. Perante este fato, o sociólogo levanta uma indagação: reforma para construir que tipo de escola e para qual tipo de sociologia? Afirma que é um discurso que cultua a inovação pela inovação separada de qualquer repercussão política em razão da monopolização progressiva do discurso e da dinâmica reformadora encapada pela ideologia neoliberal. De acordo com o sociólogo, trata-se de uma nova ordem escolar que objetiva a impor-se mediante reformas sucessivas, interpeladas pelos discursos dominantes, responsáveis pela mudanças ocorridas, não somente na escola; mas que caracteriza tendências sociais, culturais, políticas e econômicas.

De certo modo, Christian Laval (2019) destaca o sentido de construir um quadro geral estabelecendo uma relação entre a empresa divinizada pelo gestor educacional, do estabelecimento descentralizado, do pedagogo não diretivo, do avaliador científico e da família conservadora, presente na construção do discurso dominante, apesar de os argumentos serem tão distintos.

Entretanto, quando algumas principais evoluções dos últimos vinte anos são postas em relação, quer se trate da lógica gerencial, do consumismo escolar ou das pedagogias inspiradas ao individualismo, e ligadas às transformações econômicas e culturais que atingiram as sociedades de mercado, é possível ver por que e como a instituição escolar vem se amoldando cada vez mais ao conceito – do qual queremos mostrar a configuração geral – de escola neoliberal (LAVAL, 2019, p. 17).

Prova cabal disso é a escola neoliberal que culmina em certo modelo escolar que trata a educação como um bem, uma mercadoria cujo valor é econômico. Isso retrata o fenômeno da privatização que atinge, de uma só vez, o sentido do saber e as instituições que deveriam somente transmitir os valores e os conhecimentos além de preservar o vínculo social.

O discurso neoliberal defende a plena autonomia individual sem limites, por isso as instituições não parecem não ter outra razão de ser de não se intrometer, mas de servir aos interesses particulares, ou seja, uma concepção instrumental no *modus operandi* da sociedade e da economia capitalista.

Isto retrata, de acordo com Charlot (2013), o papel da educação que, neste caso, a neoliberal é transmitir modelos de comportamento vigentes na sociedade. Estes definem o comportamento dos indivíduos e das instituições sociais e regulam a participação na vida dos grupos sociais. Esses modelos são transmitidos ora pelo contato direto da sociedade, ora por meio das normas teorizadas de comportamento.

Laval (2019) mostra duas tendências que se unem e fazem da escola um lugar de aposta da civilização e um lugar de grandes conflitos: o primeiro refere-se à acumulação do capital a qual depende cada vez mais da capacidade de inovação e de formação de mão de obra para serviços dos Estados-nação. A eficiência econômica tem como ponto de partida o domínio científico progressivo e o incremento do nível cultural da mão de obra, tendo em vista a expansão da lógica de acumulação. De forma paradoxal, o investimento público deve ser mitigado em razão da transferência das responsabilidades, e os custos a cargo para as famílias. O gasto com educação toma a conotação contábil de rentável para as empresas consumidoras do capital humano. A respeito disso, o sociólogo explica:

A globalização da economia fortalece e altera o rumo dessa primeira tendência. A educação – da mesma forma que a estabilidade política, a liberdade de circulação financeira, o sistema fiscal favorável às empresas, a fragilidade do direito social e dos sindicatos e o preço das matérias primas – tornou-se um “fator de atração” de capitais cuja importância vem crescendo nas estratégias “globais” das empresas das empresas e nas políticas de adequação dos governos (LAVALL, 2019,p.18).

Por conseguinte, desembocou num indicador de competitividade do sistema econômico e social, razão pela qual as reformas da educação são orientadas ao mesmo tempo em direção pelo aumento do saber, na atividade econômica e pelos limites impostos pela competição sistemática entre economias. As reformas, portanto, são conduzidas mundialmente em direção à descentralização, à padronização de métodos e conteúdos, acompanhadas da nova gestão das escolas e à profissionalização dos docentes que fazem parte da lógica central da competitividade.

Antes a escola detinha como referência os valores profissionais, sociais, culturais e políticos do saber como objetos de contendas, conforme as inclinações políticas e ideológicas; agora é orientada pelas onda de reformas, em direção aos objetivos da competitividade como palavra de ordem na economia globalizada.

Na perspectiva republicana, a escola era um lugar destinado à formação do cidadão como um anteparo à figura da satisfação do consumidor, do cliente e do usuário. Apesar disso, essa escola foi alvo de contestação pelas diferentes formas de privatização que tinham em comum a prerrogativa de uma escola limitada, a produzir o capital humano para atender as exigências de competitividade das economias regionais e nacionais. Tal concepção de educação que influenciou estas tendências de reformas neoliberais e impactou as políticas e representações dos países ocidentais, iniciou em 1980. Tudo graças à literatura composta de

inúmeros relatórios oficiais e artigos especializados, seguido de perto com a enxurrada da produção dos organismos internacionais, como porta vozes da ortodoxia.

A reforma escolar conduzida na França obedeceu aos imperativos dessa nova ordem mundial, ao passo que as transformações na escola não foram resultado de uma espécie de complô, na medida que o processo é difuso, e conduzida por inúmeras plataformas nacionais e internacionais, cujo vínculo não é tão perceptível e claro de imediato, visto que se apropriam de vias técnicas e se apresentam como palatinos da ética.

As organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio – OMC, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa construção, transformando “constatações”, “avaliações” e “comparações” em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente de sua dimensão planetária (LAVAL, 2019. p.19).

Pelo exposto, pode-se dizer que, nesse cenário, as organizações internacionais detêm forças financeiras e exercem uma função de centralização política, junto à normalização simbólica, o que deixa claro que a troca dos sistemas escolares nacionais baseia-se em um modelo homogêneo, como referência comum, em virtude de suas exigências decorrentes do seu caráter globalizado.

O cenário de escassez de recursos, a falta de docente e a superlotação das classes, por um lado revela uma lógica de precarização dos serviços públicos, por outro, a postura da velha tradição das elites econômicas e políticas que trataram da educação de crianças das classes populares ao proferirem um discurso generoso em palavras e mesquinhos referentes à destinação de recursos financeiros. De fato, o neoliberalismo vem se impondo com uma retórica convincente como solução ideal e universal para a escola e a sociedade, tornando, assim, na visão de Laval (2019), um problema de civilização.

De forma controversa, a sociedade viabiliza um poder de produção de acesso universal à cultura escrita, letrada, técnica e científica graças à educação pública e às instituições culturais, conforme observado por Laval (2019) como uma utopia realizável, apesar de o ser quando se trata da acumulação do capital que sobrepõe qualquer desejo social. Para tornar viável o direito universal à cultura, é necessário um amplo financiamento público baseado em impostos ou cotas sociais. Tudo isto está em desacordo com as políticas neoliberais em razão da redução de investimento do Estado mínimo pela via da diminuição dos impostos e taxas

obrigatórios, tornando o aumento do gasto privado e o aumento da influência da atuação do ator privado em virtude da limitação da atuação da esfera pública.

Cada vez mais assistimos ao direito à educação decrescendo a demanda social paga, pois o recurso privado conduz em direção, de forma desigual, para uma educação privada, e às pressões do mercado e da propaganda que seduzem o desejo individual na esfera do interesse privado e do consumo. Isso demonstra que a mercadoria torna-se a forma social vigente que confere satisfação e bem-estar. Os jovens são conduzidos da satisfação intelectual para a socialização individualizada mercantil, tornando mais difícil aderirem à cultura transmitida pela escola, pois, na sociedade de mercado, o consumo torna-se mais fundamental que a instrução.

A escola pública figurou, segundo Laval(2019), um campo de conflito, de forças de interesses e grupos, uma luta constante em meio a lógicas e representações. A dinâmica do modelo escolar que, gradualmente, vem se impondo na sociedade de mercado é um tipo de escola vinculado de forma estrita à economia e à sociedade liberal que coloca em perigo a autonomia do sistema escolar. Na visão de Charlot (2013), a imposição das ideias políticas das classes dominantes, neste caso liberais, conseguem passar, de forma ideológica, as suas finalidades, seus interesses e sua concepção de sociedade como se fosse universal. Tal ideologia da classe dominante são os modelos culturais numa sociedade de modo que transformam os sistemas de representação moral, direito, religião, arte, filosofia, entre outros.

Posto isto, o objetivo das classes dominantes é mascarar, sob aparência de uma igualdade teórica dos indivíduos e de uma unidade social mítica, a desigualdade, a injustiça e a opressão os quais governam na sociedade e os quais são traduzidos na divisão social do trabalho e na luta de classes. É mais uma prova cabal de mostrar o caráter político da educação, uma vez que a escola como instituição social é responsável pela organização e funcionamento que depende das relações de forças sociais e políticas das quais ela se encarrega.

Devido às transformações vigentes como a concepção da desescolarização e seu reverso, a pedagogização generalizada das relações sociais, o dever é aprender para toda a vida. Tal tensionamento da relação pedagógica tenderá ao esvaziamento da função social da escola. Com isso, o universo de conhecimentos, junto com os bens e serviços, tende a perder suas definições, seus limites, a ponto de as pessoas não acreditarem mais na autonomia de ambos e não saberem o significado intelectual e político do mundo da escola e da empresa. Daí decorre que a generalização mercantil das relações sociais levaram o derradeiro fim das formas institucionais do espaço público e dos Estados Nações.

Isso revela a transformação da instituição escolar decorrente dessas três tendências: desinstitucionalização, desvalorização e desintegração. Juntas elas tendem à recriação de um novo modelo escolar:

1º Desinstitucionalização. A instituição escolar é transformada em uma organização flexível. Ela está ligada à representação de uma empresa educadora, governada segundo os princípios da nova gestão e submissa a total obrigação de apresentar resultados, inovações e produtora de serviços.

2ª Desvalorização. A substituição das finalidades e fundamentos da educação dedicada à transmissão da cultura e à socialização dos referenciais sociais e simbólicos da sociedade pela transformação gradual dos valores da escola em valores econômicos. Os objetivos notórios da missão da escola republicana, atrelados à emancipação política e ao desenvolvimento pessoal, delegados pela instituição escolar, foram abandonados em nome da eficiência produtiva e da profissionalização.

3ª Desintegração. A incorporação da lógica de mecanismos de mercado por conta do financiamento da escola em razão da escolha da escola da família, ou seja, uma concepção consumidora da autonomia individual conduzindo, inexoravelmente, à desintegração da instituição escolar. Isso vem ao encontro da retórica neoliberal do modelo de escola que funciona com base nos *slogans* de diversidade e diferenciação, dadas as preferências de seu público e das demandas.

Em decorrência do fenômeno da hibridação da escola, há um misto paradoxal de aspectos específicos de mercado, em torno do espírito empreendedor, atendimento ao cliente e financiamento privado, junto ao *modus operandi* da ordem e comando da burocracia mais coercitivos. Christian Laval (2019) mostra que a escola vem, gradualmente, sendo submetida à lógica econômica da competitividade, justificando, assim, a sua aplicação ao sistema de controle social com o objetivo de aumentar a produtividade.

...ela aparece como uma supermáquina social dirigida de cima por um “centro organizador” diretivo e poderoso, que, por sua vez, é comandado por estruturas internacionais e intergovernamentais que definem de maneira uniforme os “critérios de comparação”, “as boas práticas” gerenciais e pedagógicas, os “conteúdos apropriados” correspondentes às competências exigidas pelo universo econômico (LAVAL, 2019, p. 24).

Este é um cenário de uma escola semelhante a uma empresa, a serviço da diversidade e dos interesses de uma clientela mais ampla; logo, a expressão proferida pela OCDE passou a ser a palavra de ordem para atender o mercado local e suas demandas sociais. Isto posto, o

sistema educacional foi submetido a uma nova ordem educacional que veio se rendendo às exigências da competitividade econômica, inserido na estrutura de mercado que deve ser gerido como uma empresa.

Por conta da preocupação em seu desejo que a escola mude radicalmente, Laval (2019) chama a atenção para duas lógicas de transformação:

1ª A destruição do legado da educação pública – transmissão, acesso à apropriação cultural e conhecimento para o desenvolvimento intelectual e ético –, e promoção de aprendizagens a serviço das empresas e da satisfação imediata do interesse individual. Tudo em nome da retórica da igualdade de oportunidade, solicitada pela lógica mercantil que perpetua ainda mais a desigualdade social;

2ª É vinculada a concepção da escola emancipadora, uma vez que visa assegurar o acesso ao conhecimento do ponto de vista intelectual, ético e social necessários para a formação profissional, humana e cidadã, visto que não poderão ser viabilizados se a escola estiver apenas a serviço dos apelos da vida econômica e profissional. Dito de outro modo, a busca da construção de uma educação universal como uma obra coletiva (LAVAL, 2019).

De acordo com Laval (2019), as sociedades de mercado tratam o conhecimento como fator de produção e são conduzidas pela obediência às atividades ligadas à lógica da valorização do capital. Citando John Stuart Mill, o autor discorre sobre a democratização da cultura que é orientada para eficiência econômica e não contempla nada que não seja a busca do dinheiro, do lucro e não demande muito tempo. Esse saber, portanto, deveria ser voltado ao bem-estar e ser útil, visto que a lógica da eficiência tende a apropriar-se do domínio cultural e escolar.

Isso mostra um duplo movimento de difusão social e instrumentalização da cultura pelos interesses econômicos e privados, isso porque um dos dogmas da economia política é o aumento da riqueza pessoal e coletiva. No antigo modelo escolar, o saber estava atrelado à essência universal do ser humano, um bem que poderia ser adquirido ainda que por poucos. Agora, tomou a dimensão de um investimento rentável para indivíduos com posses materiais e intelectuais rentáveis. Portanto, os valores que faziam parte do mundo escolar deram lugar aos critérios de eficiência, mobilidade e interesse da mesma forma que a escola mudou, passando a não ocupar o lugar de assimilação e convívio com grandes narrativas necessários para dar forma a características adaptáveis às mudanças essenciais e profissionais em constante mudança.

A cultura tornou-se um instrumento de ação no mundo racionalizado que pode ser apropriado pela atividade intelectual o qual precisa de um aprendizado cultural. O espírito do

capitalismo que caracteriza o utilitarismo concebe o saber como uma ferramenta a serviço do trabalho. Assim, reduzir o esforço da escolarização foi uma bandeira defendida pelos meios patronais e políticos em nome das restrições orçamentárias das políticas liberais ou dos riscos da desclassificação liberal.

Apesar disso, alguns defendem o aumento deste esforço direcionado para as habilidades e saberes úteis e adequado aos jovens das classes populares. Em contrapartida, há também os decisores que defendem o aumento do esforço, mas direcionado às habilidades e saberes úteis que, segundo eles, seriam mais adequados aos jovens das classes populares de modo que atendessem às necessidades da empresa.

Podemos ver que há um investimento vultoso na educação e uma redução do conhecimento que são considerados chatos e inúteis por não serem ligados à prática ou ao interesse imediatista. É por isso que as autoridades políticas e econômicas desejam combinar educação de massa acompanhada de uma escola mais enxuta de conteúdos em razão de sua utilidade econômica e social. Alguns pedagogos reformistas chegam a afirmar, em nome da democratização, que as crianças do povo não podem *a priori* receber a cultura de elite.

A doutrina dominante da educação é a teoria do capital humano; é uma tendência do capitalismo contemporâneo de organizar saberes em maior quantidade sob o aspecto de fator de produção e mercadoria. Os economistas denominam capital humano como o estoque de conhecimentos economicamente valorizáveis – qualificações adquiridas dentro do sistema de ensino ou pela via da experiência profissional – e incorporados nos indivíduos.

Para a OCDE, o capital humano trata da união de conhecimentos, qualificações, competências e características individuais que levam à criação do bem-estar pessoal, social e econômico. Também oferece uma justificativa econômica, perante as despesas com educação – o único critério aceito pelos decisores. Não obstante, essa noção enfraquece o vínculo entre diploma e emprego, ao passo que justifica a maior seletividade dos empregadores no período na qual o crescimento de títulos acompanha o crescimento da relevância dos componentes informais sobre a origem social que tomará como referência a empregabilidades dos assalariados.

Diante disso, os trabalhos do economista estadunidense Edward F. Denison revelaram, em meados dos anos 1960, que os aumentos dos fatores de produção estavam vinculados à qualidade da mão de obra que dependia da educação. A noção do capital humano mudou o olhar da educação sobre despesa e consumo para investimento, uma vez que perceberam que estimular o crescimento não bastava somente aumentar o volume da mão de obra como também os investimentos físicos.

Na perspectiva do economista Gary Becker, o capital humano significa um bem privado que propicia um retorno ao indivíduo que o possui. Essa concepção é individualista e afinada com os pressupostos da teoria liberal ortodoxa que parte da ideia de que o indivíduo, ao possuir recursos próprios, deve buscar aumentar – ao longo da vida com a finalidade de aumentar a produtividade – sua renda e suas vantagens sociais. Essa noção está longe de ser altruísta, pois parte do pressuposto de que a escolha da profissão é única, tendo em vista que ela é centrada na renda proporcionada pela profissão escolhida.

Ao observar essa concepção utilitarista da escolha profissional, percebe-se que ela converge para o esforço racional, visando adquirir uma renda suplementar, mediante esforço individual que é medido em razão da taxa de retorno esperado pelo investimento. Com isso, o financiamento depende do ganho esperado, dos seus usos e do grau de generalidade das competências adquiridas.

O financiamento passa a ser dividido entre o Estado, a empresa e o indivíduo. Logo, o Estado não pode deixar de atuar, porque existem efeitos benéficos para a coletividade. Não obstante, o Estado deve criar condições para que os indivíduos façam suas escolhas racionais de modo que assumam suas responsabilidades. Devido à grande rentabilidade social do investimento, os poderes públicos asseguram a educação inicial por um lado, e por outro, devem recorrer ao investimento privado oriundos das famílias e das empresas em cenários de contenção de gastos públicos.

Ao diversificar as fontes de financiamento, transfere para as famílias parte dos aumentos das despesas tendo em vista as vantagens privadas que partem da educação. Como retorno educacional, a OCDE e o Banco Mundial propuseram um financiamento diversificado ou um confinamento da educação visando à lógica do retorno educacional ao qual faz menção. A partir da análise de custo e benefício, é possível explicar as diferenças de investimento em educação.

Ao ver o investimento dos estudos como algo rentável, os estudantes ditos “inteligentes” possuem o interesse em manter os seus estudos, ao passo que os menos “inteligentes” têm interesse em abandonar os estudos e pressa para iniciar a vida profissional. Isso demonstra que a teoria do capital humano não é igualitária, Segundo Gary Becker (apud NELSON, 2021), ao legitimar as desigualdades escolares pelo cálculo racional dos indivíduos. Esta noção defende que os alunos inteligentes, por aprenderem rápido, apresentam um baixo custo e acumulam um capital mais rentável, ao passo que os menos inteligentes apresentam dificuldades para obter o diploma cujo custo está muito aquém de uma recompensa no futuro.

Tal lógica do mercado de formação continuada figura como modelo da educação de base responsável por gerar a produção de desigualdades entre os menos favorecidos. Isso revela a dimensão da reprodução cultural e econômica, destacada por Apple (2006) ao fazer menção a Pierre Bourdieu sobre a relação da análise das regras culturais o qual ele chama de *habitus* que vinculam o econômico à cultura. Nesse sentido, para Bourdieu, segundo Apple (2006), o capital cultural armazenado nas escolas atua como elemento de seleção na reprodução da sociedade hierárquica e estratificada, revelando que a união entre escola e empresa está muito longe de ser democrática.

As concepções ultrautilitaristas, portanto, são bastante receptivas com as representações dominantes, pois reforçam o ensino em ritmos distintos em que os alunos rentáveis são objeto de investimento face aos que apresentam um desempenho aquém do esperado. Essa concepção, fundamento ideológico da nova ordem educacional mundial que parte das organizações econômicas e financeiras, trata a educação como investimento produtivo tendo em vista sempre o retorno do investimento individual pelo fato de ter grande aceitação social.

Michael Apple (2006), pensa a educação como instrumento de distribuição cultural, tal como foi apontado por Gramsci, e como um elemento para a ampliação da dominação ideológica de determinadas classes sobre outras. Trata-se do controle do conhecimento que se reproduz nas instituições de determinadas sociedades. Tal fato foi observado por Mannheim, segundo Apple (2006), que a escola e outras instituições culturais particularizam, realizam e reproduzem de maneira diversa uma construção social que não serve ao interesse de todos os grupos sociais.

Essas teorias e representações apontam para a tendência do papel da acumulação do conhecimento na esfera da produção, ao mesmo tempo em que a ciência é constantemente submetida às exigências da valorização do capital. O capitalismo moderno passou a ter como característica a organização sistemática da pesquisa sobre uma base capitalista com a finalidade de obter ganhos tecnológicos para as empresas. Isso é o retrato de todas as ciências que estão a serviço do capital que foi, outrora, denunciado por Marx. Daí decorre a massificação escolar segundo a qual escolas e universidades foram capturadas a partir dos anos de 1950 nos países desenvolvidos por conta da exigência do aumento da mão de obra qualificada e altamente qualificada.

A era neoliberal visa tão somente à formação do assalariado, ou seja, do ativo cuja existência é voltada para aplicação de conhecimentos operacionais, durante o exercício de uma profissão especializada ou de uma atividade vista como útil. Não há espaço para outras

perspectivas, senão o campo de profissões e das atividades econômicas existentes no contexto do eterno presente, embalado pelo ritmo da adaptação “custe o que custar”, substituindo de vez a utopia da libertação. Vive-se hoje a era da escola desemancipadora, conforme Laval (2019).

Ao tratar dessa questão ideológica, Apple (2006) trouxe à tona Gramsci para ajudar a compreender as relações hegemônicas. Para ele, há duas exigências para a hegemonia ideológica: um grupo de intelectuais emprega e dá legitimidade às categorias e estruturas criadas pela ordem econômica de modo que as formas ideológicas “pareçam neutras”. Por isso, a necessidade de examinar as categorias e procedimentos que os intelectuais, como os educadores, empregam tais instrumentos cognitivos.

A escola republicana tem como ponto de partida formar para o trabalho, instruir o cidadão e educar o homem. Afinal de contas, com a submissão às exigências econômicas, os homens serão os trabalhadores e consumidores no futuro. Como a industrialização e a mercantilização da existência, redefinirá o homem como sendo um ser econômico e um indivíduo na sua essência privado. Por essa razão, a alma do sistema educacional forma o homem como um recurso humano e um consumidor a ser atendido.

A partir da revalorização da empresa, houve uma mudança nas referências normativas, tornando o modelo de sociedade civil na representação dominante. Tal fato remete a reflexão de Michael Apple (2006) referente à linguagem da aprendizagem que tende a ser apolítica e anistórica, de modo que esconde as relações de poder político e econômico e dos recursos subjacentes de grande parte da organização e da seleção curriculares. Em seus aspectos mais simples, esses aspectos podem ser reduzidos às seguintes questões:

O que de fato se ensina nas escolas? “Quais são as funções manifestas e latentes do conhecimento ensinado nas escolas? “Como os princípios de seleção e organização, que são usados para planejar, ordenar e avaliar esse conhecimento, atuam na reprodução cultural e econômica das relações de classe em uma sociedade industrial avançada como a nossa? Essas questões não são em geral parte do jogo de linguagem da psicologia” (APPLE, 2006, p.65).

Por isso, o léxico do pensamento-gestão passa a ser aplicado à ação educativa em todas as suas dimensões. Tal ação educativa do pensamento-gestão, de acordo com Apple (2006) parte da concepção de economia empresarial que requer altos níveis de produção de conhecimento técnico para manter o aparato econômico funcionando. Ela ganha eficiência e aprimora a maximização de oportunidades econômicas dentro de certos limites. Vale lembrar

que é a maximização da produção de conhecimento de alto *status*; não se busca a distribuição para a população. É decorrente também da eficiência da produção deste conhecimento, enquanto ele for contínuo e de forma eficiente ser produzido. Assim, mesmo que haja baixo desempenho dos alunos pertencentes às classes subalternas, terão um impacto menor que a geração desse conhecimento.

O discurso da gestão permitiu que a instituição escolar se colocasse dentro da lógica da gerencial, contrária da sua referência cultural e política, ao mesmo tempo que se submeteu às lógicas econômicas e sociais, propiciando, assim, a interiorização de novos objetivos e a formação de novas identidades profissionais. Como a escola está a serviço da acumulação do capital humano; assim a cultura geral está comprometida em atender à exigência da empresa para fornecer uma base de competências necessárias ao trabalhador polivalente e flexível.

O ensino reformulado segundo o desejo dos patrões deve permitir que o trabalhador assimile discursos e os reproduza em condições de interação entre colegas ou na relação com clientes e fornecedores; adote retóricas mobilizadoras (LAVAL, 2019, p.70).

O novo paradigma se baseia no indivíduo numa aprendizagem permanente ao longo da vida, o que implica disponibilizar recursos de aprendizagem permanente que propicie especializações, reciclagens e retornos. O capitalismo flexível revela-se libertador, à medida que a refundação do sistema de ensino global de ensino implica formação inicial, coerente com a formação continuada e a validação por unidades capitalizáveis dos saberes adquiridos na prática. De acordo com a Comissão Europeia, a escola deve fornecer ao jovem um pacote de competências básicas, de modo que possa viabilizar o aprender-aprender num quadro geral genérico. Esse saber está relacionado aos usos produtivos, segundo uma lógica instrumental do saber.

Este um tipo de aprendizagem realizada fora da instituição ao longo da vida, confunde-se com a vida pessoal do educando, encarregado do dever permanente de aprender.

Longe de estabelecer garantias coletivas no âmbito das instituições, essa visão de formação deseja ser não institucional por natureza. O indivíduo “responsável”, isto é, consciente das vantagens e dos custos da aprendizagem, deve fazer por conta própria as melhores escolhas de formação. Para escolher com clareza o que deve aprender, o indivíduo deve ser bem informado por “agências orientadoras (LAVAL, 2019, p. 75).

A competência, na visão de Françoise Ropé e Lucie Tanguy, trata do conhecimento vinculado à ação, à habilidade, a um saber prático ou a uma faculdade mais geral. Logo, é a capacidade de realizar uma tarefa com a ajuda de ferramentas materiais e intelectuais. Além disso, a competência está na base dos discursos que estabelecem relações de forças entre os grupos sociais, em conexão particular com as exigências de eficiência e flexibilidade a qual a sociedade da informação exige dos trabalhadores.

No contexto econômico e profissional, a noção de competência trata da substituição da ideia de qualificação, porque, na antiga sociedade salarial, a qualificação era uma categoria social que estava associada a um conjunto de garantias e direitos. Portanto, a competência é definida como característica individual, que faz parte da estratégia da individualização das novas políticas de gestão de recursos humanos. A competência profissional passou a não depender dos conhecimentos escolares, mas de valores comportamentais e da capacidade de ação; logo, a tarefa da escola é adaptar os alunos aos comportamentos profissionais que serão exigidos deles.

Nesse sentido, o problema é ver os saberes como ferramentas ou estoques de conhecimentos operatórios utilizáveis para resolver os problemas e tratar informações ou implementar projetos. Isso vem ao encontro das grandes avaliações, levadas a cabo pela OCDE, que recorrem à ideia de competências sociais as quais os governos são chamados para avaliar e corrigir o sistema educacional. Isso remete à lógica da competência que dá ênfase às qualidades úteis da personalidade empregável, levando a um sério risco a desintelectualização e desinformação do processo de aprendizagem.

Ao lado disso, está a pedagogia da competência que responde ao imperativo geral do controle exato e avaliação rigorosa, em função das regras gerais para todos, eliminando, assim, toda e qualquer característica de classe ou um código implícito do meio social.

Entendemos, ao contrário, que as concepções “modernas” de seu serviço, respondendo exclusivamente a critérios de eficiência e rentabilidade, são altamente apreciadas pelos ultraliberais, que as veem como uma propedêutica necessária à gestão privada da escola, ou pelo menos de seus segmentos e atividades mais rentáveis (LAVAL, 2019, p.85).

A ideologia da profissionalização trata-se de uma ideologia que transforma a política pedagógica numa política de adaptação ao mercado de trabalho, visto ser umas das razões da perda da autonomia da escola e da universidade.

Disto decorre, segundo Apple (2006), a política educacional neoliberal baseada na ética do sucesso individual, ou seja, na meritocracia que é concebida como uma linguagem de

justificação. Por ser uma forma ideológica, não revela como a educação funciona. Apesar de explicar determinados aspectos do ensino, é incapaz de enxergar a vinculação entre a produção de determinado tipo de pessoa e o conhecimento, por um lado, e a reprodução de uma sociedade desigual que mantém os papéis ocupados numa sociedade estratificada, por outro. Ela é vendida como um caminho para a modernização do sistema escolar e o real caminho da democratização.

A partir da década de 1980, a exigência era aproximar a escola do mundo econômico por uma hibridação generalizada. Essa ideologia visava resolver o problema de formação de mão de obra. Em meados dos anos de 1960, a problemática de inserção social sobrepôs ao propósito de integrar politicamente aos futuros cidadãos.

Todavia, a partir dos anos de 1970, a política direcionada pelos poderes públicos foi orientada para a lógica de melhoria da formação de jovem, em busca de emprego, sob a forma de estágios e pactos a favor do emprego; já a política social e urbana almejou consertar a sociabilidade falha. Por isso, o objetivo da escola republicana partia da ideia do homem, cidadão e trabalhador, e não obstante, a preocupação das reivindicações dos movimentos sindicais, associativos e políticos progressistas era, e ainda é, uma educação geral.

A crença de que a função da escola é preparar para uma profissão e o sucesso escolar, e de que levaria ao sucesso social e profissional, fez com que a maioria das famílias de todas classes sociais partissem da ideia de que uma boa escolaridade conduziria a um bom emprego. Sem contar que a exigência da profissionalização da escola apoia-se na angústia social em razão da onda de desemprego.

Com isso, os partidários da escola neoliberal converteram a inserção profissional no principal princípio da reforma, com o objetivo de fornecer às empresas uma mão de obra adequada.

3.2. A Subjetividade Neoliberal

Este item está fundamentado nas ideias de Pierre Dardot e Christian Laval, em seu livro “A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal”, publicado em 2016, e de Safatle et al, no livro “Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico”, em 2021.

Dardot e Laval dissertam sobre uma sociedade constituída de empresas que surge da necessidade de uma nova norma subjetiva, distinta do sujeito produtivo da sociedade industrial.

O processo de formação do sujeito neoliberal em formação decorre do dispositivo, do desempenho e gozo que retrata o discurso da sociedade e da história neoliberal. Esse novo sujeito é diferente em razão das práticas discursivas e institucionais que datam do final do século XX como construção da ideia do homem-empresa ou do sujeito empresarial, ao passo que viabilizou a instalação de uma estrutura capitalizada de sanções, estímulos e compromentimentos, de acordo com o funcionamento psíquico de um novo tipo de ser.

Cabe ressaltar que o homem benthamiano era o homem calculador e produtivo da civilização do capitalismo industrial. O homem neoliberal, por outro lado, é o homem competitivo gerado na concepção mundial do capitalismo neoliberal. Desse modo, Safatle (2021) define o neoliberalismo como uma racionalidade política que exige a produção de um sujeito com valores morais e formas de subjetividade adequados à racionalidade política.

O que justifica o discurso sobre a política vinculada à concepção de vida em comum é o discurso do neoliberalismo, que propõe a vida social tecnicamente administrada, ao mesmo tempo que suprime a dimensão afetiva do pudor, ressignificado a ideia de justiça das instituições que controlam a vida social. A reorganização da sociedade com as empresas e as instituições, por meio da multiplicação e da intensificação dos recursos em função do mercado, repercutiu na transformação dos sujeitos.

A cultura, em toda ação coletiva histórica, social e política foi alterada, construindo e redefinindo a civilização humana sobre outros patamares, fazendo surgir um novo ser social. Por tal razão, a subjetividade do homem neoliberal é caracterizada por uma homogeneização do discurso, em volta da representação da empresa; logo, essa nova representação foi capaz de unificar as diversas formas plurais de subjetividade, que a democracia liberal desejou que perpetuassem como dominantes.

Foi em virtude disso que surgiram diversas técnicas para a fabricação de novo sujeito denominado de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal”, ou neosujeito. O que surgiu foi uma nova forma de poder, que exige do sujeito que ele seja ativo, participativo e inteiramente entregue, de corpo e alma e sem reservas para a sua atividade profissional. Conforme pontuam Dardot e Laval (2016) “o sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo”.

Em face disso, este novo poder buscou atingir a esfera do desejo, expressa em nome da vontade da realização pessoal, do projeto de vida, determinando a motivação que impulsiona o colaborador da empresa, de tal forma, como se a eficácia, a maximização do esforço, surgisse e fosse governada por si, pelo seu próprio desejo e vontade de forma autônoma.

É o que reiteram Dardot e Laval (2016, p. 327): “As novas técnicas da ‘empresa pessoal’ chegam ao cúmulo da alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo”. Esse é o governo lacaniano, pois o desejo do sujeito é o desejo do outro; portanto, o poder moderno torna-se o desejo do outro para expressar as instâncias do mercado, da empresa e do dinheiro, entre outras coisas, posto que é alcançado graças às técnicas sofisticadas de motivação, estímulo e incentivo.

Isto remete à lembrança de dois grandes acontecimentos, que impulsionaram a modernidade: democracia política e o capitalismo moderno. O homem moderno como ser cidadão dotado de direitos inalienáveis e o homem econômico orientado pelos interesses. O homem como fim e instrumento.

Em razão disso, vale a pena estabelecer uma distinção do homem da modernidade do capitalismo industrial que, na percepção de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a modernidade privilegiou o desenvolvimento de uma lógica normativa das relações humanas, orientada pela regra do lucro máximo. Foi por volta do século XVII que o discurso científico definiu o que é (ser) e o que deveria fazer com a finalidade de tornar o homem um animal produtivo, consumidor como também um ser de labor e necessidade, estabelecido como um parâmetro de humanidade.

A mercantilização das relações sociais acompanhadas da urbanização viabilizou a emancipação do indivíduo da tradição, das raízes, dos vínculos familiares e fidelidades pessoais. A partir disso, a contratualização tornou-se a forma geral da formalização, por conta dos contratos voluntários garantidos pela instância soberana, que substituiu as formas antigas de reciprocidade fundadas na aliança e na filiação. Por isso, o contrato estabelecia a relação social entre os indivíduos livres de compromisso voluntário. A sociedade era representada como um conjunto de relações vinculadas entre pessoas proprietárias de direitos inalienáveis como princípio do individualismo moderno.

Daí decorre que o indivíduo liberal de John Locke, como senhor de si, passou a acreditar na ideia de que todas as faculdades naturais, do exercício ilimitado da razão e da vontade da sua autonomia ilimitada era como um retrato de uma engrenagem dos instrumentos à disposição da economia política clássica.

Na leitura de Dardot e Laval (2016), Karl Marx mostrou que a liberdade subjetiva concebeu uma nova forma de sujeição à racionalidade das leis impessoalizadas da valorização do capital. Sendo assim, sem elas, os indivíduos sequer teriam se convertido na sociedade mercantil e industrial. A inculcação dos tipos de educação da mente, do controle do corpo, da

organização do trabalho, da moradia, do descanso e do lazer, tudo configura a forma ideal do novo homem na qualidade de indivíduo calculador e produtivo.

Esse dispositivo de eficácia da atividade econômica valeu-se dos recursos humanos necessários e foi responsável por produzir e formar a subjetividade apta para a produção e consumo. Como pontuaram Pierre Dardot e Christian Laval (2006), o princípio geral do dispositivo de eficácia não é apenas do adestramento dos corpos, mas sobretudo, de uma gestão das mentes no sentido de uma elaboração para um tipo de funcionamento da subjetividade.

De fato, houve a imposição de uma nova norma das sociedades capitalistas por conta de uma normatização voltada para um tipo de subjetividade exigida. Esse quadro geral ficou muito a desejar para identificar uma lógica normativa que se impôs nas sociedades ocidentais. Portanto, ele era insuficiente para demarcar as transformações no sujeito ocidental durante os três últimos séculos como as modificações históricas atribuídas à racionalidade neoliberal.

Basta observar que a governabilidade empresarial é uma racionalidade de conjunto, pois permite descrever as novas condutas e novas aspirações, como também prescreve os modos de controle e influência que devem ser exercidos nos comportamentos dos sujeitos, ao mesmo tempo que são redefinidas as metas e as formas de ação política. Logo, um único discurso articula a definição de homem como ser bem-sucedido, orientado e encorajado para atingir seus objetivos.

A racionalidade neoliberal conseguiu produzir um sujeito que recorre a todo momento, aos meios para governá-lo, de modo que ele se conduza de forma segura no terreno movediço da competição. Para alcançar isso, ele deve, então, buscar a maximização dos resultados, em meio a riscos e assumindo total responsabilidades por seus eventuais fracassos.

Visto por outro ângulo, Safatle (2021) comenta sobre o discurso da política vinculada à concepção de vida em comum próprio do neoliberalismo, posto que propõe a vida social tecnicamente administrada de um lado e, do outro, que suprime a dimensão afetiva do pudor, ressignificando a ideia de justiça das instituições que controlam a vida social.

Esse é o retrato do governo de si na era neoliberal ou o governo de si empresarial que transcende a cultura de empresa, ainda que haja a valorização ideológica do modelo de empresa que passou a ser considerada em toda a dimensão humana, como um lugar reservado à realização dos desejos dos indivíduos, ao lado do bem estar material, o sucesso comercial financeiro e comercial da comunidade de trabalhadores, contribuindo, assim, de forma direta, para a prosperidade geral da população.

A perda da conquista de direitos ligados ao mundo do trabalho, bem como a insegurança provocada pelo modo de produção flexível e precário, ocasionou a diminuição do poder de compra do salário e o empobrecimento que serviram para aumentar o grau de dependência entre a classe trabalhadora com relação ao empresariado. Tal medo social favoreceu a implementação da neogestão nas empresas, por conta da naturalização do risco do discurso neoliberal, assim como a exposição dos trabalhadores à instabilidade do mercado, ocasionada pela perda das conquistas dos direitos trabalhistas e o desemprego estrutural.

Como o desemprego, os salários baixos e outras modalidades de precarização do trabalho representaram a quebra do pacto social que, no caso do nacional-desenvolvimentismo, era transformado em regra do jogo para o funcionamento do neoliberalismo. Isso leva o neoliberalismo a buscar a produção de sujeitos e os convencerem como sendo natural toda a forma de precarização social que, no caso do nacional-desenvolvimentismo, seria considerada rupturas do pacto social.

Ao transferir os riscos aos assalariados, gerou-se a sensação de risco iminente, figurando a justificativa ideal das empresas por mais exigência dos empregados por comprometimento e disponibilidade em comparação a outra época, engendrando o precedente para a produção de sujeitos empreendedores, uma vez que foram assegurar as condições necessárias para as relações de competição entre eles, de acordo com a submissão da lógica do processo autorrealizador para submeterem as condições cada vez mais duras geradas por eles mesmos.

Tal subjetividade foi construída por meio de técnicas específicas que surgiram por causa da exigência da disciplina, do discurso gerencial da ideologia da realização pessoal. De fato, as evoluções do mundo do trabalho revelaram a eficácia das técnicas de controle no governo de condutas. Não é correto afirmar, porém, que a neogestão é antiburocrática, pois ela corresponde a uma nova fase, mais sofisticada, individualizada e competitiva da racionalidade burocrática. Trata-se, portanto, de uma nova forma de poder organizacional diferente da crítica da antiga burocracia, da organização e da hierarquia baseado no antigo modelo de poder amparado na gestão dos diplomas, dos *status* e das carreiras.

O novo governo dos sujeitos pressupõe que a empresa seja, simultaneamente, instrumento e lugar de competição. Aliás, ela representa de forma idealizada o espaço das inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua como resposta às alternâncias da demanda do mercado em busca por excelência com zero de custo de tal forma que se exige do sujeito adaptação de “corpo e alma” por um trabalho subjetivo para ser o mais eficaz possível como a dedicação exclusiva ao trabalho, submetido a um processo de aperfeiçoamento

permanente por uma aprendizagem contínua, aberta e solícita a ser flexível conforme as exigências impostas pelo mercado.

Esta racionalidade neoliberal leva o eu a agir sobre si mesmo, a fim de prepará-lo para sobreviver na brutal competição. Com isso, toda a atividade deve ser voltada para a produção de um investimento e um cálculo de custos. Conforme dito por Dardot e Laval (2016), a economia é a disciplina pessoal. Tal raciocínio é expresso nas palavras de Margaret Thatcher: “A economia é o método, e o objetivo é mudar a alma”. Essa racionalidade empresarial permite a união de todos os discursos de existência, despertando interesse do governo por ela, ao passo que permite articular e aplicar os objetivos dos governos em todas as áreas da vida social e individual.

A empresa tornou-se, portanto, o modelo que deveria ser aprendido por uma conduta a ser seguida em todas as fases da vida, por ser vista como uma fonte de criatividade, gerada pelas alterações institucionais que, ao mesmo tempo, produz melhorias em todas as dimensões da vida humana. Isto é possível, na visão de Safatle (2021), por exigir a produção de um sujeito com valores morais e formas de subjetividade adequados à racionalidade política.

A formação discursiva neoliberal produz um sujeito com suas formas de verdade, seus valores, sua moral e suas instituições sociais. Ao estabelecer o governo de si, junto com o governo das sociedades, a empresa ascende ao patamar da ética. Portanto, ela define a ética como *ethos* que exigirá um constante trabalho de vigilância sobre si mesmo, por um lado; e por outro, com o apoio dos mecanismos de avaliação serão responsabilizados perante a monitoração.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o primeiro mandato da ética do empreendedor é ajudar a si mesmo como a ética do *self-help* (autoajuda). Dito de outro modo, o *self-help* não se limita a uma moral pessoal que cada indivíduo deveria desenvolver por si mesmo, mas um modo de governo político. Uma das conclusões de Dardot e Laval (2016) é a de que a inovação da tecnologia neoliberal se vincula diretamente como o homem é governado, à maneira como ele se autogoverna. Para tal feito, exige-se um trabalho de racionalização da subjetividade do sujeito, ou seja, uma racionalização do sujeito. Afinal, a empresa de se constitui um modo de governar-se mediante valores e princípios.

Por isso, segundo Safatle (2021), a racionalidade administrativa como proposta pelo discurso neoliberal no Brasil conduziu à barbárie social do capitalismo brasileiro, apresentada como dinâmica na economia psíquica. Em sua dimensão social, foi sustentada pelo discurso moral, que impõe ao sujeito livre sua submissão à lei como uma postura racional, pois é calcada no cálculo de custo e benefícios.

Foi a ideia de aprimoramento permanente a que o sujeito se submeteu para buscar os melhores resultados e desempenhos. Essa ideia se tornou um paradigma que envolveu o mercado de trabalho, a educação e a formação ao longo da vida; logo, a empregabilidade ficou associada à ideia de estratégias de um novo negócio.

A ética de empresa transformou o trabalho como meio da realização pessoal – desde que sejamos, claro, todos bem-sucedidos com uma vida construída no tapete vermelho do sucesso. O trabalho passou a garantir a autonomia e a liberdade em função de estar associado a uma forma privilegiada de exercer nossas capacidades e provar nosso valor, apesar de a ética do trabalho não transformar em virtude a total a obediência às ordens superiores.

Cabe salientar que o neoliberalismo apresenta uma formação discursiva que parte da ideia de governo protetor do mercado, uma concepção de ciência a serviço da tecnologia e do capital, ou seja, uma concepção de sujeito em que a liberdade parte do seu caráter associial.

No modelo de empresa de si mesmo, o sujeito supera o sujeito submetido a ordens dos superiores. A novidade é a união entre as aspirações individuais junto aos objetivos de excelência de empresa, alcançado por meio do desejo pessoal e do projeto de empresa desde que o indivíduo converta-se numa empresa. Isso pressupõe criar uma empresa constituída de pequenas empresas de si mesmo.

A empresa no sentido do termo é um conjunto de empresas das pessoas que a compõem. Hoje, os indivíduos que trabalham não devem ser considerados exclusivamente empregados, mas pessoas que têm dentro delas estratégias, objetivos de vida (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 334).

Este poder é o manual prescritivo e performativo aos assalariados. Por isso, na sociedade do conhecimento, o indivíduo perdeu o *status* de trabalhador e tornou-se uma empresa que vende serviços a um mercado. Dito de outro modo, o seu trabalho é sua empresa, e seu desenvolvimento é definido como uma empresa de si mesmo. Em razão disso, o trabalho virou um produto com um valor medido com exatidão, surgindo, dessa forma, a oportunidade necessária para a substituição do contrato salarial pela contratação entre empresas de si mesmos. Nessa concepção de empresa, toda a atividade do indivíduo transformou-se num processo de valorização do eu:

o termo significa que a atividade do indivíduo, sob diferentes facetas (trabalho remunerado, trabalho beneficente para uma associação, gestão do lar família, aquisição de competências, desenvolvimento de uma rede de contatos, preparação para uma mudança de atividade etc.) é pensada em sua essência como empresarial. (DARDOT e LAVAL, 2016, p 335).

Observa-se que tudo se torna empresa: do trabalho ao consumo e lazer, com o intuito de extrair o máximo de riquezas e investi-lo em si como maneira de criar e reinventar a si mesmo.

Devido à obrigação de se valorizar no mercado, o valor do indivíduo não parte dos direitos adquiridos ao nascer, mas pela conquista pela empresa que governa por meio do mundo social que, constantemente, adquire valorização que passa pela troca do mundo de trabalho, acompanhado de uma vida capaz de se transformar para empreender. Logo, para a empresa de si mesmo, o seu trabalho é o que se faz de si mesmo e a serviço dos outros. Afinal, a empresa de si mesmo é uma técnica de desenvolvimento para toda a vida.

O discurso de que o indivíduo deve ser ativo, autônomo e protagonista aponta para o fato de que ele deve aumentar o seu capital humano e valorizá-lo a partir do desenvolvimento de estratégias tomadas ao longo da vida. Esse discurso é o imperativo ético na forma da atitude empresarial que se tornou uma obrigatoriedade a todos. Aliás, com a ajuda dos ditos consultores em estratégias de vida, todos poderão ter acesso a essa formação que propiciará um autodiagnóstico dos espaços de formação dos distintos aspectos e metodologias.

Disto decorre que a vida na empresa ficou associada à formação, espaço do conhecimento prático, ao mesmo tempo em que as autoridades políticas e econômicas enaltecem a participação de todos na vida empresarial.

Neste sentido, Aubrey sustentou que a empresa constitui um percurso educativo que dá legitimidade aos que são bem-sucedidos, de modo que os managers podem ser considerados “o equivalente aos sábios ou aos mestres”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p 338).

A disciplina de desempenho da empresa de si mesmo se conclui com a identificação do sujeito como empresa em razão da total dedicação ao mercado em crescimento. Por conta disso, o mercado tem à disposição seus gurus, ou escola, para almejar a conquista do domínio de si mesmo, das suas emoções, do estresse, das relações com clientes e colaboradores, chefes e subordinados. Tais técnicas visam à conduta de si e dos outros por meio da técnica da governabilidade, cuja finalidade é aumentar a eficácia da relação com o outro.

Entre as técnicas está o PNL⁶, uma abordagem de ciências humanas que visa à eficácia de nosso desempenho nos diferentes domínios em que decidimos aplicá-la. Essencialmente

⁶ Disponível em: www.france-pnl.com:acesso. Acesso em: 06 mar. 2016, conforme mencionado por Pierre Dardot e Christian Laval.

pragmática, ela nos fornece meios concretos tanto para nos comunicarmos de maneira eficaz como para elaborarmos objetivos claros e alcançá-los. Os princípios do PNL tem como finalidade tornar o indivíduo mais eficaz, convencendo-o de que cada um possui os recursos necessários para evoluir, atingir seus objetivos, resolver problemas, estimulando a autonomia e a responsabilidade de um lado, e de outro, constituindo o recurso fundamental para o desenvolvimento da autoestima.

A PNL, por sua eficácia em termos de comunicação, dará ferramentas eficazes ao *menager* para que ele possa motivar sua equipe com o intuito de satisfazer o cliente; Estabelecer objetivos claros, compreender a relação humana e “ativar os mecanismos da motivação”, melhorar a comunicação interpessoal dentro da empresa, “pedra angular do sucesso” (“uma comunicação ruim na empresa dispersa as energias”), gerir bem o feedback para “estabelecer uma pessoa sobre o que ela faz e para que essa pessoa melhore o que ela faz”, essas são algumas das contribuições da PNL para uma gestão eficaz (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 342).

Basta observar que essa técnica e exercícios práticos de transformação da subjetividade tende a transferir a responsabilidade dos resultados da competição sobre os ombros do indivíduo. Aliás, essa nova forma de governo leva os sujeitos a assumirem para si a expectativa de certo comportamento e certa subjetividade do trabalho.

Desse modo, a disciplina do indivíduo como empresa de si mesmo visa a adaptar a conduta do indivíduo à ordem da competição mundial. Exige-se do indivíduo que ele seja produtivo com o objetivo de agir como uma empresa por conta de ser o modelo ideal de referência produtiva. Os exercícios que aprimoram a conduta do indivíduo visam a um mundo em sintonia com o ser empresa e para além, de modo a colocá-lo afinado com o mercado mundial.

Essa é a norma geral da eficácia do âmbito da empresa e transferida para o nível individual por meio do uso da subjetividade, voltada para o aperfeiçoamento do desempenho do indivíduo por meio de alguns indicadores que avaliam o bem-estar e o seu reconhecimento profissional, como consequência direta do seu desempenho. Visto por outro lado, Safatle (2021) afirma que a base do sujeito neoliberal é o *homo economicus* que parte da maximização da sua utilidade, em virtude das exigências apresentadas como superiores. Logo, exclui-se a base afetiva do pudor e a expectativa de reconhecimento por ela implicada.

Vale ressaltar que o modelo de competitividade radicaliza a norma social ao mesmo tempo que mostra a imperfeição de um imaginário no qual desempenho e gozo são inseparáveis. Daí decorre que o sujeito neoliberal é produzido pelo dispositivo do

desempenho e gozo. Por isso, multiplicam-se os oxímoros, como autonomia controlada e comprometimento coagido, criados pelos sociólogos para conceituar esse fenômeno.

Este novo sujeito não é apenas uma engrenagem da produção, da poupança e do consumo característico do período consumado do capitalismo, visto que esse modelo unia o ascetismo puritano do trabalho junto com a satisfação do consumo e a esperança de uma satisfação vinculada a ideia de gozo dos bens acumulados. Esse dispositivo neoliberal passou a identificar o desempenho ao gozo, pois seu fundamento é o excesso e a autossuperação. Logo, a vida figurou em todas as dimensões do objeto de dispositivos de desempenho e gozo.

Em razão disso, Safatle (2021) denomina de pacto neoliberal que consagra o gozo como a morte da alteridade e destrói o vínculo de solidariedade social. Ao impedir a política, torna-se ameaça à sociedade humana. Posto isto, o governo empresarial é baseado na responsabilidade individual e no autocontrole, sendo a primeira como resultado da interiorização de coerções. Logo, o indivíduo é governado na sua subjetividade por uma racionalidade técnica a partir de si mesmo. Este é o domínio da cultura do modelo de empresa que submete os instintos humanos pela égide da supremacia da norma da racionalidade neoliberal, o que leva o gênero humano a um novo patamar da civilização humana pautada pela racionalidade instrumental do mundo sistêmico do capitalismo neoliberal.

Com efeito, ser empreendedor de si mesmo significa o caminho do seu próprio sucesso social e profissional. Além disso, a incorporação das técnicas de auditoria, vigilância e avaliação tem o objetivo de aumentar a exigência de controle sob si mesmo para alcançar o bom desempenho. As técnicas de produção do eu produtivo vinculam-se ao modo de controle associadas às formas preparatórias ou corretivas.

Quando o sujeito aceita submeter-se a ser julgado pelas avaliações e responsabilizar-se pelas consequências, ele é constantemente avaliado para ser educado para legitimar a competência do avaliador e a validade do instrumento de avaliação. Isso implica a aplicação de instrumento de avaliação lado a lado do indivíduo baseado na monitoração de resultados quantitativos e registrados. Desse modo, o sujeito deixa de ser valorizado pelas qualidades estatutárias que foram construídas durante sua trajetória escolar e profissional. Nesse momento, é valorizado segundo o valor de uso, submetido à avaliação da sua força de trabalho. Este modo de poder impõe a cada um o regime de sanção próximo ao do mercado.

Bourdieu (2017) afirma que a avaliação é em razão do mercado de trabalho. As posições de mais prestígio são ocupadas considerando a capacidade do candidato de comportar-se e de comunicar-se de acordo com os padrões da cultura dominante. De acordo com ele, os indivíduos ocupam posições diferenciadas privilegiadas na estrutura social em

razão do volume e da natureza dos recursos. É por conta disso que o poder da racionalidade está vinculado à instauração de situações que conduzem os sujeitos a funcionarem de acordo com as regras da competição a que estão submetidos.

Não se pode, entretanto, deixar de estabelecer a equivalência entre o dever de bom desempenho de maneira simultânea que não subestime o imperativo “sempre mais” cuja finalidade é elevar-se “sempre mais” como eficácia de cada sujeito em todos os domínios da vida social. Não menos importante está a figura do perdedor, homem que perdeu na ótica do discurso gerencial, visto que a norma social mudou, pois houve uma transição do equilíbrio, da média voltado para o desempenho máximo em que o indivíduo se tornou alvo da reestruturação que recai sobre cada indivíduo a responsabilidade de realizar em si mesmo.

O sofrimento psíquico que decorre da racionalidade neoliberal leva os indivíduos aos modos de sofrimento e parte da inadequação do sujeito face aos ideais firmados em seu tempo. Esses ideais remetem à soberania absoluta da vontade individual sobre o seu próprio destino; caso contrário, significam sinal de fracasso, ao revelar o valor de fraqueza, incompetência, covardia, falta e covardia.

Vale dizer que o antigo sistema de julgamento burocrático era baseado na possibilidade de um vínculo entre a posição do indivíduo na classificação e sua eficácia pessoal, deixando de submeter à avaliação do sujeito por meio de títulos, diplomas, *status*, experiência acumulada; ou seja, a posição desempenhada por uma classificação que dá lugar à validade de uma avaliação de suas competências submetidas a todo instante.

O modelo de avaliação que serve de parâmetro para as práticas financeiras, saúde mental, educação, serviços de cuidado à pessoa e justiça consiste em avaliar os ganhos de cada equipe ou indivíduo, considerados responsáveis pelo valor acionário gerado por suas atividades. Isso remete à ideia de hegemonia do neoliberalismo que, segundo Nelson (2021), o sujeito é pensado exclusivamente como operador do cálculo de custo-benefício entre possibilidades excludentes. Como houve uma verdadeira lógica de subjetivação financeira dos assalariados, todo resultado da atividade deles tornaram-se um objeto financeiro de modo que o próprio sujeito é preparado para gerar a criação de valor acionário, figurando o principal responsável diante dos acionistas.

Com isso, a vida passou a incorporar a lógica de acumulação do capital como se estivesse talhado no código genético da espécie humana. Tal natureza do neosujeito é revestida por uma nova essência determinada pela lógica da acumulação do capital neste homem empresa.

Devido à mudança trazida, as avaliações são de ordem subjetiva. Todavia, a tecnologia avaliativa passou a aumentar a dependência com a burocracia administrativa, posto que o sujeito passou a buscar atingir o seu objetivo; e coube ao sujeito da avaliação o dever de submeter ao outro que pode ser o cliente, paciente, alunos, entre outros as prioridades da empresa. Em razão disso, os sujeitos são coagidos a participarem de um dispositivo distinto da era industrial. Afinal de contas, a técnica de si está associada à técnica de bom desempenho numa batalha concorrencial. Portanto, ele não visa tão somente à adaptação e à integração, mas, sobretudo, à maximização do desempenho.

Safatle (2021) observa que a supremacia da racionalidade instrumental e do poder técnico é o estágio intermediário entre a barbárie e a vida em sociedade, denominado desumanização que, na vida cotidiana, é nomeado de crueldade, frieza e impiedade. Daí decorre a concepção neoliberal que está associada à autonomia sem a obediência à moral e à lei, uma vez que tal obediência é reduzida ao cálculo entre os benefícios tirados pela transgressão e os riscos da exposição.

Pierre Dardot e Laval (2016) apontam para o duplo sentido como característica da concepção neoliberal, como o discurso gerencial da obrigatoriedade do bom desempenho e do discurso publicitário que faz do gozo uma ordem. Há o interesse em identificar o indivíduo como empresa de si mesmo e capital humano. Para Dardot e Laval (2016), esse é o processo de extrair sempre mais do gozar como esperança de satisfação tirado de si mesmo e do seu viver, de modo a assegurar o funcionamento do novo sujeito e do novo sistema de concorrência. É o retrato, portanto, de uma subjetividade contábil como também da subjetividade financeira definida por uma subjetivação pelo excesso de si em si; mais ainda: pela superação da indefinição de si.

Dito isso, trata-se de uma ultrasubjetivação, conforme pontua Dardot (2006), que não busca o estado definitivo da posse de si, mas além de si, estimulado a caminhar sempre além, em seu próprio governo de acordo com a lógica de empresa e para além disto, segundo a ordem do mercado mundial. Ele faz menção a Foucault que restringiu o seu olhar ao campo da disciplina, ao adestramento e também à gestão dos corpos, de modo que os traços corporais determinavam a classificação e a distribuição dos indivíduos e o seu modo de gestão. Por isso, o corpo deveria tornar-se completamente útil por meio das disciplinas clássicas que, segundo Foucault, as técnicas fabricam indivíduos úteis. É importante dizer que a realidade mudou. Hoje, impor limites ao desempenho e ao gozo é inaceitável, uma vez que o corpo é produto da escolha, de um estilo e de uma modelagem. Logo, cada indivíduo é responsável por seu corpo, modificando e alterando a seu bel prazer.

A chegada do novo discurso do gozo e do desempenho obriga-nos adquirir um corpo que nos leve para além de nossas capacidades de produção e prazer. Por conta da crença do comprometimento pessoal junto com o dispositivo geral, nenhum obstáculo é intransponível. De fato, o discurso sobre o sujeito aproximou os enunciados econômicos dos enunciados psicológicos de modo a tornarem um só. É em razão da união entre concepção psicológica do ser humano, junto da norma econômica da concorrência, da representação do indivíduo como capital humano, da organização pela comunicação e do vínculo social como rede que construiu a imagem da empresa de si. Posto isto, os indivíduos aprenderam a se verem como indivíduos psicológicos por conta da autoavaliação e da invenção por um trabalho de si mesmos; em contrapartida, ofereceu os meios necessários para instituições e governos para governar suas condutas.

Concebe-se o sujeito como um ser das paixões, desejos e interesses e de julgamentos morais. A compreensão das intervenções psicológicas são instrumentos de condutas, assim como a maneira de agir de forma técnica no campo psicológico por meios adaptados de estímulos, incentivo, recompensa e punição. Aliás, o objetivo é a adaptação entre os móveis psicológicos e as coerções sociais e econômicas para associar a personalidade e o fator humano como recurso humano administrável.

A dimensão subjetiva tornou-se, ao mesmo tempo, uma realidade e um instrumento objetivo do sucesso da empresa. A subjetividade constituída de emoções, desejos, paixões, sentimentos, crenças, atitudes, entre outros aspectos, foi vista com o alvo do bom desempenho das empresas, ou seja, a conciliação entre a subjetividade desejante e os objetivos da empresa. Isso é prova de que a formação discursiva neoliberal produz um sujeito com suas formas de verdade, seus valores e suas morais e suas instituições sociais.

Esse “humanismo” empresarial foi apoiado de fora por todos os reformistas bem-intencionados, que acreditavam que um trabalhador seguro e realizado era um trabalhador mais motivador, logo, mais eficaz. Daí a ênfase na harmonia do grupo, no “sentimento de pertencimento” e na “comunicação”, com suas virtudes terapêuticas e seu alcance persuasivo. Como observa Rose, “a democracia caminhava de mãos dadas com a produtividade industrial e a satisfação humana” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.359).

Não há dúvida de que a racionalização gerencial do desejo foi alcançada por meio da técnica de si que visa ao desempenho do dispositivo de desempenho e gozo, criando a condição necessária para a identificação do sujeito psicológico e o sujeito da produção. Basta ressaltar que a identificação dos dois sujeitos é contrária ao parâmetro homeostático do

equilíbrio do homem da era industrial, já que enveredou em direção à operação da lógica da intensificação e do ilimitado.

Ao observar o ideal de domínio sobre si, não se define nem caracteriza a subjetividade do sujeito neoliberal, visto que a liberdade se tornou, ao mesmo tempo, um dever e obrigação de desempenho. Logo, o normal deixou de ser o domínio e a regulação das pulsões para ser a estimulação intensiva como a “mola propulsora” de prazer. Daí decorre a ideia de liberdade que, segundo Safatle (2021), parte da não submissão moral do indivíduo às normas sociais.

Por tais razões, é considerado um modelo associal do sujeito, ao passo que o pacto social no neoliberalismo é também organizado por uma base contratual, estabelecida entre sujeitos, puramente racional na qual a submissão moral à lei não é possível.

O sucesso veio a ocupar o valor supremo, independente dos meios para alcançá-lo. A palavra de ordem é somente a vontade de ser bem-sucedido em meio às turbulências, afinal de contas, ela expressa a síntese autêntica do dispositivo de desempenho e gozo.

Tal sujeito encontra sua verdade no veredito do sucesso, submeter-se a um “jogo da verdade” em que a prova seu ser e seu valor. O desempenho é, muito precisamente, a verdade tal como o poder gerencial a define” (DARDOT E LAVAL, 2016,p.36).

Em virtude da ideia de um mundo sem limites, percebe-se que o regime institucional vê o limite como algo a ser superado. Diferente do modelo de poder centralizado que exerceria controle sobre os sujeitos, o dispositivo de desempenho e gozo deixa à disposição os mecanismos de controle e incentivo além de todos os mecanismos de produção, dos modos de consumo e de todos as configurações sociais. Isso é acompanhado com a intensificação do trabalho, vinculada às pressões e às consequências perversas da redução do tempo de trabalho, por conta das exigências de produtividade. Devido à individualização da responsabilização do sujeito, referente à realização de seus objetivos, foram geradas patologias mentais, como o *stress*.

Por causa do risco profissional o indivíduo é submetido a uma situação de vulnerabilidade permanente, caminhando na contramão da leitura dos manuais de gestão que interpretam como uma situação para o enriquecimento e crescimento. O sujeito empresarial tem a tendência de associar o seu narcisismo ao sucesso em si, vinculado junto ao da empresa, no cenário de uma batalha concorrencial em que o menor descuido pode ter efeitos desastrosos.

A gestão neoliberal de empresa inculca no indivíduo a coerção do mercado, a incerteza e a selvageria da competição e o seu fracasso pessoal, que seria um sinal de vergonha e uma desvalorização. Esses são os modos de sofrimento que partem da inadequação do sujeito perante os ideais firmados em seu tempo, como a soberania absoluta da vontade individual sobre o seu próprio destino. Quando alvejado por qualquer sinal de fracasso, revela-se o valor de fraqueza, incompetência e covardia.

Neste sentido, a soberania absoluta parte da ideia de liberdade que é associal, pois decorre do sofrimento da indeterminação como uma forma de autoafirmação infinita e vazia tal como uma inação crônica. Dardot e Laval (2016) citam Richard Sennett para afirmarem que a organização flexível compromete toda ética na personalidade, sobretudo, nos vínculos humanos e nos valores de referências. A normatividade ao longo prazo é substituída na incerteza e na instabilidade do tempo do capital.

O trabalho não oferece mais um quadro estável, uma carreira previsível, um conjunto de relações pessoais sólidas. Instabilidade das “missões”, variação contínua das “redes de contratos” e das “equipes” - o mundo profissional tornar-se uma soma de “transações” pontuais em vez de relações sociais implicando um mínimo de lealdade e fidelidade (DARDOT e LAVAL 2016, p.364).

Quanto ao capital humano, Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para o eminente risco de desvalorização tal como o capital técnico que acaba repercutindo na insegurança dos indivíduos que, com o decorrer da idade, são acometidos por um sentimento de inutilidade social e econômica. Isto figura um eu “plástico” construído de fragmentos em constante indefinição e aberta a novas experiências, conforme dizia Sennett (apud DARDOT e LAVAL, 2016).

Em razão disso, a neogestão tende a controlar comportamentos e atitudes, exigindo um esforço contínuo de autocoerção. Tal ascese leva ao desempenho da empresa junto a uma avaliação permanente dos assalariados mediante uma lógica que normatiza, ao mesmo tempo que rompe o vínculo dos sujeitos uns com os outros. Aliás, todo tipo de relações, sentimentos e afetos são voltados para a eficácia. Assim, todas as empresas de consumo são totalmente instrumentalizadas pelas estratégias econômicas.

A importância do tema “emoções” em cursos e testes (capital emocional, inteligência emocional, competências emocionais) remete a sua obrigação de bem-estar e amor, que necessariamente introduz uma dúvida sobre a sinceridade dos sentimentos demonstrados” (DARDOT e LAVAL ,2016, p. 365). Esta é uma tendência como qualidade do desapego e da

mobilidade do sujeito contemporâneo que o conduz à indiferença diante dos esforços de valorizar o espírito de equipe, necessário para fortalecer a comunidade da empresa, rompendo os laços sociais tão importantes para a reciprocidade social e simbólica nos locais de trabalho. Essa prerrogativa vem ao encontro da ideologia do sucesso do indivíduo que parte da crença de que não deve nada a ninguém. Trata-se da ideologia do *self-help* que rompe com os vínculos sociais, na medida que é baseada em deveres de reciprocidade um com o outro.

Diante disso, Pierre Dardot e Laval (2016) colocam a questão: como manter sujeitos juntos que compactuam com a ideia de que nada devem a ninguém? Talvez alimentando o rancor, a desconfiança perante os mais pobres ou os velhos dependentes, ou mesmo os imigrantes; ou se todos se sentirem ameaçados por perderem a qualidade de serem eficazes e úteis como empresas de si mesmos.

Isso acontece porque o trabalho no capitalismo implica mais repressão, o qual justifica uma dominação do psiquismo do trabalhador. Disso decorre que a repressão torna-se uma forma de dominação que gera um estado cronicamente patológico no trabalhador da pós-grande indústria. Com efeito, remete às rupturas com o pacto social, conforme observado por Hélio Pellegrino, que são causadas pela penúria decorrente do desemprego, da severidade da migração, das precárias condições de saúde que atingem até hoje a vida dos desfavorecidos. “Hélio Pellegrino denuncia a ganância financeira e a desonestidade despudorada dos políticos como marcos incontornáveis da quebra de pacto social do Estado com o trabalhador brasileiro”. (SAFATLE, 2021, p. 262).

Isso levou à precariedade das políticas públicas fundamentais, como educação e a saúde, que fragiliza ainda mais as estruturas institucionais da sociedade. Devido à fragilização do pacto civilizatório, toda a forma de conflito se desemboca em atos violentos e no aumento da delinquência, ideia expressa na frase de Pellegrino (1983) “se o trabalhador foi desprezado e agredido pela sociedade, tenderá a desprezá-la e agredi-la até atingir um ponto de ruptura”.

Ao citar Alain Ehrenberg, Safatle (2021) alerta para o perigo do culto do desempenho que conduz a maioria das pessoas a entrarem em contato com sua ineficiência e estimular as formas depressivas em grande escala. Isso é um reflexo apenas. Safatle (2021), ao refletir sobre a ruptura do pacto do capital com o trabalho, ainda que o trabalho no capitalismo seja uma forma patogênica, afirma que com a ruptura, irá gerar outra patologia adicional, tendendo piorar com a ruptura do pacto. A ruptura com a esfera política gera uma sorte de sofrimentos vinculados à perda objetiva das instituições sociais e à perda da subjetividade do sujeito na estrutura social.

A depressão virou uma outra face do desempenho em razão da resposta do sujeito à ordem de se capacitar e se responsabilizar por si mesmo e de buscar a superação dos limites. Neste caso, o que atormenta o indivíduo é mais a patologia da insuficiência do que uma doença da falta.

Isto posto, a população pode ser ainda vista como recurso natural, posto que ela passa ser pensada em outra lógica referente ao trabalho, desemprego e suas consequências, como o sofrimento psíquico, o crime e o encarceramento. Não só a mão de obra é explorada, mas também seu sofrimento – ambos tornaram-se objetos do mercado.

O neoliberalismo recorre à produção de sujeitos e os convencem como naturais toda a forma de precarização social que, no caso do nacional-desenvolvimentismo, seriam rupturas do pacto social. Em virtude disso, toda transformação das formas de vida é obtida por um longo processo, incluindo o trabalho, a linguagem e o desejo. O responsável pelo desemprego acaba sendo o próprio desempregado. Toda proteção ao trabalho passa a significar proteção à preguiça, à falta de iniciativa ou mesmo como infantilização do Estado pelo cidadão. A título de exemplo, temos a fala emblemática do ministro Paulo Guedes, que vê a estabilidade do funcionalismo público como parasita. Aliás, essa ideia é acompanhada de que os impostos são uma apropriação indébita do Estado sobre os indivíduos.

O sintoma da depressão faz parte dessa normalidade e sinaliza, de forma negativa, para um sujeito incapaz de vencer a concorrência e estar a altura da mesma. Tal discurso da realização de si mesmo, junto com o sucesso de vida, leva a uma estigmatização dos ditos fracassados, dos infelizes e dos perdidos como incapazes de “sobreviverem” na norma social da felicidade, pois o fracasso social é visto como uma patologia. Tal discurso neoliberal enfatiza a oposição e exclusão mútua entre o indivíduo e a sociedade sobre o fundamento do sujeito e os outros.

Se não bastasse, o neoliberalismo instalou, na sociedade, em todas as particularidades das relações sociais situações de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento absoluto e relativo. É importante mencionar que a reconstrução discursiva do sujeito pela perspectiva neoliberal do início dos anos 1970 chega à forma do sujeito-empresa, vigente a partir dos anos de 1990. Isto foi responsável por ocasionar uma diferença entre a representação social do ego durante dos anos 20 da gestação do sujeito neoliberal à revolução interior do ego-empresa. Por volta dos anos de 1970, foi marcado pela sensibilidade e à autoexpressão como valores socialmente compartilhados. Em meados de 1990, o novo individualismo foi marcado pelo sintagma do conceito de indivíduo-empresa, sustentado pelo discurso anônimo e imperativo do mercado.

O discurso recorrente em torno do indivíduo-empresa é, segundo Pierre Dardot (2016), uma escolha permanente, provocada pela doença da responsabilidade. Não é difícil constatar que o consumo de mercadorias faz parte dessa medicação social como suplemento de instituições que fracassaram. A retórica gerencial se vale da dimensão da dignidade, da autoestima e do reconhecimento, uma vez que se trata da relação do sujeito com as instituições que são incapazes de dotá-lo de identidades e das ideias e, por conseguinte, lançam-no em uma situação de baixa estima de seu valor.

Neste sentido, e não menos importante, a nova economia psíquica recorre à dessimbolização que significa o enfraquecimento de qualquer ideal encarnado pelas instituições. A exaltação do princípio da escolha infinita e ilimitada inviabiliza qualquer princípio ético, posto que o neosujeito é obrigado a tomar como referência de si perante um nome da livre escolha para conduzir a sua vida. Tal obrigação de escolha permanente é acompanhada com a exigência de desejos pretensamente ilimitados, o que faz do sujeito um ser com referência indefinida.

Como a estrutura simbólica tornou-se alvo da instrumentalização da economia capitalista, houve a manipulação das identidades prisioneiras pelo aparato econômico, fazendo do eu mutável uma constante modelação, ao passo que se tornou um objeto de consumo. Este é o retrato da racionalidade administrativa como proposta pelo discurso neoliberal que conduz à barbárie social do capitalismo brasileiro apresentado como dinâmica na economia psíquica, assim como a sua dimensão social, sustentada pelo discurso moral que garante ao sujeito livre a sua submissão à lei como uma postura racional, pois é calcada no cálculo de custo e benefícios, levando ao enfraquecimento das instituições religiosas e políticas que perderam o lugar para as referências comuns, perante o mercado e suas promessas.

O pacto neoliberal que consagra o gozo como a morte da alteridade e destrói o vínculo de solidariedade social, ao impedir a política, ameaça a sociedade humana. Isso vem ao encontro do comentário de Charles Melman destacado por Pierre Dardot e Laval (2016) de que parte do questionamento de todas as representações que serviam de limite à perversão manipuladora direta que apresenta interesses comuns, como a expansão econômica. Para que haja avanço econômico, precisa romper as barreiras morais e as proibições, de modo que possa criar uma população de consumidores inclinados ao gozo perfeito, ilimitado e viciante.

Na medida em que o ser humano segue os apelos do objeto mercantil, ele torna-se um objeto que somente possui valor quando produzir no campo econômico; caso contrário, será abandonado quando não fizer jus a essa *performance*. A subjetivação neoliberal, portanto,

estabelece uma norma que ordena a relação do gozo obrigatório com todo o indivíduo; ou seja, uma relação de objetualização.

Neste sentido, a objetualização é definida pelos sujeitos por intermédio das técnicas gerenciais provadas como recurso humano consumível pelas empresas, destinado à produção de lucro e submetidos a norma de desempenho.

Tomam uns aos outros , na diversidade de suas relações , por objetos que devem ser possuídos , moldados e transformados para melhor alcançar sua própria satisfação; alvo das técnicas de marketing, os sujeitos buscam no consumo das mercadorias um gozo último que se afasta enquanto eles se esfalfam para alcançá-lo. (DARDOT e LAVAL 2016, p.371).

Isto vem ao encontro do imperativo categórico do desempenho, vinculado à fantasia da onipotência e acompanhado da ilusão difundida pela ordem de um prazer totalizante e sem limites. Pierre Dardot e Laval (2016) trazem à tona a reflexão de Charles Melman para dizer que transitamos de uma economia psíquica do recalque para uma economia organizada pela exibição do gozo. Cabe à instituição a responsabilidade de estabelecer limites ao gozo e dotar de sentido a esse limite, por tratar-se de uma instituição humana na sociedade moderna, exceto hoje que atua de forma denegada.

A denegação é um mecanismo de defesa em que o sujeito se recusa a reconhecer como seu um pensamento ou um desejo que foi anteriormente expresso conscientemente. Negar a realidade é uma forma de proteção contra algo que pode gerar dor ou sofrimento.⁷

Daí decorre que o trabalho não é visto como um castigo; mas vinculado ao gozo em si, tendo em vista o desempenho que é obrigado a ter, uma vez que é para si que trabalha. Portanto, o objeto da denegação significa superar os limites do gozo, no além de si, alinhada para além dos limites da acumulação mercantil. Para o sujeito neoliberal, a palavra de ordem é vencer. Pelo fato de ser um trabalhador em um só tempo acumula capital e é acionista que passa a aproveitar dos resultados da acumulação. Esse é o retrato construído no imaginário da condição neosubjetiva. A nova lógica normativa trata-se da participação na competição pelo sucesso no âmbito da vida social e profissional.

Por tais razões, a subjetividade neoliberal possui uma normatividade patológica, pelo fato de perseguir, como empresa de si mesmo, a busca do sucesso sem constrangimento, visto

⁷ Disponível em:

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$denegacao#:~:text=A%20denega%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20mecanismo.pode%20gerar%20dor%20ou%20sofrimento.](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$denegacao#:~:text=A%20denega%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20mecanismo.pode%20gerar%20dor%20ou%20sofrimento.) Acesso em: 24 mai. 2022.

como antídoto do fracasso, face aos processos fora de controle e das técnicas de normatização. A base do sujeito neoliberal que é o *homo economicus* parte da maximização da sua utilidade, posto que tais exigências são apresentadas como superiores. Sendo assim, os modos de sofrimento partem da inadequação do sujeito face aos ideais firmados em seu tempo.

Esses ideais tratam da soberania absoluta da vontade individual sobre o seu próprio destino; apesar disso, quando alvejado por qualquer sinal de fracasso, revela o valor de fraqueza, incompetência, covardia, falta e covardia. Pierre Dardot e Laval (2016) ressaltam que o neoliberalismo se vale do sofrimento psíquico para gerar a acumulação do capital. Na verdade, a exigência publicitária ao gozo compõe o universo de coisas, escolhidas pela estetização da erotização da coisa e pelo fascínio da marca que se tornam objetos de sujeito e garantias da satisfação do gozo.

O governo dos neossujeitos ocorre, então, mediante a diversidade de seus sentidos, junto com a exposição ilimitada do gozo, a exigência empresarial do desempenho e da rede de vigilância generalizada. Com isso, há a relação entre as condutas dos neossujeitos, junto com as manifestações de contestação e mal-estar, acompanhados de perto pelos modos de resistências e todas as formas de controle e vigilância exercidas sobre eles.

Dito isto, Pierre Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para o perigo desta forma de gestão:

Porque, do dispositivo de governo dos neossujeitos, nada ainda foi definitivamente esclarecido. Os impulsos são diversos, não faltam ciências candidatas e suas fusões estão em curso ou se farão no futuro. A questão central que se coloca ao governo dos indivíduos é saber como programar os indivíduos o quanto antes para que essa injunção à superação ilimitada de si mesmo não descambe em comportamentos excessivamente violentos e explicitamente delituosos; é saber como manter uma “ ordem pública” quando é preciso incitar os indivíduos ao gozo, evitando ao mesmo tempo a explosão da desmedida. A “gestão social do desempenho” corresponde precisamente a esse imperativo governamental. (DARDOT e LAVAL ,2016, p.375-376).

CAPITULO IV. APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA: IGREJA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E REDES SOCIAIS.

Por isso é que sua esperança não é um convite à estabilidade, que não existe apenas no tradicionalismo, mas também na “modernização” alienadora. Sua esperança é um chamamento à “caminhada”, não a uma “caminhada” errante, de quem renuncia ou foge, mas à “caminhada” de quem toma a história nas mãos, fazendo-a e nela refazendo-a. Caminhada que é, em última análise, a sua travessia, necessária na qual têm de “morrer” enquanto classe oprimida para renascer como homens e mulheres novos. (FREIRE, 2019, p.186).

Este capítulo tem como finalidade discutir os efeitos dos aparelhos privados de hegemonia, como a igreja, os meios de comunicação de massa e as redes sociais para reprodução da hegemonia neoliberal pela via da consciência não crítica.

4.1. A Igreja da Prosperidade - A prosperidade do mérito - A sacralização profana do triunfo da ideologia neoliberal

Paulo Freire (2019) afirma que as igrejas não são estruturas abstratas, uma vez que se trata de uma criação humana condicionada pela realidade concreta, econômica, política, social e cultural.

É oportuno aqui situar a terceira onda neopentecostal que iniciou em 1977, no Rio de Janeiro, com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus por Edir Macedo. Nesta ocasião, essa igreja foi caracterizada como teologia dispensacionista da prosperidade pelo neopentecostalismo de resultados.

O neopentecostalismo de resultados é retratado por Jessé Souza (2018) na situação de falta de sorte dos fiéis vinculados à igreja Universal do Reino de Deus, em sua maioria pertencente à classe social da ralé brasileira. A instituição faz o trabalho ideológico de vincular a situação de abandono e precariedade social e o seu sentimento de fracasso como resultado da ação maligna dos encostos. É dessa forma que é construída, simbolicamente, a narrativa do discurso da Igreja Universal aos seus associados, oferecendo aos seus clientes essa prestação de serviços. As supostas forças malignas seriam umas das causas responsáveis

pela crescente fragmentação do neopentecostalismo entre as igrejas das periferias, como também, a sua unidade que tem em comum a criação do inimigo externo na qualidade de bode expiatório, responsável pela situação de indigência material dos núcleos familiares periféricos.

Isso ocorre mediante uma prática pedagógica da igreja que apela para a narrativa da espetacularização do sobrenatural a fim de inviabilizar o surgimento da consciência crítica que denuncia e revela as origens políticas da desigualdade social levado a cabo pelas políticas neoliberais em que são submetidas essas famílias. Esse fato complementa a reflexão de Paulo Freire (2019) sobre as igrejas tradicionalistas que alienam as classes dominadas, por conta da sua opção política compromissada com as elites no poder, que se valem das táticas de reformismos para manter o *status quo*.

Como estratégia a serviço das elites no poder, a religiosidade pentecostal parte da intervenção que visa a fazer o fiel ter total controle, modificando e controlando o seu “eu” e aquilo que escapa ao mérito do seu esforço e dedicação do aperfeiçoamento do seu “eu” como decorrente de forças exógenas a ele. Por conta disso, a tomada de consciência crítica sobre os limites não caminha em direção da autocrítica que poderia proporcionar um aprendizado mais reflexivo, na busca de esclarecer a condição humana no mundo em vez da atribuição das características pessoais do adepto a agentes exógenos.

Se não bastasse a atuação dos “bodes expiatórios” que podem ser objetos de responsabilização pela ação da influência maléfica dos “encostos”, há também os próprios vizinhos, os falsos amigos, o parente ou algum inimigo. Em ambos há, em comum, a inveja e atuam junto com os agentes da inveja e do mal augúrio.

Muitos potenciais fiéis recorrem aos “serviços mágicos” oferecidos pela Igreja Universal por conta da narrativa do sobrenatural vinculada à força maléfica dos demônios como uma forma de justificação plausível e confortável para a trajetória do crime, do uso de drogas e do estilo hedonista sem peias.

Ao empreender uma luta contra as disposições que são resultado do seu processo de socialização, ele prefere enxergá-las como uma batalha para expulsar e se proteger da ação maligna, visto que a reflexão sobre a disposição que conduziu os fiéis ao fracasso das suas vidas remeteria à origem da estrutura sociopolítica que os conduziu à situação de vulnerabilidade social.

Esse é o tipo de religiosidade das igrejas tradicionalistas as quais se valem, segundo Freire (2019), de uma linguagem que esconde, em vez de desvelar, o caráter de exploração da sociedade de classes, como por exemplo, falar de pobres e não de classes oprimidas. Como

condição para superar a sua situação de indigência material e falta de reconhecimento social, muitos fiéis cegamente embarcam na conversão mágica por conta da sua falta de expectativas em relação ao futuro incerto e desfavorável que o “salvou”, momentaneamente, de uma situação arriscada decorrente de seu contexto de total negligência da rede de proteção social do Estado de direito.

Por conta dessa postura, a consciência ingênua é estimulada pelas autoridades da igreja para explorar e tornar cativo o fiel por conta do seu sentimento de insegurança e da ansiedade, sentimentos que o leva a amparar-se pela instrumentalização da sua fé e expulsar definitivamente do seu eu. Logo, o fiel não compreende que essas disposições são o resultado do seu processo de socialização da classe social denominada ralé por Jessé Souza (2019), caracterizada pela trajetória do fracasso social. Ao invés disso, a igreja recorre pela via pré-reflexiva como tática de convencimento do fiel para fazê-lo acreditar que o motivo do seu infortúnio seria a consequência das investidas de forças sobrenaturais e maléficas que precisam ser expulsas para abrir caminho a sua tão esperada prosperidade.

Essa é a narrativa da Igreja Universal do Reino de Deus para fomentar a consciência ingênua que associa o medo e a ansiedade a alguns dos sinais que sinalizam que a pessoa está atormentada pelos “encostos”, posto que leva o fiel a acreditar que a ansiedade, insegurança e o medo não são reflexos da sua personalidade, construída por meio do processo de socialização precária decorrente da sua condição de classe, mas pela ação sobrenatural dos “encostos.”

De fato, essa é uma estratégia da igreja universal de equacionar num mesmo nível as classes dominantes e classes oprimidas de forma a invisibilizar a contradição antagônica entre elas. A instituição que deveria estar a serviço das classes opressoras, segundo Paulo Freire (2019), é a responsável pela alienação de ambas, embora de forma distinta.

De acordo com Jessé Souza (2018), o ritual como sentido da *performance* de possessão demoníaca permite aos fiéis distanciarem-se das características que forjaram o seu ser social que os reprovam e os impedem de reconhecê-las como resultado do seu processo de socialização como resultado do despertar da consciência crítica e da condição de compreender a sua situação de falta de reconhecimento social.

Essa humilhação ritualizada do “eu” confere a certeza de que o mal está sendo removido, apesar de ser resultado do *habitus* de classe. Logo, a preocupação dos fiéis com o desânimo é em razão da disposição da experiência e da vivência do fracasso. Nesse sentido, a prática espetacularizada do ritual se vale para legitimar a confissão estereotipada para servir

de obstáculo para a tomada da consciência do desânimo, com uma vida marcada pelo destino de fracasso, estruturado pelas disposições e tendências da classe social da ralé.

É importante ressaltar as curas nas sessões de descarrego e os testemunhos que servem para legitimar as narrativas de sucesso da igreja universal, visto que a Igreja Universal do Reino de Deus instituiu o ambiente de fé para atenuar o medo, a ansiedade e a insegurança decorrente da vida financeira como também por meio do voto dos fiéis que apostam quase tudo na obra de Deus com a finalidade de obter a sua fé recompensada pela crença na prosperidade. Para tanto, a Igreja Universal do Reino de Deus se vale da educação mitificadora para não levar os fiéis a desvelarem a realidade da consciência, assim não levará o desvelamento da consciência da realidade.

Os propósitos irrealistas dos fiéis na busca da ascensão social revelam as improváveis chances no jogo da competição social, motivo pelo qual a classe da ralé é sobrerrepresentada nesse tipo de religiosidade que mantém reféns da consciência ingênua e mágica por um longo tempo. As apostas mágicas tornam-se o último recurso para não sucumbir ao rebaixamento social e manter viva a esperança ingênua no sucesso econômico. Como consequência disso, há uma discrepância entre as expectativas subjetivas e a baixa probabilidade real de conquistar o sucesso.

É por conta desse motivo que a permanência da consciência mágica representada na busca da sorte contra os infortúnios dos agentes malignos é a autopercepção dessas pessoas a respeito da sua própria condição de classe. Logo, a dura percepção de que a ascensão social é uma realidade improvável. Resta tão somente a esperança, como um autoengano face à impossibilidade de obter alguma chance objetiva na competição social. A conversão mágica dos fiéis é sinal da frágil garantia do incentivo psicológico ao comportamento não delinquente, como também alimento da confiança na esperança de uma vida feliz em meio a um futuro incerto.

O futuro não é planejado, a condição da vida no dia após dia continua não obedecendo a um desenvolvimento linear. O futuro é apenas um horizonte aberto para expectativas otimistas. O mesmo ritmo de viver pautado pela imediatividade e a mesma percepção do tempo de vida incapaz de conceber o futuro como um campo de possibilidades e impossibilidades bem definidas são mobilizados na conversão mágica e no seu reavivamento constante. Os rituais e as crenças mágicas dessa religião são feitos para viabilizar um comportamento disciplinado para pessoas que não incorporaram (não tornaram tendências pré-reflexivas) as disposições da disciplina. (SOUZA, 2018, p.250).

Isso mostra que a resposta às mazelas sociais provocadas pelas contradições estruturais da sociedade capitalista é acobertada pela narrativa mágica difundida pela prática pedagógica da Igreja Universal do Reino de Deus, uma vez que o milagre deve ocorrer no aqui e agora, e não como um evento raro, ocasional e tampouco uma promessa reservada à vida futura. O neopentecostalismo e neoliberalismo vinculam-se na mesma gramática, segundo a qual o sacrifício deve ser feito, buscando uma perspectiva concreta de retorno. O produto a ser consumido pelos fiéis pela “empresa da fé” da Igreja Universal é na forma de objeto mágico, com a certeza da promessa do enriquecimento e da ascensão social, alinhando-se à teologia da prosperidade.

Houve, com a religiosidade neopentecostal, a transformação da valorização da moral à pobreza, a propagação da ideologia da solução via capitalismo e a retórica do sucesso numérico, como prova de fé. Se não bastasse, a submissão irrestrita à violência econômica em nome da sua veiculação transformada na marca da prosperidade. Na avaliação de Jessé Souza (2018), as bases desse pensamento prospectivo são os sentimentos de culpa perante os resultados negativos no futuro diante do comportamento do presente como também o sentimento de mérito em relação às consequências positivas.

A igreja universal surge como uma resposta para aliviar o sofrimento do fracasso na sociedade capitalista, legitimado pelo mercado competitivo, vivido e experienciado como um aprendizado de um fracasso individual. A igreja universal constrói uma narrativa de vida que permite circular entre os vizinhos pertencentes a uma mesma classe social, os riscos do rebaixamento social como o estigma da culpa pelo fracasso e pela delinquência.

Por tal razão, Jessé Souza (2018), ao identificar uma atitude ingênua da esquerda, profere uma crítica ao discurso da esquerda que idealiza a pobreza repetindo a ideia de que é na privação que as pessoas se tornam mais solidárias – o que destoia na prática da conversão mágica de fiéis que toma para si a crença na meritocracia como vitória individual que é contrária a essa tendência solidária.

Isso demonstra o modelo neoliberal da fé, baseado na perspectiva dos resultados, na autoadministração dos processos, com a valorização das medidas das escalas de sucesso e a financeirização da produção, o que justifica pela consciência ingênua a combinação da experiência da crença que se volta para a explicação de sua função autojustificativa. Afinal de contas, o fiel é convocado a provar sua fé mediante bençãos alcançadas pelos milagres.

Diante disto, Jessé Souza (2018) atesta que a adesão à Igreja Universal do Reino de Deus não é por causa de uma tolice supersticiosa; mas, sobretudo, a um destino de classe, limitado a somente a realizar apostas nos acontecimentos do acaso, como a única saída que

restou para lutar contra o mal, figurado no pesadelo do rebaixamento social a qual essas pessoas atribuem as forças maléficas. Isso é uma prova cabal de que a ordem estabelecida pela dominação de classe é mitificada e invisibilizada de modo que a desigualdade estrutural do neoliberalismo é transformada na culpa individual como outra face da armadilha da ideologia da meritocracia da época do neoliberalismo. Apostar na sorte significa manter ainda viva a chama da esperança e fugir do destino de classe, revelado na vida cotidiana dos indivíduos da classe social da ralé. Afinal, uma classe inteira de pessoas é condenada e, por isso, necessita recorrer à fantasia para lidar com a dúvida do amanhã que recai sobre suas vidas.

Ao criticar a cosmovisão dos neopentecostais, Jessé (2018) deixa claro que não se trata do preconceito da tolice supersticiosa do pobre e do brasileiro em geral. Ela dirige as crenças pelo fato de individualizarem o desânimo e a ansiedade produzidos socialmente, ao mesmo tempo que são legitimados entre os mais desfavorecidos. A fé, no mérito individual, consagra toda a desigualdade que inflige todos eles.

Isso ocorre devido ao fato de a IURD e tantas outras denominações neopentecostais adotarem a teologia da prosperidade e, com isso, naturalizarem a manutenção da ordem da dominação de classe e não assumir a posição das igrejas proféticas. Segundo Paulo Freire (2019), a teologia da libertação assumiu o compromisso da denúncia da realidade injusta ao mesmo tempo que anunciava a realidade a ser criada mediante a transformação radical daquela pela *práxis* – que é histórica e social – de modo a viabilizar a transformação revolucionária mediante a libertação das classes oprimidas por uma nova educação desmistificadora da realidade da opressão de classe.

4.2. Os Meios de Comunicação de Massa

Este item tem como objetivo discutir a mídia como aparelho privado de hegemonia a serviço das classes dominantes. De acordo com o sociólogo Jessé Souza (2019), a elite do dinheiro é proprietária do capital econômico e exerce o controle do mundo social e político, de forma indireta pela colonização da opinião pública. Tal elite esconde os seus reais interesses em nome do suposto interesse geral, com a finalidade de garantir a reprodução social e a manutenção dos seus privilégios.

Para estabelecer o controle social, a mídia recorre a estratégias de manipulação da opinião pública – objeto de reflexão apresentado no texto de Noam Chomsky intitulado “as 10

formas de manipulação da mídia”⁸. Ela também controla tanto os meios de produção quanto os meios de produção simbólicos, tais como a mídia impressa. O processo de acumulação do capital necessita ser legitimado politicamente e moralmente para conseguir a sua reprodução ampliada. Por conta disso, ocorre a perpetuação da dominação social e econômica, para além da ação do mercado competitivo e do Estado centralizado no mundo moderno e da instituição da esfera pública. Desse modo, a elite se apropria simbolicamente da esfera pública com suas ideias, para torná-las naturalizadas no senso comum como resultado da dominação da elite do capital pelo cultivo da consciência ingênua.

Jessé (2019) afirma que a classe média sempre serviu de “tropa de choque” e manteve-se servil à classe endinheirada, ainda que agindo contra seus próprios interesses, mediante o uso sistemático da inteligência nacional e da imprensa, que a comunica com vistas para assegurar os interesses da pequena elite endinheirada.

Ao lado disso, Paulo Freire (2019) salienta que a busca permanente da ascensão social pela conquista e manutenção de privilégios, age irracionalmente por conta do medo da proletarização. Portanto, a classe média percebe, de forma ingênua e medrosa, a ascensão popular como ameaça diante da participação popular na política, o que justifica a sua aliança servil à elite endinheirada.

Com isso, deve tomar o devido cuidado no tocante ao jogo da dominação social pela elite do capital que, segundo Jessé (2019), foi percebido por Habermas. Além da esfera do poder, do dinheiro das formas de violência simbólica e física, que continuam decisivas, também há a dimensão da opinião da esfera pública. Depende, assim, da conjuntura histórica a nova instância do poder por tornar-se decisiva.

Exige-se a mercadoria da indústria cultural partindo da complexidade interna dos objetos culturais a fim de produzir uma homogeneização psíquica de baixo teor para que possa garantir a sua venda a um maior número de consumidores – essa é a tendência fundamental nas sociedades modernas do passado e atualmente.

A música de Gabriel, O pensador, intitulada “Mucama” retrata essa homogeneização psíquica levado a cabo pela indústria cultural que contribui para embotar a reflexão crítica e a despolitização.⁹ Constata-se que a indústria cultural não visa à transformação e à emancipação do sujeito. A maioria dos produtos da indústria cultural não dirige o conhecimento; mas ao consumo de estereótipos, clichês e chavões perpetrando o mundo e os interesses da elite do

⁸Disponível em: <https://www.geledes.org.br/10-estrategias-de-manipulacao-da-midia-noam-chomsky/>. Acesso em: 23 jan. 2022

⁹Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gabriel-pensador/134118/> Acesso em: 23 jan. 2022.

dinheiro. Isso vem ao encontro da reflexão de Paulo Freire (2019) quando diz que, nas sociedades massificadas, os indivíduos costumam pensar e agir conforme as prescrições dadas pelos meios de comunicação. Nesse tipo de sociedade, tudo é quase pré-fabricado e o comportamento é automatizado. Tal ordem é introjetada e obstaculiza a capacidade de agir autonomamente.

O clichê político dos jornalões e da tv brasileira, em época recente, de chamar de “chavismo” e “bolivarianismo” qualquer crítica a si mesmo, ajuda em quê a reflexão? Novelas, filmes de grande bilheteria, livros de autoajuda e best-sellers que repetem as mesmas fórmulas gastas e repetitivas de provocar seu público ajudam em quê a reflexão verdadeira? (SOUZA, 2018, p.132).

Observa-se que a transformação da racionalidade específica em mero bem de consumo econômico, abre todo o precedente à manipulação política para viabilizar a consciência ingênua na população mediante à pressão da esfera econômica sobre a esfera pública, tornando a opinião pública “prisioneira” dos interesses do capital. A inviabilização da presença da racionalidade específica é decorrente da discussão de argumentos com interesses divergentes e opostos que visam ensejar a produção de consenso refletido.

Nesse sentido, Jessé Souza (2019) ressalta a importância do convencimento refletido que poderia propiciar aproximações sucessivas com o objetivo de unir verdade e justiça. Tal proposta é a finalidade declarada da esfera pública de que a manipulação da grande imprensa é incapaz de realizar. Ela se faz de plural e argumentativa para conseguir se legitimar diante da opinião pública.

De fato, desde que houve a necessidade de assegurar a rentabilidade do capital empregado, surgiu a necessidade de subornar a política empresarial, tendo em vista as necessidades de reprodução ampliada do capital empregado na empresa. , de modo a assegurar maior número de clientes e tornar o interesse comercial em fator primordial da mudança de uma imprensa com perfil pedagógico que visava esclarecer o público para uma atuação manipulativa.

Constata-se que, toda informação disponível para a sociedade moderna passa a ser mediada de cima para baixo pelas empresas capitalistas, as quais deixam de lado o aprendizado de seu público fiel, para focar em aumentar os lucros sem o acesso à pluralidade da informação como condição para desenvolver a consciência crítica.

Então, a solução para inviabilizar a privatização da opinião pública pela classe dominante seria encontrada por meio do controle recíproco das instituições rivais que lutam

pelo poder social, econômico e político. A preocupação de Habermas, dito por Jessé (2019), atrelou-se à independência do conteúdo televisivo de interesses públicos perante os interesses políticos e econômicos de ocasião. Esse foi o argumento necessário para que as televisões públicas transformassem em televisões estatais.

Diante disso, Jessé (2019) salienta que as televisões públicas possuem uma estrutura semelhante aos grêmios e aos conselhos que visam a controlar as empresas e os conteúdos da programação. Aliás, os conselhos são relevantes, pois atuam de forma independente do Estado e do mercado e refletem a pluralidade da realidade social na qual todo interesse é representado, como sindicatos, partidos e representações religiosas, na condução da televisão pública. Tal caminho não foi adotado pela imprensa e pela televisão no Brasil moderno, visto que o interesse econômico foi a regra adotada pelos grandes aglomerados na área de comunicação. Enfim, todos os esforços foram mobilizados para que não houvesse uma televisão pública brasileira.

Distinto do cenário europeu em que a concorrência de televisões públicas foi a norma, aqui transformou-se em consórcio e instrumento de interesses privados, comunicados como se fossem públicos, em vez de uma instituição de mediação da esfera pública. De acordo com Jessé (2019), o círculo discursivo é interrompido em razão da transmissão pública dos argumentos pelo fato de o público constituído por pessoas na esfera do privado perderem a possibilidade de construir uma opinião pública e independente, mediante a pluralidade dos argumentos em disputa. A colonização da esfera pública pelo dinheiro inviabilizou na origem a racionalidade que permitiria a união entre verdade e justiça. Afinal, é somente a pluralidade de informações e de opiniões que permite e assegura aproximações sucessivas à verdade.

Logo, a realidade anunciada pelas classes dominantes inviabilizou a superação da consciência semi-intransitiva como ingênua, pela consciência crítica que conduz à emancipação e à liberdade por conta da privatização da opinião pública pela grande empresa como porta voz da elite endinheirada. A ausência, portanto, da pluralidade de informações e opiniões levado a cabo pela grande imprensa forma uma geração de seres humanos influenciáveis e manipuláveis, incapazes de pensar com autonomia.

A refeudalização da esfera pública, segundo Habermas, dito por Jessé (2019), propiciou a colonização do espaço público pelo dinheiro por conta da reprodução ampliada do capital. Tal publicidade como outrora era teatralizado pelo poder na Idade Média não recorre a uma produção pública de opinião por pessoas privadas, mas, sobretudo, à produção de opiniões apresentadas ao público como fossem públicas, autônomas e imparciais.

A esfera pública tem que ser produzida e maquiada artificialmente porque ela não mais existe. Como nos programas de bate da TV Globo , tudo funciona como se houvesse debate; ou seja, opiniões divergentes em disputa, quando, na verdade , temos uma farsa, um teatro, precisamente como na esfera pública feudal. A elite do atraso construiu a esfera midiática adequada a seus fins (SOUZA, 2019, p. 136).

Do ponto de vista do sociólogo, ninguém havia refletido sequer a respeito da privatização da opinião pública como consequência da colonização da esfera pública pelo interesse econômico. A privatização da opinião pública torna viável a privatização do Estado pelo interesse econômico, graças à narrativa do patrimonialismo como falsa contradição que ocupa o lugar do conflito real. Afinal de contas, a primeira sempre foi acionada pelos interesses do capital, os mesmos que comandam, de forma indireta, a grande imprensa.

4.3 As Redes Sociais

Não é, então, a posse de meios de produção que é decisiva para o ganho de poder, mas o acesso a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolíticos. O regime da informação está acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo de vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em animais de consumo e dados. (HAN, 2022, p. 7)

De acordo com o filósofo Han (2022), o regime da informação trata-se da dominação em que a informação e seu processamento por algoritmos e a inteligência artificial atuam de forma efetiva nos âmbitos sociais, econômicos e políticos. A dominação exerce via psique individual que, segundo Jessé Souza (2020), quer localizar-se na internet, passando a criar bolhas anônimas que passaram a definir a política, sem o controle do público, por conta da manipulação política, levado a cabo pelas empresas privadas com objetivo de buscar o lucro mediante estratégia de enganação e manipulação dos usuários.

A manipulação do capitalismo da informação parte das técnicas de poder neoliberal, explora as liberdades em vez de reprimi-las, conduzindo nossas vontades a âmbitos inconscientes. Sendo assim, no regime de informação neoliberal, a dominação ocorre como liberdade, comunicação e comunidade.

O poder disciplinar repressivo dá lugar a um poder *smart*, que não dá ordens, mas sussurra que não comanda, mas que *nudge*, quer dizer, que dá um toque com meios sutis para controlar o comportamento. (HAN, 2022, p.17).

As mídias digitais põem fim ao tempo humano como o ser humano de massa. O ser humano, então, é reduzido a um alguém com perfil. O regime de informação se apropriou dos indivíduos, na medida que construiu seus perfis de comportamento. Com isso, as redes sociais passaram a representar o segundo ataque, segundo Jessé (2020), articulado à esfera pública política a partir de 1960 – o primeiro foi por meio do enfraquecimento das organizações dos trabalhadores que inviabilizou a fazer uma leitura dos acontecimentos sociais do ponto de vista da classe trabalhadora.

Por conseguinte, segundo Han (2022), as mídias sociais produzem a dominação da informação. As mídias de massa eletrônica perderam o significado, pois, ao adquirir poder, passou a ter a posse de informações. Aliás, é a informação que garante a dominação que ocorre mediante falso “sentimento de liberdade” por meio da junção da liberdade com a vigilância.

No regime de informação, a vigilância ocorre por meio dos dados, enquanto a dominação pela psicopolítica acontece pela via da apropriação da psique humana. Na sociedade da informação, portanto, a transparência como política procura tornar tudo visível ao regime de informação, pois trata-se simplesmente de coação sistêmica do regime de informação. Neste caso, transparência e informação passam a ser sinônimos, pelo fato de as informações veicularem livremente; dado que, são as informações e não pessoas que realmente são livres. Para Han (2022), “o paradoxo de informação é: as pessoas estão aprisionadas nas informações. Afivelam elas mesmas os grilhões ao se comunicarem e ao produzirem informações. O presídio digital é transparente” (HAN, 2022, p.15). Sendo assim, a figura do soberano na era digital passa a ser aquele que dispõe das informações na rede.

Isto remete ao que Jessé Souza (2020) chamou de privatização da política que ocorreu, em primeiro lugar, com o uso de dados privados dos usuários com a finalidade de serem comprados com fins políticos, e em segundo lugar, trata-se da privatização da vida vendida ilegalmente, permitindo, assim, a manipulação da propaganda política da “guerra privada” entre as pessoas.

Na verdade, toda perspectiva política tal como conhecemos, perde valor pelo fato de não ser mediada pelo espaço de interação, baseada na troca e no encontro de experiências do mundo do espaço público, substituído pelo solipsismo virtual que é inócuo de aprendizagem e aprisiona nas cavernas do ressentimento, do ódio encapsulados e no senso comum.

A vida pública, como espaço de interação, cede lugar à performance virtual dos fantasmas psíquicos de cada um. Toda concepção de política que conhecemos se transforma e perde valor. Ao contrário de um espaço de interação, encontro e troca de experiências do mundo vivido nas ruas, nos protestos de rua, temos agora o solipsismo virtual que não gera aprendizados e nos aprisiona em bolhas de ódio. (SOUSA, 2020, p. 163).

Em virtude disto que ocorre, por um lado, o empobrecimento da esfera pública, como espaço de debate e conflito de ideias e opiniões contrárias conforme se ataca e inviabiliza a maioria da população ao aprendizado pública e a pluralidade de informações; e por outro, devido à privatização do mundo privado dos indivíduos ser exposto e sofrer desapropriação pelo fato de ser reduzido à mercadoria para fins de manipulação.

Com isso, as angústias do indivíduo isolado são orientadas para agir contra seus próprios interesses, uma vez que há a compreensão parcelada do mundo, abrindo a possibilidade e permitindo a espoliação recorrente de suas carências e necessidades. Segundo David Harvey (2014), o neoliberalismo confere importância às relações contratuais no mercado, pois ele parte da prerrogativa de que a maximização do bem social se alcança mediante as transações do mercado. Em razão disso, ele defende a subordinação das ações humanas ao domínio do mercado.

Há a necessidade de tecnologias de criação de informações com capacidade para acumular, armazenar, transferir, analisar e do uso de base de dados gigantesco para orientar as decisões do mercado global. Isso justifica tamanho interesse do neoliberalismo pelas tecnologias da informação e a aceitação dessas tecnologias.

Han (2022) afirma que o Big Data e a inteligência artificial conduziram o regime da informação, capaz de influenciar nosso comportamento em um nível abaixo da consciência, a ponto de incapacitar a inferir julgamentos e tomar decisões de forma autônoma. Tal regime da informação se apropria da nossa dimensão que não passa pelo crivo do raciocínio, mas onde residem a dimensão pré-reflexiva, pulsionais, emotivas do comportamento oposta à esfera a ação consciente ou racional. Portanto, trata-se, segundo ele, da atuação da psicopolítica dado-pulsional pelo fato de intervir em nosso comportamento, sem que tomemos consciência de tal intervenção.

Ainda para Han (2022), encontramos-nos aprisionados na caverna digital, acreditando que estamos vivendo a liberdade; mas, ao invés disso, estamos acorrentados na tela digital – tal como os prisioneiros da caverna platônica estavam inebriados pelas imagens mítico-narrativas.

Posto isto, a caverna digital mantém-nos aprisionados pela informação. A verdade desapareceu, e não há saída na caverna informacional. “Um forte ruído de informação faz desaparecer os contornos de ser. A verdade não gera ruído” (HAN, 2022, p.106). Na ordem digital, portanto, reina a fugacidade da informação, o que implica dizer que a época da verdade chegou ao fim, pois o regime da informação substituiu o regime da verdade.

Conforme diz Han (2022), no estado totalitário, erigido na base da mentira total, dizer a verdade é um ato no mínimo revolucionário!

CAPÍTULO V . O PROJETO “SEMINÁRIO DE CULTURA POLÍTICA E PROTAGONISMO JUVENIL”.

Neste capítulo, apresenta-se o Projeto que foi implantado junto aos alunos do Ensino Médio da rede pública, como um modelo experimental, frente à proposta do currículo do novo ensino paulista cuja concepção de educação é neoliberal e tecnicista.

O debate em torno do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/17) vem ocorrendo há meses em todo o país. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que representa os gestores estaduais de educação, se coloca em defesa da manutenção do Novo Ensino Médio, ainda que alegando a necessidade de aprimoramentos e ajustes.

A reforma do Ensino Médio se propõe a aumentar a atratividade da etapa, no sentido de trazer currículos que dialoguem com a realidade dos jovens e com o mercado de trabalho. A proposta do currículo paulista seguiu as diretrizes gerais da reforma do Ensino Médio e da Base Curricular Comum Curricular.

O governo do Estado de São Paulo, através da SEDUC-SP(Secretaria da Educação do Estado de SP), finalizou a elaboração do Currículo Paulista – Etapa Ensino Médio, com a aprovação em 29 de julho de 2020, pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP).

É importante dizer que a formulação do documento referente à etapa do Ensino Médio teve a influência de atores da organização privada, influenciados diretamente pela ideologia neoliberal, sobretudo, nas políticas educacionais no nível paulista e nacional, ainda que documentado antes da conclusão do currículo paulista de 2022. Muitos especialistas da área da educação apontaram que a reforma carecia de investimentos e recursos financeiros, inclusive de legitimidade perante a opinião pública. O currículo não dialoga com a realidade dos jovens e sequer é condizente com as exigências do mercado.

No tocante aos itinerários formativos propostos e implementados, apresentaram-se poucas opções para os alunos. Quando escolhidos, são ofertados outros itinerários em razão da falta de professores para ministrarem as aulas, além da infraestrutura precária das unidades escolares. Sem contar que não foram previstos os recursos financeiros para subsidiar as escolhas curriculares por parte dos alunos.

Foi constatado que o novo Ensino Médio paulista dificulta o acesso dos alunos à formação integral pelo fato de alterar a carga horária diminuindo as horas das disciplinas básicas, substituídas por itinerários formativos em que não há necessidade de contratação de

especialistas na área, de modo que atenda à lei 13415/2017 que deriva da nefasta Emenda Constitucional nº 95/2016, chamada popularmente de “teto” de gastos que impede de o Estado “gastar” em políticas sociais, revelando o caráter da reforma como impopular.

Esta reforma está em consonância com a reforma do Ensino Médio e o BNCC que propôs a mudança da educação brasileira em dois eixos, como a alteração da carga horária, a reestruturação da organização curricular, a imposição do limite de 1800 horas de cumprimento da BNCC e o restante destinado aos itinerários formativos.

Os Estados devem estar “reféns” da austeridade fiscal da “sanidade” das suas contas públicas, o corte de investimentos (vistos como gastos no neoliberalismo) destinados à educação, ou seja, é a continuidade de políticas públicas de educação, desde 1970, voltadas para o Ensino Médio, atreladas aos interesses da economia capitalista.

Apple (2006) afirma que as escolas devem ser pensadas como mecanismos de distribuição cultural e como um instrumento fundamental para ampliação da dominação ideológica de determinadas classes sobre outras, por meio do controle do conhecimento que preserva e produz as instituições de determinada sociedade. A presença da contradição ou lógica dualista na reforma por parte da sua definição de etapa final da educação básica, é vinculada à formação instrumental em desencontro com a formação integral e republicana. Há a imposição do limite de 1800 horas de cumprimento da BNCC, e o restante na forma de itinerários como foi acima mencionado.

Isso vai de encontro à crítica do estudo da rede pública na qual foi detectada, no Novo Ensino Médio na rede paulista, ao contrário do propalado pela propaganda oficial, que houve desigualdades entre as escolas, além da falta de professores especializados, deixando alunos sem aulas, seguida da precarização do trabalho docente, da ampliação do ensino a distância, do estreitamento curricular e da privatização da oferta educacional.

Isso é uma prova concreta de que a implementação da reforma do Ensino Médio não cumpriu, desde o seu início, o preceito da lei básica de nº 13.415/2017, que instituiu a ampliação da carga horária no Ensino Médio para um mínimo de 3000 horas letivas. Ao lado disso, o novo Ensino Médio promete uma revolução sem precedentes na história por meio da matemática neoliberal de mais gestão e com o mínimo de investimentos.

Há uma desorganização da rede pública em nome da eficácia e eficiência da “mágica” da gestão empresarial da educação, gerando aumento das desigualdades sociais pela reforma entre as redes públicas e privadas de ensino paulistas. Sem contar a falácia da liberdade de escolha conforme foi pontuado logo acima por carência de recursos humanos e infraestrutura, inclusive em termos da *internet*.

Em suma, a rede pública não conta com infraestrutura adequada, com uma política de valorização do magistério, em termos salariais e evolução na carreira; há carência da qualificação profissional no Ensino Médio com a ampliação das redes físicas do Ensino Médio público e gratuito, expansão da carga horária, acompanhada da ampliação do ensino público de tempo integral, para quem mais precisa, junto com a criação de políticas públicas de permanência estudantil na educação básica.

Diante disso, vale mencionar que a reforma do novo Ensino Médio está organizada por áreas de conhecimento, formação técnica e profissional, com a nova estrutura de 1800 horas de carga horária que contemplam habilidades e competências das quatro áreas de conhecimentos, conforme o anexo 2.

A parte comum a todas os estudantes é elaborada partindo de aprendizagens definidas na BNCC referentes às quatro áreas de conhecimento, como linguagens, matemáticas, ciências humanas e ciências da natureza (Ver anexos 1 e 2).

A parte de itinerários formativos, que “poderia ser escolhida pelos estudantes”, consiste no conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outros, que deveriam ser ministrados, caso houvesse a contratação de recursos humanos na mesma proporção da demanda.

No tocante à prerrogativa da escolha das áreas de conhecimento, a formação técnica e profissional, além de fazer os três componentes do Inova, não garante na prática se isso acontecerá, porque não faz menção à condição mínima para isso ocorrer em termos de estrutura – que a nosso ver não passa de ideologia.

O Estado, para medir a dita proficiência adequada em cada ano letivo, conta com provas externas para avaliar a suposta “proficiência” das etapas escolares, mas acaba cobrando conteúdos muito além dos ensinados pelos professores, sem contar o grau de analfabetismo funcional por conta do processo de promoção automática. Ainda há o MMR¹⁰ que, durante a gestão do governo João Dória, foi a métrica “canônica” da gestão empresarial em tempos de neoliberalismo da escola como empresa

Em função desse contexto, foi elaborado um projeto político experimental, a partir da disciplina de Sociologia no Ensino Médio matutino, da Escola Estadual Prof^ª Maria Juvenal Homem de Mello localizada na periferia do Bairro de Castro Alves.

¹⁰ Método de Melhoria de Resultados (MMR) que faz parte do Programa Gestão em Foco da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, cujo objetivo é promover a melhoria contínua da qualidade do aprendizado por meio da implementação do método nas Diretorias de Ensino e escolas.

A proposta do projeto elaborado foi oferecer aos estudantes e professores um modelo experimental didático-pedagógico, na forma de seminários temáticos transdisciplinares, como uma alternativa, frente à proposta do currículo do novo ensino paulista, nos moldes da concepção da educação neoliberal e tecnicista.

O projeto didático-pedagógico “Seminário de Cultura Política e Protagonismo Juvenil” está fundamentado, politicamente, na proposta progressista da educação libertadora de Paulo Freire, tendo em vista a construção irremediável da sociedade justa, fraterna e solidária comprometida com libertação do oprimido e a desmitificação das ideias dominantes conforme prescreveu o grande educador brasileiro Paulo Freire.

Nos capítulos desta tese foram analisados, teoricamente, os obstáculos que impedem a comunidade discente de se interessar pela política, sobretudo, a cultura política emancipatória. Neste último capítulo apresenta-se o projeto implantado e os resultados alcançados junto aos alunos dos 3º anos do Ensino Médio matutino, da Escola Estadual Profª Maria Juvenal Homem de Mello, cuja proposta teve como objetivo a superação do estado de consciência ingênua, decorrente do desinteresse pelo fenômeno político, com o intuito de fomentar o espírito de cidadania e protagonismo juvenil entre os estudantes.

A situação de precarização de vida, em função de total negligência do Estado, cria condições ideais para o surgimento da subjetividade neoliberal, do homem como empresa de si mesmo, presente em grande parte dos alunos e de suas famílias, que se encontram inseridos na informalidade, ficando à mercê da sobrevivência diária, ou como o dito popular “matam um leão por dia”, para conseguirem “o pão de cada dia”. Nessa direção, a comunidade da escola assimila a concepção meritocrática, ou seja, do mérito, a ideologia do neoliberalismo, em função das condições materiais de extrema vulnerabilidade social a que está submetida a maioria dessa população.

Pelo fato de o Estado de direito negar a condição de cidadania plena para essa população, e mesmo os partidos políticos de esquerda terem se distanciado das suas bases na periferia, as igrejas neopentecostais de cunho carismático partiram da narrativa profana da prosperidade vinculando a situação precária do fiel às forças do mal, a falta de fé ou inveja do vizinho. A isso se somam os meios de comunicação corporativos, como os partidos políticos das elites dominantes, aproveitando da situação de ressentimento e indignação, associando esses males à classe política e ao Estado, de modo a tornar invisível a classe endinheirada do rentismo.

Isso possibilitou o desenvolvimento da consciência ingênua e mágica, segundo Paulo Freire, por meio da demonização da política, da vulgarização do pensamento crítico e da

mitificação da realidade pelo anti-intelectualismo e o negacionismo como forma de naturalizar e consagrar as ideias das classes dominantes, fazendo com que as os segmentos mais vulneráveis de nossa sociedade perdesse o interesse em participar dos canais decisórios para a defesa dos seus interesses de classe.

Diante desse contexto, propõe-se analisar o projeto desenvolvido nas aulas de Sociologia, durante os três anos do Ensino Médio, ou seja, de 2020 a 2022, com uma única turma de alunos do período matutino da já referida escola. O professor adotou como metodologia a “Pesquisa-Ação”, em função dos desafios e objetivos propostos.

5.1 A Pesquisa -Ação

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que toma como referência a base empírica, a qual é concebida e realizada diretamente com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, tendo em vista que os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Assim, a pesquisa-ação é uma metodologia que surge a partir do momento que há, de fato, uma ação por parte das pessoas ou grupos vinculados ao problema, sob observação. Neste sentido, é preciso que a ação não seja trivial, ou seja, uma ação problemática a qual mereça uma investigação para ser elaborada e conduzida.

Vale dizer que, na pesquisa-ação, os pesquisadores desempenham um papel engajado na busca da solução dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações geradas em função dos problemas. De fato, os pesquisadores, por meio da pesquisa-ação, visam desempenhar uma ação direta na realidade dos fatos observados. Em razão disso, faz-se necessário definir qual é a ação, os seus agentes, seus objetivos, os obstáculos e qual é a exigência do conhecimento a ser gerado em virtude dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação.

Não se pode esquecer que a pesquisa-ação é realizada dentro de uma organização na qual há hierarquia ou grupos, em que seus relacionamentos são problemáticos. Logo, a pesquisa poderá vir a ser utilizada por uma das partes envolvidas, em detrimento dos interesses da outra. Em síntese, é importante dizer que a pesquisa-ação é considerada uma estratégia metodológica da pesquisa social, em função de alguns fatores:

1. Pela ampla interação entre pesquisadores e pessoas envolvidas na situação investigada;

2. No resultado da interação, é estabelecida a prioridade de problemas e soluções a serem pesquisados e encaminhados sob ação concreta;
3. A investigação da situação social é constituída pela situação social e pelos problemas de distintas naturezas encontradas na situação;
4. O objetivo da pesquisa-ação é buscar resolver e esclarecer os problemas da situação observada;
5. Há, durante o processo, acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
6. Por fim, a pesquisa não se limita a uma forma de ação, pois visa aumentar o nível de conhecimento dos pesquisadores, das pessoas e dos grupos considerados.

É importante ressaltar que, durante a etapa de definição da pesquisa-ação, é necessária a explicitação dos objetivos de pesquisa e dos objetivos de ação, uma vez que tal pesquisa consiste no relacionamento desses dois tipos de objetivos: práticos e de conhecimento..

Os objetivos práticos tratam de tomar o problema como central da pesquisa, por meio do levantamento de soluções e propostas de ações direcionadas às soluções de modo a auxiliar o agente na sua ação transformadora da situação. Os objetivos devem ser realistas tendo em vista a coerência na definição das soluções alcançáveis e a saber que os problemas apresentam soluções a curto prazo.

O objetivo de conhecimento visa buscar adquirir informação que é de difícil acesso, por meio de outros procedimentos e aumentar o conhecimento de determinadas situações – o que leva a crer que quanto maior o conhecimento, a ação é melhor conduzida.

Face ao exposto, alguns objetivos da pesquisa-ação são voltados para a tomada de consciência dos agentes envolvidos na atividade investigada, visando desenvolver a consciência da coletividade, no sentido do plano político ou cultural a despeito dos problemas que vivenciam e como apontar a possibilidade de uma solução a curto prazo.

Sendo assim, o objetivo foi deixar claro aos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados. Também deve-se frisar que, na pesquisa-ação, é possível estudar o processo dos problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que emergem nos agentes durante o processo de transformação da situação, levando sempre em consideração a participação e ação efetiva dos interessados. O projeto implantado junto aos alunos seguiu este formato.

5.2 O Projeto “Seminário de Cultura, Política e Protagonismo Juvenil”.

Como professor da rede pública de ensino de São Paulo desde 2012, avaliei que o bimestre se comporta como um triângulo invertido de cabeça para baixo. Sendo assim, os dois primeiros bimestres (1º e 2ª) foram escolhidos para se trabalhar a fundamentação teórica, que implica a preparação e o desenvolvimento de competências e habilidades, para lidar com a disciplina Sociologia; o 3º e 4º bimestres foram destinados à experimentação e à contextualização dos conteúdos da disciplina, nas situações-problema colocadas no Seminário temático de cultura política e protagonismo juvenil.

Durante o primeiro e segundo bimestre, foram organizadas as etapas de fundamentação teórica. O 1º ano do Ensino Médio consiste da iniciação ao pensamento sociológico e a temática de ideologia; já o 2º ano é sobre a temática sociológica da tradição liberal e marxista do capitalismo e neoliberalismo e, por fim, o 3º ano refere-se à sociologia política como Estado, democracia liberal e participativa, monarquia, república e perspectivas políticas: direita, centro e esquerda.

Os tópicos de iniciação ao pensamento sociológico e as concepções de ideologia tiveram como objetivo preparar o alunado ao desenvolvimento e à familiarização do pensamento sociológico; as suas categorias de análise e as questões sociológicas. No tocante à ideologia foram mostradas as distintas concepções de mundo das classes sociais e seus embates. As temáticas da tradição do pensamento liberal e marxista visaram prepará-los para compreender a cosmovisão das classes dominantes e classes dominadas no tocante à luta cultural, voltada para a dominação ou a emancipação; por fim, a temática sobre a cultura política, através das concepções políticas construídas teoricamente, para legitimar os interesses de classes.

Todas estas abordagens tiveram como finalidade estabelecer a postura de estranhamento, perplexidade e problematização dos fenômenos sociopolíticos, invisibilizados no ato pedagógico das classes dominantes, representadas ora neutras ora mitificadas pelos meios de comunicação e os intelectuais orgânicos e a cultura política de dominação das classes dominantes.

As aulas adotaram o formato dialógico e participativo tendo como proposta a concepção dialógica freiriana para superar a educação bancária da pedagogia liberal e suscitar a reflexão crítica pela relação não verticalizada e o direito à palavra do alunado e à

problematização via seus temas geradores de suas condições materiais de vida de modo a despertar a condições da mentalidade democrática.

Ao lado disso, as aulas foram direcionadas ao aprimoramento da compreensão, interpretação e escrita oriundas da disciplina da sociologia. Antes disso houve uma aula destinada para explicar a particularidade de gênero textual-dissertativo do livro didático, a natureza dos conceitos e teorias, a distinção entre diferentes argumentos da construção das ideias sociológicas, a importância do ato de problematização e a organização do pensamento lógico da sociologia como ciência.

Tudo isso foi acompanhado mediante a incorporação do *habitus* da cultura de estudo, em que os alunos são socializados por meio de orientações técnicas das etapas diárias para operacionalizar o estudo dos temas dos conteúdos sociológicos por meio da descrição da localização das temáticas e conteúdo do assunto, como também o tempo estimado, a formulação de estratégias para lidar com a gestão de tempo estimado, junto com a formação de equipes de estudos representados pelos líderes eleitos democraticamente por cada equipe.

Ao lado disso, havia o contrato pedagógico para atentar a gestão de conflitos e fomentar a prática da experiência democrática, voltada para a autonomia como respeito as regras do contrato social em sala de aula por meio da prática dos conteúdos atitudinais como critérios de respeito, diálogo, autodisciplina, participação e responsabilidade. Nesse sentido, eles foram pontuados, seja agindo positivamente ou negativamente, quando não praticaram os critérios.

Devo ressaltar que a formação de equipes de estudos e a eleição dos líderes foi feita de forma livre entre os alunos, sem a interferência do professor, com intuito de eles praticarem, de forma atitudinal, os valores e o exercício da democracia, com pluralidade de ideias e instâncias decisórias do poder, por meio do direito, da palavra e do debate de ideias.

Esse formato teve como proposta transformar os conteúdos sociológicos em atitudes, de modo que fomentasse o exercício do processo de conscientização via *práxis* freiriana, para suscitar o processo de conscientização necessário com o intuito de fomentar a consciência crítica, em prol de um projeto emancipatório de uma sociedade alternativa à educação e à sociedade neoliberal.

A partir dos 3º e 4º bimestres, os alunos foram instrumentalizados para apresentação do seminário a partir da seleção de técnicas de dissertação-argumentativa, paráfrase e arguição.

A avaliação foi realizada por uma banca examinadora, que teve representação de vários segmentos da sociedade civil e do Estado. As bancas foram compostas por

representantes da **APEOESP** (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo), **PCNP** (Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico), do Núcleo Pedagógico de Ciências Humanas e supervisores da **DER Sul 3** (Diretoria de Ensino Região Sul 3), professores e coordenadores da própria escola e de acadêmicos.

Posto isto, o perfil plural da banca examinadora teve por finalidade contribuir na construção de opiniões fundamentadas pela pluralidade de pontos de vista, em meio ao embate de ideias e auxiliar os alunos na formação para a cidadania e o desenvolvimento da consciência crítica.

Deve-se dizer também que as contribuições das bancas ajudaram no aperfeiçoamento dos instrumentos de proficiência e da estrutura da organização do projeto. Essa concepção foi fundamentada conforme os pressupostos da teoria da ação comunicativa de J. Habermas e a concepção dialógica de Paulo Freire.

Vale ressaltar que, nos variados temas relacionados às mesas temáticas, ficou destacada a direção contrária a toda experiência democrática que, segundo Paulo Freire (2019), o homem comum fica à margem dos direitos civis, como de qualquer experiência de autogoverno e a criação de novas condições fraseológicas como condição da dialogização; portanto, distante do direito de proferir sua palavra, a comunicação e a dialogação.

Por isso, a importância de valorizar a prática da vivência democrática do ponto de vista de Amartya Sen (2010) que é motivo de valorizarmos a liberdade formal e substantiva de expressão e ação na sociedade, visto que se deve valorizar a participação irrestrita em atividades políticas e sociais, como também a formação e não a imposição de nossos valores que requer comunicação e diálogos, as liberdades políticas e direitos civis que ocupam um lugar especial nesse processo.

Ele também ressalva a importância dos debates públicos e discussões autorizados pelas liberdades políticas e os direitos civis que tendem a desempenhar um papel importante na formação de valores, haja vista que a identificação das necessidades é influenciada pela natureza da participação e dos diálogos públicos. A racionalização dos usos da linguagem no contexto da perspectiva intersubjetiva é considerada como uma situação ideal para ele, o que leva ao encontro do seu conceito de *performance* por tratar-se da prática da linguagem; dito de outro modo, o uso das proposições, ao passo que elas têm resultados práticos, dado que são ações que geram resultados.

Quando se nega ao ouvinte a capacidade de interlocução, é tratá-lo como objeto e não como sujeito, é romper o vínculo de intersubjetividade que torna possível a linguagem humana e certificar que o discurso carece de sentido. A intensidade da discussão pública é um

dos correlatos da democracia, e seu alcance e seu exercício é importante para o bom funcionamento da democracia. Nesse sentido, a necessidade da democracia é fundamental para preservar tanto as condições quanto as circunstâncias de modo a garantir a magnitude e o alcance da democracia para toda a população.

Um dos pilares do seminário temático foi inspirado na teoria da ação comunicativa de Habermas (1984), segundo a qual o discurso é considerado uma ação comunicativa, dado que os interlocutores buscam se entender mutuamente, pois, caso contrário, não ocorrerá a comunicação.

Nesse sentido, ser dialógico é comprometer-se na transformação permanente da realidade, visto que o diálogo é o conteúdo da existência humana, e sua inviabilização ocorre por toda relação em que há dominação de um homem sobre o outro; ou seja, homens que são transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si.” Ou ainda, são transformados em objetos do poder de outros.

Nas palavras de Freire, o diálogo significa “o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 2011, p. 51). Não há dúvidas de que todo educador-libertador não deve trabalhar os homens como objetos da sua ação, mas como agentes da mudança.

Ao problematizar o fenômeno da consciência, Freire (2010) inicia dizendo que o saber inicia da consciência do saber pouco e, ao ter consciência disso, a pessoa caminha em direção para saber mais. Pelo fato de o homem ser histórico, em permanente movimento, ele busca, faz e refaz de forma ininterrupta.

Ao término da apresentação dos discentes, todos os participantes são instigados a responder as questões discursivas referentes à forma de medir os interesses da comunidade discente pelo fenômeno da política.

A finalidade desta pesquisa qualitativa junto aos alunos foi, a partir da ótica dos educandos, verificar os impactos da participação do projeto mencionado, no tocante ao interesse pelo fenômeno da política, sobretudo, pela cultura política emancipatória e pelo exercício do protagonismo, exercício da cidadania e pelo despertar da consciência crítica por meio do processo de conscientização estimulado pela atuação dos alunos no projeto.

Vale ressaltar que, ao longo das apresentações e, sobretudo, da construção do desfecho como encaminhamento para a solução, ou não, da situação-problema colocada, a banca percebeu, ao sabatinar os alunos, que havia aqueles que acreditavam na solução pela via do mérito individual e não pela luta social, e aqueles que acreditavam não haver saída. Alguns

apresentaram o processo de conscientização, o reconhecimento da importância da política na defesa de seus interesses no coletivo, e outros ficaram resignados às crenças neoliberais, em torno da felicidade e do sucesso pela via ideologia da profissionalização.

Cabe dizer que os nomes dos alunos não foram mencionados em função da ética da pesquisa, sobretudo, por conta das percepções dos alunos que evidenciaram, no questionário, o distanciamento e a superação da consciência ingênua.

As temáticas foram sobre racismo estrutural, criminalização da pobreza, feminicídio, Lei Geral de proteção de dados, desigualdade social e desemprego no Brasil, necropolítica na periferia de São Paulo, a ditadura da beleza, Educação pública e Nazifascismo.

Vale dizer que os temas foram tirados da revista eletrônica *Carta Capital*, como o racismo estrutural, em que foi abordada a herança da escravidão, que ainda permanece na estrutura na sociedade brasileira.

O grupo que analisou a criminalização da pobreza deu ênfase ao debate em torno do estereótipo da pobreza, circunscrito à segregação socioespacial e à política pública de segurança voltada para a repressão policial; enquanto o debate sobre o feminicídio teve como mote a problematização da cultura patriarcal, sobretudo, na capital de São Paulo, em que as mulheres são vítimas dos seus parceiros ou ex-parceiros.

Quanto à lei geral de proteção de dados, o debate se deu em torno da privacidade dos dados dos usuários e a sua apropriação indébita, sem consentimento deles por empresas e pelo próprio governo.

A temática sobre a desigualdade social e desemprego no Brasil abordou a política de emprego com carteira assinada, mediante programas de qualificação profissional durante a fase do governo Dilma para combater a desigualdade social.

Em razão do desfecho das intervenções dos alunos durante o seminário, as que estiveram presentes foram:

a) a meritocracia pelo fato de acreditar no esforço individual e não na luta social como saída para o desfecho do problema investigado;

b) contrárias à concepção de cidadania, por conta da violação dos direitos pelo próprio Estado Democrático de Direito;

c) contrárias à ideia de Alfabetização. Foi contatado, em algumas apresentações, a descrença na luta social por meio da *práxis* transformadora diante da situação de opressão e desigualdade social como algo insuperável;

d) contrárias ao contexto democrático da educação: alguns grupos que se dedicaram à apresentação dessa temática, assinalaram o papel da educação como um debate de ideias, o impulso democrático e a participação da população na vida pública;

e) contrário à filosofia da práxis. Houve temáticas que deixaram claro por meio da exposição, a importância da reflexão e da ação sobre o mundo que culmina para uma educação libertadora, em prol de um projeto emancipatório, contrário à educação domesticadora comprometida com a dominação da classe opressora sobre a classe oprimida.

O contexto socioespacial é de alta vulnerabilidade social; quanto à origem social dos alunos, a maioria é oriundo de pais que concluíram na maioria, o fundamental e não estão inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada.

Isso remete à situação de privação do desenvolvimento da liberdade da comunidade Escola Estadual Prof^a Maria Juvenal Homem de Mello por conta da privação de liberdade por vincular-se à carência de serviços públicos e assistência social, educacional e médica e marcada pela violência institucional.

Sendo assim, o seminário de cultura política e protagonismo juvenil é conhecido pela Secretaria de Formação de Professores do Coletivo **MEOB** (Movimento de Educadores Organizados pela Base) pela **APEOESP** (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo) e teve como objetivo oferecer um contraponto ao projeto de gestão empresarial da educação pública pelos governos empresariais de São Paulo.

Para tanto, foi construído ao longo dos seus 12 anos dedicados ao magistério paulista. O projeto didático-pedagógico contou com o desenvolvimento de instrumentos de proficiência, modelos didáticos pedagógicos que tem como principal inspiração a abordagem da educação libertadora Freiriana comprometida com a construção de um projeto de emancipação social alternativo ao projeto da civilização neoliberal manifesto na gestão empresarial da educação e do governo voltado para o capitalismo selvagem da sociedade de neosujeitos em meio à barbárie da sociedade hiper competitiva, à apropriação da opinião pública pela empresa neoliberal, ao totalitarismo neoliberal do regime da informação em tempos de pós-verdade e à sedução profana da ideologia da prosperidade das igrejas neopentecostais e católicas alinhadas às elites do capital.

Por conta disso, a nosso ver, o ofício de educar é conscientizar, uma vez que denota a busca da plenitude da trajetória humana. Sendo assim, o papel da conscientização é desvelar, por meio do pensamento elaborado, a compreensão crítica dos fatores que levam a opressão e, ao mesmo tempo, a desmitificação das ideias e a superação das raízes opressoras construídas

pelas classes dominantes que levaram a essa situação da vocação ontológica do ser humano de ser menos.

Logo, conscientizar é preparar para que cada ser humano tome parte da sua luta no projeto coletivo emancipatório para libertação do oprimido das algemas do projeto de opressão da elite opressora.

Tudo isso será possível mediante a *práxis* libertadora comprometida com a libertação do oprimido em que envolve a denúncia da estrutura opressora, o desvelamento da crença da neutralidade política pela ideologia do opressor por meio da prática didática como opção política voltada para a construção da utopia e o sonho como projeto da emancipação social.

Isso implica combater o imaginário que assombra a crença recorrente que gerou raízes de que a escola não é lugar de discutir política, mas cidadania. Ora, todo educador, para assumir uma postura ética profissional, tem como prerrogativa a sua posição política.

Segundo Freire, o ato pedagógico é, por si político, pois implica a chancela do compromisso com um “sonho”, como uma sociedade atravessada por desigualdade sociais ou o “sonho ou utopia” da sociedade em prol de uma sociedade justa, fraterna e solidária; logo, o ato político é dotado de intencionalidade e escolha.

Portanto, o mantra da neutralidade tão presente em tempos da educação neoliberal tecnicista cai por terra nesta fala de Freire (1996, p. 125):

Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores encaminhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo analisar os obstáculos que impedem a existência de uma formação política entre os jovens estudantes, notadamente no Ensino Médio, na rede pública de ensino da cidade de São Paulo.

Para tanto, realizou uma discussão sobre a crise do modelo liberal e o surgimento do neoliberalismo, apresentou uma análise sobre os conceitos de consciência crítica, ingênua, mágica e fatalista, fundamentada no pensamento de Paulo Freire, mostrou o impacto do modelo neoliberal sobre a educação e a subjetividade na atualidade e, ainda, apontou os aparelhos privados de hegemonia como fatores relevantes e fundamentais para desvelar as causas estruturais que impedem e inviabilizam a formação política dos jovens estudantes da rede pública de ensino de São Paulo, o foco desta tese.

Ao lado das análises realizadas, foi implantado um projeto, de cunho qualitativo, juntos aos alunos do Ensino Médio, em que foi possível chegar a algumas conclusões, tais como, como o neoliberalismo exerce uma influência na formação do ser social e impõe um imaginário sócio político e cultural, mediante as estratégias de dominação pedagógica das classes dominantes, que se valem dos aparelhos privados de hegemonia, que como porta vozes exercem por meio da bandeira da “neutralidade política”, a dominação da classe opressora sob a classe oprimida e inviabilizam qualquer tentativa de participação do exercício do poder e da defesa de seus interesses, no regime da vivência e experiência democrática, convencendo-os, sobremaneira, a agir contra seus melhores ideais.

É importante salientar que a ideologia neoliberal se deve, sobretudo, à eficácia dos seus instrumentos de dominação, atuando como verdadeiros tentáculos que asseguram o *status quo* da dominação neoliberal, como a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa e as redes sociais, que têm em comum a veiculação de suas ideias em torno da demonização da política e dos movimentos sociais e sindicais, a vulgarização do pensamento de esquerda e do pensamento crítico e a dominação pela informação, pela vigilância dos dados, além da apropriação da psique humana pela psicopolítica em torno da lardeada “liberdade”, ou seja, tudo que ofereça uma alternativa possível ao governo sob a ideologia neoliberal.

Posto isto, os indicadores com os quais a política neoliberal atua de forma contrária ao contexto democrático da educação, a filosofia da *práxis*, a concepção de alfabetização freiriana, a concepção de cidadania e a falta dos tipos de liberdade, demonstraram os impactos

nefastos, para não dizer perigosos, do discurso neoliberal na política pública de Educação, voltada para a ideologia da profissionalização, a derrocada da escola republicana, o ataque ideológico ao potencial crítico das Ciências Humanas, a crise da democracia brasileira que viabilizou o fascismo social na sociedade brasileira e a vulnerabilidade social, que este modelo impõe às famílias da periferia, ou seja, a indigência material e simbólica

Os limites desta pesquisa se circunscreveram ao seu universo empírico, restrito a uma escola estadual do Ensino Médio, localizada na periferia do extremo sul de São Paulo.

Vale observar que os condicionamentos impostos pela delimitação deste universo empírico da pesquisa permitiram, por meio do método da pesquisa-ação, tecer algumas considerações estritamente em torno do modelo político neoliberal, da escola pública de periferia, da política pública de educação estadual de São Paulo, da ideia de democracia, da *práxis*, entre alguns outros temas.

Apesar dos limites em que o projeto foi implantado, durante três anos das aulas de Sociologia, no Ensino Médio, da rede pública, foi possível apontar e, de certa forma, até mesmo comprovar a hipótese que norteou este trabalho, ou seja, que a estrutura do novo currículo paulista tende a priorizar a formação instrumental para atender aos apelos do mercado de trabalho e que as áreas de Ciências Humanas são consideradas menos relevantes pela lógica da acumulação do capital. Assim, a escola visa à formação de consumidores e não de cidadãos.

Deve-se ressaltar que outras abordagens, métodos e hipóteses correlatas poderão contribuir futuramente para o aprofundamento dessa pesquisa, bem como para a compreensão do objeto referente aos obstáculos da formação crítica na rede pública estadual de SP.

Os resultados da pesquisa empírica indicam a existência do estado da consciência ingênua, a crença na ideologia da meritocracia, a descrença no projeto alternativo ao capitalismo neoliberal, a demonização da política e do Estado, a inexperiência democrática, que impede o desenvolvimento da consciência crítica necessária para a formação política.

Torna-se necessária a experiência democrática como condicionante para o surgimento de uma educação libertadora, voltada para um projeto político-ético e emancipatório, alternativo ao projeto de sociedade neoliberal, do homem-empresa de si e do retrocesso civilizatório e desumano que transita em direção ao surgimento de uma nova humanidade.

Que o sonho freiriano, baseado na libertação do oprimido, mediante o despertar da consciência crítica, junto ao projeto político de humanização, possa empoderar o sujeito para construção de uma nova história, rompendo os grilhões da dominação opressora.

Não há dúvida nenhuma de que tal conscientização não existirá sem a *práxis* como reflexão-ação, do diálogo amoroso, do direito de comunicar o mundo, junto com o compromisso ético-político orientado para a superação das estruturas da opressão, pela busca da compreensão autêntica que, na concepção freiriana, ocorre mediante a *práxis* revolucionária.

Em virtude disso, a ação política é fundamental para que o conhecimento e o desvelamento da realidade permita, na história humana, o nascimento de um mundo mais justo e fraterno. Em sua imensa obra, Freire, sem deixar de lado a sua aposta pela estima e a ternura pelo humano, deixa como testemunho em vida e escrito que a revolução não é somente um ato político, mas também de criação, de amor, utopia e esperança.

Foi a partir dessa ideia que foi elaborado um projeto político pedagógico intitulado “Seminário de Cultura Política e Protagonismo juvenil” para servir como exemplo contra a hegemonia do projeto de educação neoliberal levado a cabo pela Secretaria de Educação de São Paulo.

Este projeto teve um compromisso com a libertação do oprimido e com o nascedouro de uma sociedade justa, fraterna e solidária, fundamentada na pedagogia ético política e na *práxis* freiriana.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução de Vinícius Figueira. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Valandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Vol. IV: Os Pensadores.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BRECHT, Bertold. **Analfabetismo Político**. Disponível em:

https://www.pensador.com/textos_de_bertold_brecht/#:~:text=O%20pior%20analfabeto%20%C3%A9%20o,rem%C3%A9dio%20dependem%20das%20decis%C3%B5es%20pol%C3%ADticas. Acesso em: 23 jan. 2022

BOURDIEU, Pierre. Sofrimento - violência simbólica. In: **Conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CHARLOT, Bernard. Educação e política. In: **A mistificação Pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. São Paulo: Cortez, 2013.

CHIZZOTTI, A. e CASALI, Alípio . Desigualdade, Pobreza e Diferença: precariedade na vida escolar. **Educação e Filosofia** (*online*), v. 34, p. 1-1, 2020.

CORTELA, Mario Sérgio. Educação, política e ética: basta de alienação! In: **Educação, convivência e ética**: audácia e esperança! São Paulo: Cortez, 2015.

CORTELA, Mario Sérgio. **Política para não ser idiota**. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2013.

EU, Daniel Blake. Ken Loach. Filme [s/l], 2016.

FRATINI, Juliana. A relevância do marxismo e a crítica vulgarizada das direitas. In: **Ideologia: uma para viver**. 1d. São Paulo: Matrix, 2022.

FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. O processo de alfabetização política: uma introdução. In: **Ação cultural para a liberdade e outros ensaios**. 17 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. A alfabetização como elemento de formação da cidadania. In: **Política e Educação**. 5ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Educação e conscientização. In: **Educação como Prática da Liberdade**. 45ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 45ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 23ed. Rio Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da liberdade: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Editora Moraes, 1980

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GABRIEL, o pensador. **Até Quando?** Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gabriel-pensador/30449/> Acesso em: 22 jul. 2021.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 3 - 25.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do cárcere.** 6 vols. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999-2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica e Neoliberalismo.** Belo Horizonte, Ayiné, 2018.

HAS, Byung Chul. Regime da informação. In: **Infocracia: digitalização e a crise da democracia.** Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022 p. 7-24.

HAS, Byung Chul. A crise da verdade. In: **Infocracia: digitalização e a crise da democracia.** Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022 p. 81-107.

HARVEY, David. Liberdade é apenas mais uma palavra. In: **O neoliberalismo: história e implicações.** Tradução Adall Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5ed. São Paulo: Edição Loyola, 2014, p. 11-47.

MARTINHO, Luís Mauro Sá. Esfera pública e comunicação em Habermas. In: **Teorias da comunicação: ideias, conceitos e métodos.** 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARX, K & ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MIGUEL, Luis Felipe. et al. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018. (Ilustração Laerte. Luiz Gê, Gilberto Maringoni)

MOSÉ, Viviane. A escola e a fragmentação da vida In: **A escola e os desafios contemporâneos.** 2ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. p.47-53.

SAFATLE, Vladimir JUNIOR, Nelson da Silva, DUNKER, Christian, (Orgs.). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** 1ª ed; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-44.

SANDEL J. Michael. A retórica da ascensão. In: **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 89-120.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crise do Contrato social da Modernidade e a Emergência do Facismo Social In: **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006, p.323-333.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós- moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p 25-49.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1961.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias. In: São Paulo: **Secretaria da Educação**. 2012. p. 147-8.

SEN, Amartya. **Introdução**: desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.16 - 26.

SAES, Décio **Democracia**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018

SOUZA, Jessé. A ideologia espontânea do capitalismo tardio e a construção social da desigualdade. In: **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. p.236- 255.

SOUZA, Jesse. O pacto elitista e sua violência simbólica. In: **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. p.155- 164.

SOUZA, Jessé. Senso comum e justificação da desigualdade. In: **A ralé brasileira**: quem é e como vive. 3 ed. São Paulo: Editora contracorrente, 2018. p 35-55.

SOUZA Jessé. A gênese americana da destruição do sonho brasileiro. In :**A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020. p. 145-164.

SOUZA, Jessé. Da guerra contra os pobres à guerra entre os pobres. In :**A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020. p .130-144.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1961.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1, p. 33.

ANEXO 01- MUDANÇA NA LDB – LEI 9.394/1996

Art. 24

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. Todas as escolas paulistas já possuem carga horária de 1000 horas/ano desde 2005 (Res. 6/2005)

- O estado amplia a carga horária para 1400 horas/ano progressivamente desde 2012. Em 2020, são 664 escolas de tempo integral.

Art. 35-A

A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

Reitera o que havia sido definido no art. 9º em 1996 e define as áreas do conhecimento (análogas às usadas em São Paulo desde 2008)

Art. 35-A

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural. Aquilo que é específico do Estado de São Paulo (parte diversificada) deve estar harmonizado com o que é comum a todos os estudantes brasileiros.

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. Matemática, biologia, física, química, arte, educação física, língua portuguesa, língua inglesa, filosofia, geografia, história e sociologia continuam sendo parte integrante do Currículo Paulista para o Ensino Médio, conforme documento curricular atualmente em consulta pública.

§ 4º Os currículos do Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. A língua espanhola continuará sendo ofertada em caráter optativo.

Art. 35-A

§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do Ensino Médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 7º Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. A parte comum a todos os estudantes terá 1800 horas ao todo. O restante será coberto por itinerários formativos.

- Assim como as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Currículo Paulista, a etapa do Ensino Médio considera a formação integral do aluno, conforme pode ser visto no documento curricular em consulta pública.

Art. 36

O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo entre outros, ministrados pelos professores, que os estudantes poderão escolher no Ensino Médio.

- Os itinerários formativos aprofundam as aprendizagens.

Art. 36

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput.

A proposta em consulta pública prevê 4itinerários formativos, um para cada uma das 4 áreas do conhecimento, e outros 6itinerários formativos integrados, compostos por duas áreas do conhecimento cada.

- Os itinerários formativos aprofundam as aprendizagens. Esse aprofundamento pode ser realizado em uma ou duas áreas do conhecimento. A proposta em consulta pública prevê 4itinerários formativos, um para cada uma das 4 áreas do conhecimento, e outros 6itinerários formativos integrados,compostos por duas áreas do conhecimento cada.

Art. 36

§ 5º Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do Ensino Médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput. O Conselho Estadual de Educação definirá as regras para que os alunos concluintes retornem à escola para cursar mais um itinerário formativo, caso desejem.

Art. 36

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

- I - A inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação,estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;
- II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho,quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.O Novotec Integrado já prevê a concessão de certificados intermediários de qualificação para os estudantes que concluírem a 1a série do Ensino Médio,conforme apresentado na resolução SE74/2019

Art. 36

§ 10º Além das formas de organização previstas no art. 23, o Ensino Médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§12º As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput.Serão estudadas e debatidas formas de

organização do currículo do Ensino Médio para melhor atender às demandas dos estudantes, garantindo a aprendizagem e permanência na escola. O componente curricular Projeto de Vida tem papel fundamental no suporte à orientação aos estudantes para o processo de escolha dos itinerários formativos.

ANEXO 02- CURRÍCULO PAULISTA - ETAPA DO ENSINO MÉDIO

Organização curricular do Ensino Médio 3.150 horas (período de 3 anos) Formação geral básica 1.800 horas (período de 3 anos) Itinerários formativos 1.350 horas (período de 3 anos) Organização curricular do Ensino Médio 3.150 horas (período de 3 anos) Formação geral básica 1.800 horas Itinerários formativos 1.350 horas 35 Conforme definido pela legislação, a formação geral básica terá 1.800 horas. A rede estadual de SP expandiu para 3.150 horas, de forma a acomodar os 3 componentes do Inova Formação geral básica 1.800 horas (período de 3 anos) Itinerários formativos 1.350 horas (período de 3 anos) Os itinerários formativos terão mais do que a carga mínima definida pela legislação.

Organização curricular do Ensino Médio 3.150 horas (período de 3 anos) Formação geral básica 1.800 horas Itinerários formativos 1.350 horas Formação geral básica 1.800 horas (período de 3 anos) Itinerários formativos 1.350 horas (período de 3 anos) Linguagens e suas tecnologias Matemática e suas tecnologias Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Ciências da Natureza e suas tecnologias Língua Portuguesa Arte Educação Física Língua Estrangeira Matemática História Geografia Filosofia Sociologia Biologia Química Física.

Organização curricular do Ensino Médio 3.150 horas (período de 3 anos) Formação geral básica 1.800 horas Itinerários formativos 1.350 horas Formação geral básica 1.800 horas (período de 3 anos) Itinerários formativos 1.350 horas (período de 3 anos) Linguagens e suas tecnologias Matemática e suas tecnologias Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Ciências da Natureza e suas tecnologias Língua Portuguesa Arte Educação Física Língua Estrangeira Matemática História Geografia Filosofia Sociologia Biologia Química Física Formação geral básica 1.800 horas (período de 3 anos) Formação técnica e profissional. **(Novotec).**

linguagens e suas tecnologias Matemática e suas tecnologias Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Ciências da Natureza e suas tecnologias 4 áreas de conhecimento Formação técnica e profissional Formação Técnica Linguagens e Matemática Linguagens e Ciências Humanas Linguagens e Ciências da Natureza Matemática e Ciências Humanas Matemática e Ciências da Natureza Ciências Humanas e Ciências da Natureza Itinerários Integrados Estudante deverá escolher uma das áreas de conhecimento, a formação técnica e profissional ou um dos itinerários integrados para seu aprofundamento curricular

Itinerários Formativos Os componentes do Inova Educação também farão parte dos itinerários formativos • As Eletivas são a oportunidade de o estudante começar a tomar decisão sobre o que deseja aprender e a se tornar protagonista de seu aprendizado; • Tecnologia e Inovação será o componente que o estudante vai aprofundar seus conhecimentos na área de conhecimento escolhida no itinerário formativo; • O Projeto de Vida ajudará o estudante a ter melhor direcionamento de qual itinerário escolher. Ele8vas Tecnologia e Inovação Projeto de Vida

4 áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias Matemática e suas tecnologias Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Ciências da Natureza e suas tecnologias.

Formação Técnica: Formação técnica e profissional.

Itinerários Integrados: Linguagens e Matemática, Linguagens e Ciências Humanas Linguagens e Ciências da Natureza Matemática e Ciências Humanas Matemática e Ciências da Natureza Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Inova educação. Eletivas Tecnologia e Inovação Projeto de Vida.